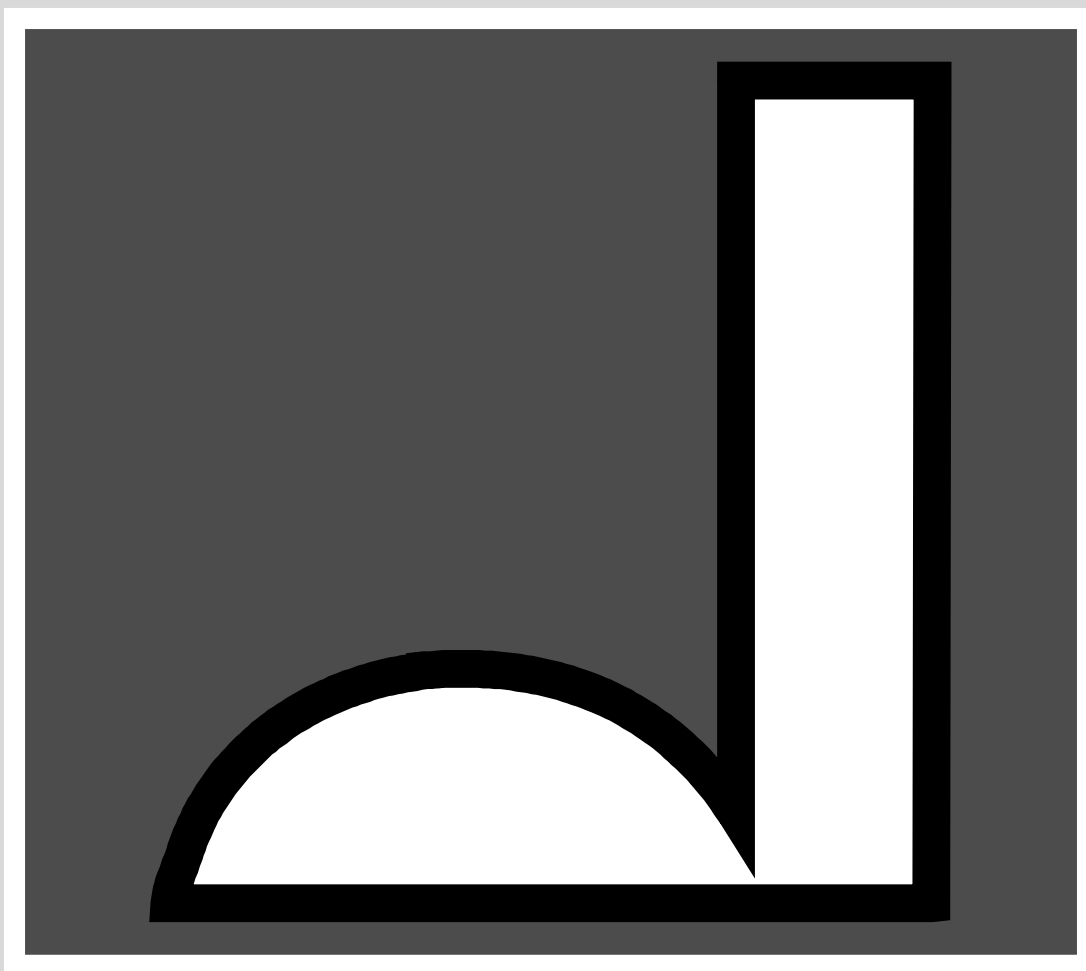




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2006

Autor: MESA DO SENADO FEDERAL

Ementa: Apura conduta incompatível com o decoro parlamentar da Senadora SERYS SLHESSARENKO, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

(Volume II/VI)

ANO LXI - SUP. “B” AO Nº 226 - TERÇA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005



SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO (SF)

AUTOR: Mesa do Senado Federal

Nº 02, DE 2006

EMENTA: Apura conduta incompatível com o decoro parlamentar da Senadora SERYS SLHESSARENKO, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

(VOLUME - II)



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PCP 2/2006 Fls. 204

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e seis, eu, Paulo Tominaga, Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP, faço a abertura do Volume II dos presentes autos, que se inicia nesta fl. 204.

Assinatura manuscrita de Paulo Tominaga.
PAULO TOMINAGA

Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCP 2 / 206 Fls. 205

TERMO DE JUNTADA

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e seis, juntei, às fls. 206/451 do Volume II do presente processado, por determinação do Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, a defesa prévia que se segue, apresentada pela Senadora Serys Slhessarenko, com os documentos que a acompanham.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2006

Assinatura manuscrita de Paulo Tominaga.
PAULO TOMINAGA

Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL**

Ofício nº028/2006-CEDP

SERYS MARLY SLHESSARENKO, Senadora da República (PT/MT) pelo Estado de Mato Grosso, portadora da cédula de identidade civil RG nº 420S0515/RJ e CPF nº 437.907.207-04, com Gabinete na Ala Senador Filinto Muller, sala 7, tendo sido notificada nos termos do Ofício em epígrafe, por seus advogados, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar a sua **defesa prévia**, o que faz nos seguintes termos:

Cabe ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberar a respeito da dimensão ético-política do comportamento que aprecia. Para tanto, deve verificar a ocorrência de ofensa ao preceito ou princípio de ética ou decôro que cabe a cada Senador proteger e preservar.

02. A rigorosa verificação da ocorrência de comportamento inadequado deve ter por base, não só uma representação acompanhada das provas pertinentes, circunstância ausente no caso vertente, mas também de uma defesa correspondente às acusações pontuadas na aludida representação, sempre levando em conta o histórico da vida pública do personagem sob investigação.

Recelido em 21.08.06
13
Chew
Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa Adjunta
Senado Federal

03. No caso em análise é importante ressaltar que a carreira e a vida da Senadora Serys sempre se pautaram pela ética e moral próprias de uma cidadã absolutamente comprometida com os princípios, hoje infelizmente quase em desuso, que devem presidir os atos da vida pública dos cidadãos de bem. Aliás, foi exatamente por essa razão que mereceu dos eleitores do Mato Grosso sua eleição para o Senado Federal, por que recursos financeiros jamais poderiam elegê-la posto que não tinha o suficiente para tanto.

04. Doze anos como Deputada Estadual, antes de a sufragarem ao Senado Federal, lhe proporcionaram experiências engrandecedoras.

05. Foi Presidente da CPI/NARCOTRÁFICO, da CPI/TRABALHO ESCRAVO e da CPI/COMPRA DE VOTOS, e foi fruto de seu requerimento a instauração da CPI/MAFIA DO FISCO, tendo dela também participado.

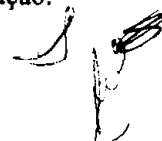
06. **São mais de 16 anos de atuação político-parlamentar – sem qualquer desvio de conduta!**

07. Tanto a ela preocupava a preservação de sua imagem perante os eleitores do seu estado que, por motivos de foro íntimo, sem qualquer crítica aos que assim não pensam, resolveu que não deveria receber valores decorrentes de jetons e sessões extraordinárias, tanto da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, quanto do Senado Federal. Embora reconheça ser legal a percepção de tais valores e tivesse direito de fazê-lo, deixou de receber mais R\$300.000,00(trezentos mil reais) a tal título.

08. Ora, se chegou a recusar a mencionada quantia que poderia legitimamente perceber, porquê motivo aceitaria valor dez vezes inferior, sujo e que mancharia toda uma trajetória de vida?

09. É ilógica, insensata e totalmente desarrazoada a acusação.

Senado Federal/SGM/CEI
Proc Nº Rel 2/2006 Fls 202



10. Não há qualquer elemento apto a comprovar o que afirmado pelos senhores Darci e Luiz Antônio Vendoin a respeito da Senadora Serys e nem, tampouco, qualquer evidência ou demonstração da existência de contato entre eles e a Senadora.

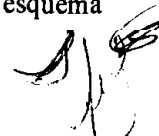
11. Tal fato é ressaltado por ambos os criminosos que, em todos os depoimentos – na Polícia Federal e na CPMI –, **destacaram que NUNCA trataram com a Senadora.**

12. **Constam deste procedimento apenas os depoimentos de criminosos confessos, nos quais não há acusação direta contra Serys Shessarenko, mas sim contra seu genro que, supostamente, teria agido em nome da Senadora, o que é rigorosamente uma mentira de qualquer um que tenha dito tamanha aleivosia.**

13. Pior. Nenhuma única prova vem em sustentação do que afirmam os acusados, circunstância que não está presente em quase todas delações, sempre acompanhadas de senhas, de comprovantes de depósitos, recibos e etc. No caso da Senadora, especificamente, **todos reconhecem que não há qualquer ligação da Senadora com os criminosos**, já em relação a Paulo Roberto diz-se que teria recebido quantia em dinheiro sem ter deixado qualquer comprovante de tal ato. Esclareça-se que Paulo **nunca** participou das campanhas políticas da Senadora, menos ainda da administração financeira das mesmas.

14. Como visto, o procedimento com Paulo Roberto, segundo os depoimentos, difere inteiramente de todos os outros que sempre deixaram comprovantes ou outras provas relativas às operações criminosas sucessivamente engendradas pela quadrilha. No caso específico de Paulo, este afirma em depoimento na Polícia Federal que teria realizado negociação comercial de venda de equipamentos hospitalares com a Planam para com cheque emitido por Ivo Marcelo integrante do esquema

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 01.2.12.0002 Fls. 263



criminoso. E ao que se sabe, corrupção não se paga com cheque, pois poderá ser conferido tanto o pagamento como o recebimento com a quebra do sigilo do emitente.

15. Os depoimentos da famigerada família Vedoin, além de terem que ser dignos do prêmio oferecido aos criminosos, o que lhes retira o que sobra de credibilidade, são manifestamente contraditórios, evidentemente mentirosos e desprovidos de qualquer resquício de prova. É uma mera chamada de co-réus, muito conhecida no Direito Penal, além de se constituir em uma verdadeira entrega de encomenda a determinadas lideranças políticas de Mato Grosso que temem a candidatura de Serys ao Governo do Estado.

16. A propósito, convém ressaltar que é bastante elucidativo o Relatório Parcial da CPMI, no tópico *“Análises e Transcrições de Gravações Telefônicas”*, de onde se extrai que *“Não encontramos no material coletado pela Polícia Federal interceptações que façam referência direta à Senadora Serys”* (fl.850).

17. Para melhor apurar a alegada participação nos fatos em apuração, seria necessário saber se a Senadora teria favorecido de alguma forma, por meio de lei, emenda ou projeto de lei, a PLANAM, quando do exercício de atividade parlamentar no Senado Federal e se em virtude disso havia percebido qualquer vantagem.

18. **Não favoreceu a PLANAM e não percebeu vantagem alguma.** Os atos pela Senadora praticados, e agora colocados sob suspeita, não se enquadram em nenhuma das vedações previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar. A apresentação de emendas ao orçamento é atribuição constitucional dos membros do poder legislativo.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº REL/2006 Fls. 1001



19. **As emendas apresentadas se deram da mesma forma que as de quaisquer outros membros da casa – as da saúde, especificamente, dentro do limite mínimo obrigatório de 30%.¹**

20. Note-se, aliás, que as emendas elaboradas foram todas para municípios de sua base eleitoral e em atendimento ao pleito das prefeituras das referidas localidades.(Doc. Anexo)

21. Nesse particular, **também não existem provas de qualquer acordo ou influência com prefeitos para beneficiar determinada empresa.**

22. E mais, **diversas foram as empresas que firmaram contrato com as prefeituras – e não só a Planan –, após procedimento licitatório cuja regularidade foge ao controle de qualquer parlamentar.** Esclareça-se, ainda, que a PLANAM ganhou apenas duas das licitações de *unidades móveis de saúde*.

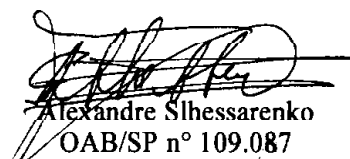
23. Consoante já afirmado perante a CPMI, autorizo, para os fins devidos, a quebra do meu sigilo bancário, fiscal, de correspondência e telefônico, assim como de meus 4 filhos e ex-cônjuge e **anexo, desde já, minha movimentação bancária do período a que se refere o depoimento e a demonstração de minha evolução patrimonial – o que, por si só, comprova que não obtive nenhuma vantagem ilícita e jamais estabeleci qualquer entendimento com qualquer pessoa sobre os interesses escusos da família Vedoin, nem mesmo com meu genro Paulo Roberto.**

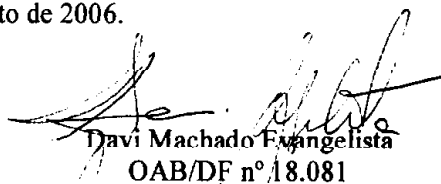
¹ O Parecer preliminar ao "pl nr 31/2003", parte b, inciso ii, item 5 define que "É fixado o limite global de R\$ 2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais) para apresentação e aprovação de emendas "individuais", no número máximo de vinte, por mandato parlamentar, sendo destinados no mínimo 30% do valor global em ações e serviços de saúde, constantes da programação de trabalho do órgão ministério da saúde."

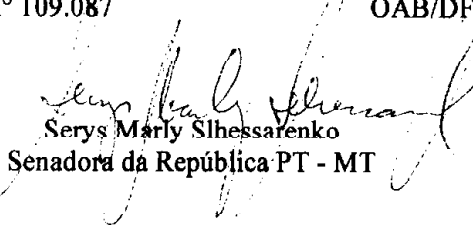
21. Por fim, caso subsista alguma dúvida com relação aos fatos aqui relatados, destacamos que o anexo I, que embora não transcrito integra esta peça *in totum*, esmiúça com precisão todos os atos, fatos e contradições do caso em análise.(Doc. anexo)

22. Dessa forma, portanto, em não se vislumbrando a existência de elementos probatórios da ocorrência de conduta contrária à ética e decoro parlamentar, **a este órgão outra providência não cabe que não o arquivamento do feito.**

Brasília 18 de agosto de 2006.


Alexandre Shlessarenko
OAB/SP nº 109.087


Davi Machado Evangelista
OAB/DF nº 18.081


Serys Marly Shlessarenko
Senadora da República PT - MT

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2 2006 Fls. 213

ANEXO I

UM DOSSIE DE UMA ARMAÇÃO

O ESMIUÇAMENTO DE MÉRITO DAS
ACUSAÇÕES FEITAS CONTRA A
SENADORA SERYS SLHESSARENKO
(PT/MT): AS MENTIRAS, AS
CONTRADIÇÕES EM FACE À
PROVA DOCUMENTAL JUNTADA

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCL 2/2006 Fls. 212

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCL 21/2006 Fls. 213

“SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: (...). Agora uma coisa que eu gostaria, Deputado, eu não sei nem se eu posso. Quando se fala, fala quadrilha, faz depoimentos integrais da CPI. Nós erramos, pagamos o erro. Só que eu não fiz isso sozinho e perante a imprensa, aos familiares isso fica ruim, depoimentos. “Ah, quadrilha lá, os ladrões”. A própria Senadora Serys, o que tem nos detonado lá no Estado. Eu já pensei em mudar de Estado por causa dela.” (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, em 03/08/2006, perante a CPMI/SANGUESSUGAS, pág.188 – grifo – doc.14)

À GUIA DE UMA RÁPIDA DIGRESSÃO CONTEXTUAL

NÃO HÁ, pois, nas imputações lançadas – todas com base nos depoimentos prestados pelos integrantes da MÁFIA DAS AMBULÂNCIAS – qualquer elemento de prova, **consistente e direta**, contra a pessoa da Parlamentar SERYS SLHESSARENKO.

Senado Federal/SGM/CEDP 3

Proc. Nº RCF 2 / 2006 Fls. 214

NÃO À TOA, que não demorou para ruir:

"DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):

Mas não é isso, não. Não é aí que eu quero chegar. Nessa Sessão ninguém precisa me ensinar o ABC, nós todos sabemos. Mas veja bem, o que nós queremos é constituir provas. Nós precisamos, Deputado Gabeira, constituir provas. Nós precisamos sair das duas testemunhas, a que diz... Não, a Emenda infelizmente não prova nada. Eu gostaria que provasse alguma coisa.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN:

Deputada, eu concordo com a senhora.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):

A Emenda está feita, está assinada, o Parlamentar que assina. Agora, o quê que isso prova que ele recebeu vantagem por aquela Emenda? O senhor nos oriente, porque nós precisamos disso.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: *Eu não posso afirmar para a senhora, Deputada. Veja bem, se eu for fazer um julgamento, é a mesma coisa da Senadora Serys. Se eu for fazer um julgamento... Lá eu tenho mais conhecimento porque ele é tal... Mas veja bem, eu não posso afirmar para senhora, porque o meu próprio depoimento... Daqui a pouco eu estou*

*recebendo interpelação por todos os Parlamentares. Daqui a pouco eu vou ter que colocar uma cadeira do lado da Justiça. **Eu não posso ficar afirmando para a senhora sem ter provas. Inclusive se eu soubesse que meu depoimento fosse vazar e fosse dar uma repercussão desse jeito, AS PESSOAS QUE EU NÃO TENHO PROVA, EU NÃO PODERIA TER FALADO.***" (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, em 03/08/2006, perante a CPMI/SANGUESSUGAS, pags.58/59 – doc.14)

MAS FATO É QUE FALOU!, e nessa altura dos acontecimentos – se Vossas Excelências permitirem – a dor valerá o preço, alto que se paga, se for para banir os quadrilheiros.

DE TODA FORMA – o que há – são contradições gritantes nos referidos depoimentos, como se verá adiante; senão a destilação de uma fúria esquiva e vingativa através da qual, não raro, os detratores investem contra quem abominam:

"SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Deixa eu voltar na da Serys até porque ficou uma situação delicada que ela fica na mídia toda a hora. Seria simples quebrar o sigilo bancário do genro dela. Não

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº REP 2/2006 Fls 215

precisaríamos brigar tanto, ela ofender, xingar. Me chama de bandido, corrupto...É tão simples! Outra coisa tem muitas coisas lá no INCRA que ele faz, quebra o sigilo bancário que o senhor vai ver.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): *Já pedi que a Polícia Federal que o fizesse.*

(...).

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: *Quem devia estar preso não era eu, era ele, o genro dela.*

(depoimento de Luiz Antônio Vedoin, em 03/08/2006, perante a CPMI/SANGUESSUGAS, pag.38 – doc.14)

PILHADO, LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN – pelo menos – forneceu para a **JUSTIÇA FEDERAL** (fls.001/152 – numeração CPMI AMBULÂNCIAS doc.12) o mapa da atuação e *modos operandi* da MÁFIA DAS AMBULÂNCIAS:

"QUE o procedimento de direcionamento das licitações pode ser dividido, basicamente, em três fases; QUE uma primeira fase consistia na obtenção de emendas parlamentares destinadas à saúde, para fins de aquisição de unidades móveis de saúde e de equipamentos médico-hospitalares;

(...);

QUE em relação a alguns parlamentares, em razão de várias emendas estarem sendo trabalhadas, existia uma

'conta corrente';" (depoimento de Luiz Antônio Vedoin perante a Justiça Federal de Mato Grosso, fls.16 – doc.12).

A PARTIR de MATO GROSSO, estendendo-se por RONDÔNIA (fls.22); RORAIMA (fls.28); ACRE (fls.32); AMAPÁ (fls.32); PARÁ (fls.32); PIAUÍ (fls.34); TOCANTINS (fls.28); PARAÍBA (fls.31); SERGIPE (fls.33); PERNAMBUCO (fls.34); CEARÁ (fls.33); ALAGOAS (fls.30); MARANHÃO (fls.34); RIO GRANDE DO NORTE (fls.34); BAHIA (fls.35); RIO DE JANEIRO (fls.23); ESPÍRITO SANTO (fls.25); SÃO PAULO (fls.25); MINAS GERAIS (fls.26); MATO GROSSO DO SUL (fls.28); GOIÁS (fls.27); PARANÁ (fls.28); SANTA CATARINA (fls.35); RIO GRANDE DO SUL (fls.35); guardando, contudo, uma sinistra coincidência: *via de regra*, LUIZ ANTONIO VEDOIN afirma que não pagou comissão aos prefeitos e/ou servidores, mas todos sabiam do direcionamento das licitações. Quando assim não o faz peremptoriamente, *tangencia* à base do “*não se recorda*” do pagamento.

SEU SÚBITO – e por vezes generalizado – ESQUECIMENTO, é sintomático, enfim.

É IMPORTANTE situar que o esquema da PLANAN foi concebido em Mato Grosso – muito embora

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº 000 2 12006 Fls. 217

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 218 7

tenha estendido seus nefastos tentáculos por vários outros Estados da Federação – o quê, todavia, coloca os Parlamentares daquele Estado em potencial hipótese de incidência das acusações (fundadas ou não!), na mira, no segundo caso, de inescrupulosos bandidos; sobretudo quanto à Senadora SERYS SLHESSARENKO, primeira mulher eleita por aquele Estado, a ocupar a cadeira no SENADO FEDERAL, disputando, inclusive, as próximas eleições que se avizinham, o cargo de Governadora.

**"SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: (...).
Agora, no meu Estado ELA não vai para a imprensa E FICA NISSO--."** (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, em 03/08/2006, perante a CPMI/SANGUESSUGAS, pag.39 – doc.14)

"L'ÉTAT C'EST MOI" (Luis XIV), em versão tupiniquim, enfim; antes tivesse levado a cabo sua intenção do Mato Grosso mudar, o que os tornaria mais distante ainda, os protagonistas ora em questão.

ENQUANTO O SILÊNCIO SEPULCRAL
grassa como **regra** entre muitos dos que foram acusados – sobretudo àqueles de Mato Grosso, cujos sussurros, por mais leves, se fariam sentir ainda por ouvidos moucos – não esperem calar SERYS SLHESSARENKO, privando-a de

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep. 7 / 2006 Fls. 219

8

suas manifestações contundentes, claras e definidas contra o esquema criminoso engendrado a partir de Mato Grosso, braço do **CRIME ORGANIZADO** naquele Estado.

**O QUE HÁ CONTRA A SENADORA
SERYS SLHESSARENKO**

NADA!, além da incrédula “palavra” dos réus confessos – em delação premiada, pilhados que foram, com provas contundentes, na prática de seus sórdidos crimes – absolutamente liga a SENADORA SERYS SLHESSARENKO ao esquema conhecido nacionalmente por MAFIA SANGUESSUGA.

AO CONTRÁRIO, os detratores batem cabeça:

“QUE o contato de natureza política com os parlamentares era realizado pelo acusado Darci; QUE Darci era quem se encarregava de buscar parlamentares dispostos a direcionarem recursos para a área da saúde, para fins de futuro direcionamento do processo licitatório.” (depoimento de Luis Antônio Vedoin perante a Justiça Federal de Mato Grosso, fls.16 –doc.12)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 122/2006 Fls. 226

9

NO ENTANTO, DARCI VEDOIN, reinquirido pela **JUSTIÇA FEDERAL** a respeito da SENADORA SERYS SLHESSARENKO, diz:

"QUE o reinterrogando nunca conversou pessoalmente com a Senadora sobre essa emenda ou sobre comissão;" (depoimento de Darci José Vedoin perante a Justiça Federal de Mato Grosso, fls.08 – doc.13)

SEMPRE INVOCANDO TERCEIROS – *in casu*, o genro da Parlamentar, Paulo Roberto Ribeiro – disse LUIZ ANTONIO VEDOIN perante à **JUSTIÇA FEDERAL DE MATO GROSSO**, *ad litteris et verbis*:

"QUE com relação à **Senadora Serys Slhessarenko**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE o interrogando conheceu Paulo, genro da Senadora, através de Sérgio de Pontes e Lacerda, o qual possui uma construtora na cidade; QUE Paulo também está ligado à área de construção civil, em especial a Construtora Dinâmica; QUE entre os meses de setembro e outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com o interrogando; QUE naquela oportunidade, Paulo disse ao interrogando que estava precisando de R\$35.000,00, para pagar uma conta de campanha da Senadora; QUE após negociarem, fizeram um acordo, no qual a Senadora realizaria uma emenda genérica, para o exercício de 2004, em valor superior a R\$1.000.000,00, para os municípios no Estado de Mato Grosso, para fins de aquisição de unidades móveis de saúde; QUE os municípios beneficiados com a emenda encontram-se na lista de fls.218 do avulso I; QUE o interrogando esclareceu que, nessa lista, ainda falta um município, para totalizar o valor de R\$700.000,00; QUE o

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCF 21.2006 Fls. 221

10

interrogando esclarece que a promessa de emenda superior a um milhão de reais, não concretizou-se, tendo sido realizada uma emenda no valor de setecentos mil; QUE o valor restante seria compensado nos exercícios seguintes; QUE pela emenda, o interrogando pagaria 10% do seu valor; QUE a título de adiantamento o interrogando entregou pessoalmente a Paulo, na presença de Ivo Marcelo e Sérgio na sede da Planam em Cuiabá, R\$35.000,00 em espécie; QUE os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos pelo interrogando; QUE foi o próprio Paulo quem passou ao interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser procuradas nos municípios para acertarem os detalhes das licitações direcionadas; QUE de todos os municípios, o interrogando executou as licitações de Colíder e Poxoréu, no ano de 2005, realizadas para a aquisição de unidades móveis de saúde, nas quais os prefeitos também receberam comissão; QUE na virada do ano de 2005 para 2006, o interrogando encontra-se com o assessor parlamentar da Senadora, Policena, ao qual informa que não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios, em razão dos prefeitos não estarem aceitando as condições impostas; QUE em razão do término do mandato dos prefeitos, estava tendo algumas dificuldades para realizar as licitações; QUE Policena disse ao interrogando que não era para ele se preocupar, que iria conversar com a Senadora para resolver as pendências; QUE até a presente data, Policena não deu retorno ao interrogando; QUE normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas; QUE a Senadora realizou emendas para a construção de posto de saúde, em Pontes e Lacerda, no valor de R\$300.000,00, e para o anel viário da cidade, cujo valor não se recorda, obras estas que foram executadas pela Construtora Dinâmica, ligada a Paulo, genro da Senadora; QUE a obra

Senado Federal/SGM/CEDP

11

Proc. Nº RCP 21.2006 Fls. 222

asfáltica no Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá/MT/ também teve por recurso emenda da Senadora, tendo sido a obra executada pela Construtora Dinâmica;" (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, fls.63/64, numeração CPMI das Ambulâncias – doc.12)

COMO SE PODE VER da defesa outrora ofertada e, admitidamente sequer lida pelos ilustres membros da CPMI DAS AMBULÂNCIAS, já estava, desde então, a demonstrar, aqui resumidamente:

→ Que a campanha eleitoral da Senadora Serys Slhessarenko **não deixou dívidas de campanha** – sobretudo um ano depois de encerrada, como faz supor o depoimento – tendo sido a prestação de contas regularmente apresentada e aprovada pelo TRE/MT, conforme inclusa certidão e respectivos documentos (doc.05); donde se pode extrair que Paulo Roberto não era o administrador financeiro responsável, nunca tendo funcionado como arrecadador e pagador de despesas de campanha de Serys, não só em relação à de 2002, como as outras anteriores;

→ Que, muito embora tivesse todo e qualquer Parlamentar a faculdade de apresentar emendas destinadas à área de saúde nos valores de R\$1.000.000,00(hum milhão de reais), **ou mais**, as emendas individuais da Senadora Serys Slhessarenko ficaram restritas ao valor mínimo obrigatório

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 3 / 2006 Fls. 223

12

(30% do total disponível de R\$2.500.000,00), ou seja, R\$750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais), nos termos do incluso "*Parecer Preliminar ao 'PL NR 31/2003', parte B, inciso II, item 5*" (doc.06), valor este reduzido em 20%, por força do corte pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, totalizando então R\$600.000,00(seiscentos mil reais);

→ Que não "*falta um município, para totalizar o valor de R\$700.000,00*", conforme alegou o "organizado" LUIZ ANTONIO VEDOIN, bastando ver a própria "*lista de fls.218 do Avulso I*", confeccionada pela própria PLANAN no valor de R\$600.000,00(seiscentos mil reais) para 06(seis) municípios; (doc.07)

→ Que dos 06(seis) Município beneficiados pelas emendas da Senadora Serys Slhessarenko, **apenas 02(dois) deles efetivaram as compras da empresa PLANAN**, quais sejam, os municípios de Colíder-MT e Poxoréu-MT (doc.08); sendo certo que um terceiro Município, União do Sul-MT, muito embora o processo licitatório tenha sido "vencido" pela referida empresa, aquela Municipalidade conseguiu, a tempo, abortar o processo, não efetivando o pagamento (doc.09). Todos os demais Municípios, onde os recursos foram destinados à aquisição de ambulâncias, **não firmaram contratos com a PLANAN** ou qualquer outra empresa do grupo (doc.10);

13

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº *Rec 2 / 2006* Fis. *224*

→ Que não é responsabilidade do Parlamentar – tampouco se lhe pode exigir uma onipresença no acompanhamento dos recursos liberados até sua efetivação final – pelo simples fato de **não ser ele**, o Parlamentar, **gestor dos recursos em questão**;

→ Que os contatos anunciados por LUIZ ANTONIO VEDOIN com o assessor Policena, *“não deu retorno ao interrogando”*, mesmo porque, Policena **não trouxe à Senadora Serys qualquer questionamento ligado à PLANAN**;

→ Que as emendas de obras imputadas à Parlamentar, na parte final do depoimento de LUIZ ANTÔNIO VEDOIN, **não são de autoria** da Senadora Serys Slhessarenko, no que pertine à construção do “Posto de Saúde” do município de Pontes e Lacerda, muito menos ainda à construção do “Anel Viário” daquele município (doc.11); sendo certo que em relação à obra asfáltica do bairro Pedra 90 em Cuiabá, tratava-se de emenda conjunta, cuja parte que cabia à Senadora Serys Slhessarenko, ao contrário do que foi dito, **não foi executada**, tendo em vista que os recursos tiveram de ser restituídos ao Tesouro Nacional **em face à inadimplência do município de Cuiabá** (doc.11-A)

Senado Federal/SGM/CEDP

14

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 225

AS EXPLICAÇÕES mais detalhadas dos itens acima mencionados, encontram-se no corpo da defesa alhures ofertada perante a CPMI DAS AMBULÂNCIAS, no procedimento que antecedeu à remessa a este Colendo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. (doc.anexo)

COM UM ESQUEMA tão bem “*organizado*” – pelo tamanho e complexidade encerrados – onde todos os detalhes não escapavam à cata dos arquivos, no entanto, não sobrou nenhuma prova documental contundente contra a SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A TAL “LISTA DE FLS.218 DO AVULSO I” (doc.07) por outro lado, é documento confeccionado unilateralmente pela PLANAN – engenho trivial em qualquer computador – imprestável para caracterizar qualquer liame que se pretenda; e que, muito embora, não fazendo constar a data em que foi laborado, indica lapso de tempo posterior (ou no mínimo concomitante), ao corte orçamentário de 20% promovido pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE às emendas aprovadas.

DE QUALQUER FORMA, à míngua de provas documentais faltantes, é bastante elucidativo, no “*Relatório Parcial da CPMI das Ambulâncias*”, o tópico

Senado Federal/SGM/CEDP 15
Proc. Nº *Rce 2 / 2006* Fls. *226*

*“Análises e Transcrições de Gravações Telefônicas”, de onde se extrai, ab initio, “**Não encontramos no material coletado pela Polícia Federal interceptações que façam referência direta à Senadora Serys**” (pág.850) (doc.15)*

AS CONTRADIÇÕES MANIFESTAS NOS DEPOIMENTOS DA ‘FAMIGLIA VEDOIN’

DIZ LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN, sob regime de delação premiada:

“QUE entre os meses de setembro e outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com o interrogando; QUE naquela oportunidade, Paulo disse ao interrogando que estava precisando de R\$35.000,00, para pagar uma conta de campanha da Senadora;” (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, fls.63, numeração CPMI das Ambulâncias –doc.12)

JÁ O PAI, DARCI VEDOIN – o homem dos contatos políticos – também sob o mesmo regime de delação premiada, declara:

Senado Federal/SGM/CEDP

16

Proc N° RCP 01/006 Fls 222

“QUE Paulo Roberto, genro da Senadora, juntamente com Sérgio, ligado a uma construtora de Pontes e Lacerda, conhecido do reinterrogando e Luiz Antônio, **foram** até a sede da Planam em Cuiabá; **QUE Paulo, nessa oportunidade, pede a Luiz Antônio R\$ 35.000,00, para pagamento de despesas de campanha da Senadora, durante o ano de 2002;**” (depoimento de Darci Vedoin, pag.08, Justiça Federal de Mato Grosso – grifo –doc.13)

AFINAL, foi um ano depois das eleições, como disse o filho, **ou “durante o ano de 2002”**, como disse o pai?

DE NOVO LUIZ ANTONIO VEDOIN:

“QUE a título de adiantamento **o interrogando entregou pessoalmente a Paulo, na presença de Ivo Marcelo e Sérgio na sede da Planam em Cuiabá, R\$35.000,00 em espécie;**” (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, fls.63/64, numeração CPMI das Ambulâncias –doc.12)

AGORA DARCI VEDOIN:

“QUE retornando à sede da Planam, em outra oportunidade, **entregou em mão para Paulo, na presença de Sérgio, R\$ 35.000,00 em espécie;**” (depoimento de Darci Vedoin, pag.08, Justiça Federal de Mato Grosso –doc.13)

Senado Federal/SGM/CEDP

17

Proc. Nº REP 1/2006 Fls. 228**ESQUECERAM DE COMBINAR,**

afinal, quem teria dado o dinheiro!!!, e, pior, **sumiu-se** com o *genro* IVO MARCELO. Seria irônico, se não fosse **trágico: ato falho** por parte do patriarca.

**PODERIA PARAR POR AÍ, MAS
OS CRIMINOSOS QUERIAM MAIS!!!**

NOS TRABALHOS REALIZADOS – agora já sob o timão da CPMI DAS AMBULÂNCIAS – no entanto, LUIZ ANTONIO VEDOIN acrescenta algumas outras informações que, antes de não disfarçar a ira do depoente contra a Senadora SERYS SLHESSARENKO, acaba por evidenciar uma série de contradições manifestas com o depoimento do mesmo, em sede judicial, transcrito alhures.

“(…).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Estou falando aqui o que eles disseram. Eu já vou encerrar. **A última pergunta.** Quando foi... No momento que **citou a Senadora Serys**, inclusive, tem aqui um mal-entendido que quero falar disso num outro momento em outro lugar. Mas, a respeito do genro dela. O genro dela falou em nome dela ou algum momento ela pessoalmente participou de alguma conversa?

Senado Federal/SGM/CEDP

18

Proc Nº RP 2/2006 Fls 223

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: O genro dela falou em nome dela, e foi feita a Emenda do jeito que eu passei para ele dos valores que eu pedi.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É onde está a relação que V.Sª. acha que ela tem conhecimento dos fatos.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Pegou trinta e cinco mil, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele pegou.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ele pegou. Fez a Emenda do jeito que eu pedi. Pôs aonde eu pedi, os valores que eu pedi e ela assinou, no mínimo tem que trocar de genro, não é? Se ela não sabia, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas volta aqui uma suspeita de que ela foi a beneficiada?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ela não tratou.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só estou voltando ao assunto da ordem. Você tem na sua frente, o genro e não ela.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Em nome dela.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele disse para você que era o nome dela. E ela assinou a Emenda. Aí não aceita a provocação.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº AP 2 / 2006 Fls. 22

19

Então, me responda só isso. Alguns dos Senadores, algum dia esteve com V.Sª?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sempre alguma pessoa em seu nome. Sr. Presidente, eu neste momento me dou por satisfeito." (pág.84/85 depoimento de Luiz Antônio Vedoin à CPMI das Ambulâncias – grifos propositais –doc.14)

A DESPEITO DE RECONHECER – sobre o por ele alegado envolvimento da Senadora SERYS SLHESSARENKO – que **“ELA NÃO TRATOU”**, bem assim que **“NÃO”** esteve com a mesma, o réu confesso delator se atrapalhou todo.

ATÉ ENTÃO, pelo mesmo depoente, vinha sendo afirmado, em sede de seu depoimento perante a Justiça Federal de Mato Grosso:

“Que o interrogando esclarece que a promessa de emenda superior a um milhão de reais. não concretizou-se, tendo sido realizada uma emenda no valor de setecentos mil;” (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, fls.63, numeração CPMI das Ambulâncias –doc.12)

“QUE os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos pelo interrogando; QUE foi o próprio

Senado Federal/SGM/CEDP

20

Proc. Nº ACP 3.130/06 Fls. 231

Paulo quem passou ao interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser procuradas nos municípios para acertarem os detalhes das licitações direcionadas" (depoimento de Luiz Antônio Vedoin, fls.64, numeração CPMI das Ambulâncias –doc.12)

(...)

"QUE o Interrogando acredita que a Senadora tinha conhecimento dessas negociações, porque, inicialmente, Paulo Roberto havia se comprometido com uma emenda de um milhão de reais;" (pág.06 do depoimento de Luiz Antônio Vedoin –doc.12)

"(...) do jeito que eu pedi"; "Pôs aonde eu pedi"; "do jeito que eu pedi para ele"; "dos valores que eu pedi". **a contradição é flagrante:**

→ *uma hora* teria sido Paulo o suposto responsável pela indicação dos municípios; *outra hora*, o próprio réu confesso **admite a indicação dos mesmos;**

→ não fosse o fato de que as demandas são solicitadas, em regra, pelos próprios Municípios (doc.04)

→ *uma hora* teria sido Paulo quem **teria prometido** a emenda de um milhão; *outra hora* o próprio réu confesso **admite que pediu o valor da emenda;**

Senado Federal/SGM/CEDP

21

Proc. Nº Rep 1/2006 Fls 232

E TEM MAIS: se para o próprio LUIZ ANTONIO VEDOIN, “**Ela** [SERYS] **não tratou**”, admitindo, ainda, que “**NÃO**” esteve algum dia com a mesma, como pode ‘acreditar’ que ela “tinha conhecimento dessas negociações”, se a suposta “promessa” de um terceiro “não concretizou-se”?

HÁ UMA RUPTURA LÓGICA, data venia, insuperável em todas essas contradições.

A NECESSIDADE DE DEPURAR O CONGRESSO NACIONAL

O ESQUEMA REVELADO é aterrador: as ramificações do CRIME ORGANIZADO tomaram conta de significativa parte das INSTITUIÇÕES, corroendo-lhe os vergastados pilares, não de hoje.

COBRAM-SE, DE TODOS, PROVIDÊNCIAS – diga-se imprescindíveis diante de tamanho descalabro – pelo que, na mesma proporção, tentam intimidar àqueles que, realmente, têm a firmeza de julgamento e a coragem de absolver aqueles que, como a

Senado Federal/SGM/CEDP

22

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 233

SENADORA SERYS SLHESSARENKO, não tem qualquer responsabilidade pelo ocorrido.

A GRAVIDADE DE TAL CRISE, todavia, cria as condições necessárias para a solução: procurar efetivamente saber **o quê ocorreu, como ocorreu**, até mesmo para evitar que **volte a ocorrer**; punindo-se quem deve ser punido e isentando aqueles que tem o direito inarredável de resgatar a sua honra no nefasto episódio.

TALVEZ O SENSO COMUM, aliado a um certo comodismo, grite por sumariedades, desdenhe de claras garantias constitucionais – mas o que são ‘garantias constitucionais’ no turbilhão aguçado e sensível das paixões políticas e das disputas eleitorais – senão, talvez, lusco-fusco dos que desafiam o primado segundo o qual, *“nenhuma pena passará da pessoa do condenado”* (art.5º, XLV, da Constituição Federal)?

ASSIM QUE, se de um lado, mais este escabroso episódio servirá para reafirmar o axioma da separação entre o ‘público’ e o ‘privado’; **por outro**, não pode rejeitá-lo ao equacionar decoro parlamentar à **honra** onde a referência é a **pessoa**: sujeito social e político cuja

Senado Federal/SGM/CEDP

23

Proc. Nº Rep 2/406 Fls. 234

integridade **não comporta fragmentação de papéis.**

(CARLA COSTA TEIXEIRA¹)

POIS, ainda que *ad argumentandum* e na hipótese absurda de considerar minimamente fidedigna a palavra (e somente a palavra!) dos criminosos – tenham os supostos fatos acontecidos ou não – careceriam, ainda assim, de intenção, na medida em que não se traduziram, definitivamente, em qualquer benefício, muito menos ainda, enriquecimento próprio.

QUANDO SE TRATA DE HONRA, a
intenção demonstra o sentimento e o caráter de quem age: a SENADORA SERYS SLHESSARENKO, por suas iniciativas implacáveis de combate ao **CRIME ORGANIZADO** (*ex vi*, das CPI ESTADUAIS, quando DEPUTADA ESTADUAL por 12 anos em MATO GROSSO, presidiu – exemplificando mas não exaurindo – a CPI DO NARCOTRÁFICO; a CPI DA EVASÃO FISCAL; a CPI DA TERRA), *talvez*, agora, esteja pagando o preço de sua atuação política e convicção de ideais. Ou *talvez* se trate de mero rancor, por suscetibilidades feridas daqueles que, com sensíveis pudores de última hora, não conseguem enxergar que, definitivamente, a SENADORA SERYS

¹ In “Decoro Parlamentar – A legitimidade da esfera privada no mundo público”
<http://www.unb.br/ics/dan/Serie176empdf.pdf>

Senado Federal/SGM/CEDP

24

Proc. Nº 212.1200 Fls. 235

SLHESSARENKO não é a causa determinante dos problemas que os abatem.

QUANDO a SENADORA SERYS SLHESSARENKO restituiu aos cofres públicos, ao longo de 16 anos de Parlamento, mais de R\$300.000,00(trezentos mil reais) correspondentes às sessões extraordinárias (doc.16/17) – por considerar, em juízo íntimo, injusto – e bem assim, abdicou da condição de se aposentar pelo FAP-Fundo de Aposentadoria Parlamentar da Assembléia Legislativa de Mato Grosso (doc.18) em circunstâncias, que também em juízo íntimo, considerava privilegiadas²; foi porque, justamente, acredita nos valores que cultua, e não serão os criminosos de viseria baixa que se lhe impedirão de assim continuar.

COM ESSAS CONSIDERAÇÕES, a Parlamentar em questão aguarda o arquivamento do presente feito, rogando que a justiça que ora lhe é invocada, não termine onde apenas deveria começar.

PROVA-SE O ALEGADO pelos inclusos documentos, requerendo ainda, caso necessário, a produção

² O FAP-FUNDO DE APOSENTADORIA PARLAMENTAR da Assembléia Legislativa de Mato Grosso possibilita – mediante desconto em folha da respectiva contra-prestação – o Deputado Estadual daquela Casa Legislativa, aposentar-se com vencimentos integrais, cumprido apenas 3 legislaturas, ou seja, 12 anos de contribuição. A Senadora Serys, portanto, já poderia – caso quisesse – estar aposentada como Deputada Estadual e recebendo os proventos equivalente. A isso, também renunciou.

Senado Federal/SGM/CEDP

25

Proc Nº Rel 2 / 2006 Fls 236

PROVA-SE O ALEGADO pelos inclusos documentos, requerendo ainda, caso necessário, a produção de provas orais (depoimento pessoal e testemunhas), reiterando, por fim – agora por requerimento expresso – a produção das provas documentais que, antanho, foram sugeridas na defesa prévia, não lida, perante à CPMI DAS AMBULÂNCIAS.

NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Brasília, 18 de agosto de 2006.



ALEXANDRE SLHESSARENKO
OAB/SP-109.087

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. _____

ANEXO II

INDICE

- 1) Procuração - (doc.01)
- 2) Relatório de Projetos de Emendas Individuais Apresentadas - MINISTÉRIO DA SAÚDE - 2003 - (doc.02)
- 3) Demonstrativo Sintético de Emendas Apresentadas para Ações que poderiam contemplar a aquisição de unidades móveis de saúde - (doc.03)
- 4) Exemplos de demandas dos Municípios - solicitações (doc.04)
- 5) Certidão TRE/MT dando conta da aprovação das contas de campanha 2002 (doc.05)
- 6) Parecer PL NR 31/2003 (doc.06)
- 7) Lista de fls.281, do avulso I (doc.07)
- 8) Caso Colider e Poxoréu (doc.08)
- 9) Caso União do Sul (doc.09)
- 10) Casos dos demais Municípios (doc.10)
- 11) Anel Viário de Pontes e Lacerda (doc.11)
- 11-A) Rsenha Parlamentar dando conta da devolução da emenda conjunta do Bairro Pedra 90 (doc.11-A)
- 12) Fragmentos do depoimento de LUIZ ANTONIO VEDOIN na Justiça Federal (doc.12)
- 13) Fragmentos do depoimento de DARCI VEDOIN na Justiça Federal (doc.13)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1012/2006 Fls. 238

- 14) Depoimento de LUIZ ANTONIO VEDOIN para a CPMI DAS AMBULANCIAS (doc.14)
- 15) Fragmento do RELATORIO PARCIAL DA CPMI DAS AMBULANCIAS
- 16) Declaração da Assembléia Legislativa de Mato Grosso mencionando que a Parlamentar nunca participou do FAP, bem como nunca recebeu por sessões extraordinárias ou jetons
- 17) Declaração do SENADO FEDERAL mencionando que a Parlamentar não recebeu por sessões extraordinárias
- 18) Declaração da Assembléia Legislativa de Mato Grosso referente a situação, outrora, da Aposentadoria da Parlamentar enquanto esta era Deputada Estadual
- 19) Constituição Social da Construtora Dinâmica
- 20) Sigilo bancário da Parlamentar no período que reporta o acusador

Procuração – (doc.01)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2/2006 - Fls 237

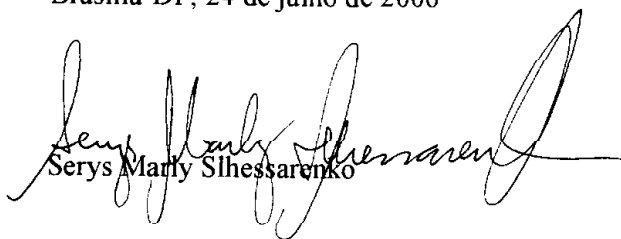
PROCURAÇÃO

Outorgante: **SERYS MARLY SLHESSARENKO**, brasileira, parlamentar, portadora da cédula de identidade civil RG nº 420S0515/RJ e CPF nº 437. 907.207-04, residente e domiciliada em Brasília-DF, SQS 309, Bloco D, apto. 404 – Asa Sul.

Outorgada: **ALEXANDRE SLHESSARENKO**, OAB/MT - 3291 e OAB/SP-109.087, com escritório profissional na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 388, sl. 01, Bela Vista, cidade de São Paulo, Cep. 01318-000 e Fone (11) 3107-0365.

Poderes: para defender seus interesses , podendo representá-la junto ao STF; PGR e CPMI, no que se refere à Operação Sanguessuga

Brasília-DF, 24 de julho de 2006

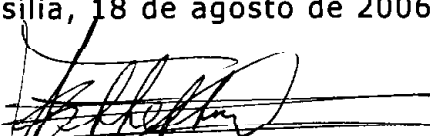

Serys Marly Slhessarenko

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 60.2/2006 Fls. 240

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes a mim conferidos por SERYS MARLY SLHESSARENKO, ao advogado DAVI MACHADO EVANGELISTA, OAB/DF-18.081, para em conjunto atuar nos Autos do Processo CEDP-28/2006 no Senado Federal.

Brasília, 18 de agosto de 2006.



Alexandre Slhessarenko
OAB/SP-109.087-A

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc N° Sc 21.232 Fls 291

**Relatório de Projetos de Emendas Individuais
Apresentadas – MINISTÉRIO DA SAÚDE – 2003 – (doc.02)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 21 Rev. Fis. 2003



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva

Fundo Nacional de Saúde
RELATÓRIO DE PROJETOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS

De 01/01/2003 à 31/12/2003 - 2003

Data: 29/05/2006
Hora: 15:56
Página: 40

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROCESSO/realização	OBJETO	EA	CONCEDENTE	PROPOSTA	VALOR EMPENHADO	SITUAÇÃO	CONVENIO
								CAPITAL	CORRENTE	PROJETO
										SI/PI
MS	CAMPO GRANDE	PREF MUN CAMPO GRANDE	2506 002631/2003-98 / SECAP/MS	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE - CAMPO GRANDE/MS	MU	159.920,00	15.992,00	159.920,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 36420011	MA: 40 AN/RSUB: 1623102	Cpt: 160.000,00 Crt:				159.920,00	0,00	
MS	DOURADOS	PREF MUN DOURADOS	2506 002811/2003-77 / SECAP/MS	CUSTEIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - DOURADOS/MS	MU	76.152,00	8.000,00	0,00	76.152,00	PAGO
		EMENDA Nº: 36420011	MA: 40 AN/RSUB: 1623468	Cpt:				0,00		
		EMENDA Nº: 3642002	MA: 40 AN/RSUB: 1623468	Cpt:				76.152,00	0,00	
MS	DOURADOS	PREF MUN DOURADOS	2506 002814/2003-19 / CG/SE	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE - DOURADOS/MS	MU	79.960,00	7.996,00	79.960,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 3642001	MA: 40 AN/RSUB: 1623468	Cpt:				79.960,00	0,00	
		EMENDA Nº: 3642002	MA: 40 AN/RSUB: 1623468	Cpt:				79.960,00	0,00	
MS	ITAPORA	PREF MUN ITAPORA	2506 082353/2003-40 / SECAP/MS	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	MU	59.970,00	7.500,00	59.970,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 36420011	MA: 40 AN/RSUB: 5776288	Cpt:				59.970,00	0,00	
MS	TACURU	PREF MUN TACURU	2506 002879/2003-3 / SECAP/MS	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	MU	79.960,00	3.996,00	79.960,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 36420010	MA: 40 AN/RSUB: 1623462	Cpt:				79.960,00	0,00	
TOTAL UF 7	Solic. Concedente:		811.122,00			675.852,00	83.226,00	439.780,00	236.072,00	
MT	ALTA FLORESTA	PREF MUN ALTA FLORESTA	2506 070844/2003-03 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - ALTA FLORESTA/MT	MU	99.960,00	12.500,00	99.960,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 3620001	MA: 40 AN/RSUB: 5776300	Cpt:				99.960,00	0,00	
MT	BARBAO BUGRES	PREF MUN BARBAO DO BUGRES	2506 067862/2003-75 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE SAÚDE - BARBAO DO BUGRES/MT	MU	199.900,00	19.990,00	0,00	199.900,00	PAGO
		EMENDA Nº: 3650008	MA: 40 AN/RSUB: 4380710	Cpt:				0,00		
MT	CAMPINAPOULS	PREF MUN CAMPINAPOULS	2506 069762/2003-1 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	MU	99.960,00	10.000,00	99.960,00	0,00	PAGO
		EMENDA Nº: 3620001	MA: 40 AN/RSUB: 5776300	Cpt:				99.960,00	0,00	
MT	DIAMANTINO	PREF MUN DIAMANTINO	2506 066600/2003-97 / SECAP/MT	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	MU	239.880,00	30.000,00	239.880,00	0,00	PAGO

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº Rcl 2/2006 Fls. 24



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde

RELATÓRIO DE PROJETOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS

De 01/01/2003 à 31/12/2003 - 2003

Data: 29/05/2006
Hora: 15:56
Página: 41

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROCESSO/Localização	OBJETO	EA	APROVADO	CONCEDENTE	PROPORTE	VALOR EMPENHADO	SITUAÇÃO	CONVENIO
									CAPITAL	CORRENTE	SI/PI
									239.880,00	0,00	
MT	FELIZ NATAL	PREF MUN FELIZ NATAL	2500.008147/2003-04 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - FELIZ NATAL - MT	MU	87.450,00	87.450,00	6.996,00	87.450,00	0,00	197506
		EMENDA Nº: 36260001 LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 At/VSUB: 5776080 Cpt: 1.108.800,00 Crt:	0,00	87.450,00	87.450,00	0,00	87.450,00	0,00	
MT	JACIARA	PREF MUN JACIARA	2500.008140/2003-04 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - JACIARA - MT	MU	115.142,00	115.142,00	9.211,00	115.142,00	0,00	495309
		EMENDA Nº: 33800008 WAGNER SALUSTIANO - PPB		MA: 40 At/VSUB: 5778184 Cpt: 118.200,00 Crt:	0,00	115.142,00	115.142,00	0,00	115.142,00	0,00	
MT	JUARA	PREF MUN JUARA	2500.067214/2003-48 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE - JUARA - MT	MU	287.856,00	287.856,00	28.785,00	287.856,00	0,00	497293
		EMENDA Nº: 31760001 DE VELASCO - PSL		MA: 40 At/VSUB: 5778180 Cpt: 287.800,00 Crt:	0,00	287.856,00	287.856,00	0,00	287.856,00	0,00	
MT	JURUEVA	PREF MUN JURUEVA	2500.078042/2003-36 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - JURUEVA - MT	MU	71.550,00	71.550,00	5.724,00	71.550,00	0,00	407286
		EMENDA Nº: 36270003 RICARTE DE FREITAS - PTB		MA: 40 At/VSUB: 1823072 Cpt: 308.800,00 Crt:	0,00	71.550,00	71.550,00	0,00	71.550,00	0,00	
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	PREF MUN NOVA CANAÃ DO NORTE	2500.006144/2003-52 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - NOVA CANAÃ DO NORTE	MU	98.950,00	98.950,00	7.986,00	98.950,00	0,00	495313
		EMENDA Nº: 36260001 LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 At/VSUB: 5776080 Cpt: 1.108.800,00 Crt:	0,00	98.950,00	98.950,00	0,00	98.950,00	0,00	
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	PREF MUN NOVA CANAÃ DO NORTE	2500.006169/2003-86 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA UNIDADE DE SAÚDE DE CANAÃ DO NORTE	MU	57.211,00	57.211,00	4.576,00	57.211,00	0,00	495312
		EMENDA Nº: 36270003 RICARTE DE FREITAS - PTB		MA: 40 At/VSUB: 1823072 Cpt: 308.800,00 Crt:	0,00	57.211,00	57.211,00	0,00	57.211,00	0,00	
MT	NOVA MARILÂNDIA	PREF MUN NOVA MARILÂNDIA	2500.067269/2003-29 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - MARILÂNDIA - MT	MU	98.950,00	98.950,00	10.000,00	98.950,00	0,00	495314
		EMENDA Nº: 36260001 LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 At/VSUB: 5776080 Cpt: 1.108.800,00 Crt:	0,00	98.950,00	98.950,00	0,00	98.950,00	0,00	
MT	NOVA MONTE VERDE	PREF MUN NOVA MONTE VERDE	2500.075366/2003-11 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - NOVA MONTE VERDE - MT	MU	74.843,00	74.843,00	5.987,44	74.843,00	0,00	495315
		EMENDA Nº: 36270003 RICARTE DE FREITAS - PTB		MA: 40 At/VSUB: 1823072 Cpt: 308.800,00 Crt:	0,00	74.843,00	74.843,00	0,00	74.843,00	0,00	
MT	NOVA MUTUM	PREF MUN NOVA MUTUM	2500.067440/2003-28 / SECAP/MT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - NOVA MUTUM - MT	MU	98.950,00	98.950,00	7.986,00	98.950,00	0,00	497809

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 212006 Fls. 244



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva

Fundo Nacional de Saúde
RELATÓRIO DE PROJETOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS

De 01/01/2003 à 31/12/2003 - 2003

Data: 29/05/2006
Hora: 15:56
Página: 42

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROCESSO/Localização	OBJETO	EA	CONCEDENTE	PROPOSTA	VALOR EMPENHADO	SITUAÇÃO	CONVENIO
								CAPITAL	CORRENTE	SIAT
MT	NOVA OLIMPIA	PREF MUN NOVA OLIMPIA	2000.067420/2003-58 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NOVA OLIMPIA - MT	MU	99.950,00	7.995,30	99.950,00	0,00	67939
EMENDA Nº: 3620001	LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 ANV/Sub: 6770080	Cpt: 1.188.800,00 Crt:	0,00	99.950,00	0,00	99.950,00	0,00	
MT	PORTO DOS GAUCHOS	PREF MUN PORTO DOS GAUCHOS	2000.069151/2003-54 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MU	MU	57.211,00	4.575,30	57.211,00	0,00	66552
EMENDA Nº: 3627003	RICARTE DE FREITAS - PTB		MA: 40 ANV/Sub: 1823072	Cpt: 306.800,00 Crt:	0,00	57.211,00	0,00	57.211,00	0,00	
MT	PORTO DOS GAUCHOS	PREF MUN PORTO DOS GAUCHOS	2000.069151/2003-58 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE DE SAUDE DE PORTO DOS GAUCHOS MT	MU	56.132,00	4.490,36	56.132,00	0,00	66318
EMENDA Nº: 3627003	RICARTE DE FREITAS - PTB		MA: 40 ANV/Sub: 1823072	Cpt: 306.800,00 Crt:	0,00	56.132,00	0,00	56.132,00	0,00	
MT	QUERENCIA	PREF MUN QUERENCIA	2000.067004/2003-39 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - QUERENCIA - MT	MU	99.950,00	7.995,00	99.950,00	0,00	48320
EMENDA Nº: 3628001	LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 ANV/Sub: 6770080	Cpt: 1.188.800,00 Crt:	0,00	99.950,00	0,00	99.950,00	0,00	
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	PREF MUN SANTA RITA DO TRIVELATO	2000.067317/2003-16 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA RITA DO TRIVELATO MT	MU	99.950,00	10.000,00	99.950,00	0,00	48322
EMENDA Nº: 3628001	LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 ANV/Sub: 6770080	Cpt: 1.188.800,00 Crt:	0,00	99.950,00	0,00	99.950,00	0,00	
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	PREF MUN SANTA RITA DO TRIVELATO	2000.076239/2003-98 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MU	MU	239.880,00	24.000,00	239.880,00	0,00	48325
EMENDA Nº: 3653002	DINO FERNANDES - PPB		MA: 40 ANV/Sub: 1823080	Cpt: 238.800,00 Crt:	0,00	239.880,00	0,00	239.880,00	0,00	
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	PREF MUN SANTA RITA DO TRIVELATO	2000.076239/2003-96 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AO MUNICIPIO	MU	279.880,00	22.388,36	279.880,00	0,00	48324
EMENDA Nº: 3653010	DINO FERNANDES - PPB		MA: 40 ANV/Sub: 1823080	Cpt: 278.800,00 Crt:	0,00	279.880,00	0,00	279.880,00	0,00	
MT	SANTO ANTONIO DO LESTE	PREF MUN SANTO ANTONIO DO LESTE	2000.067737/2003-8 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE	MU	99.950,00	10.000,00	99.950,00	0,00	48326
EMENDA Nº: 3628001	LINO ROSSI - PSDB		MA: 40 ANV/Sub: 6770080	Cpt: 1.188.800,00 Crt:	0,00	99.950,00	0,00	99.950,00	0,00	
MT	SACI JOSE DO XINGU	PREF MUN SACI JOSE DO XINGU	2000.076381/2003-11 / SECAPMT	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE	MU	99.950,00	10.000,00	99.950,00	0,00	48328

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 212028 Fls 245



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva

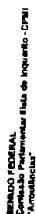
Fundo Nacional de Saúde
RELATÓRIO DE PROJETOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS
De 01/01/2003 à 31/12/2003 - 2003

Data: 29/05/2006
Hora: 15:56
Página: 43

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROCESSO/Localização	OBJETO	EA	CONCEDENTE	PROPONTE	VALOR EMPENHO CAPITAL	SITUAÇÃO CORRENTE PROJETO	CONVENIO SIAFI
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	PREF MUN SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	2500.068390/2003-81 / SECAPM	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT	MU	99.950,00	10.000,00	99.950,00	0,00 PAGO	46556
EMENDA Nº:	3626001	LINO ROSSI - PSDB				Cpt:	1.186.800,00 Crt:			
EMENDA Nº:	3626001	LINO ROSSI - PSDB				Cpt:		99.950,00	0,00	
TOTAL UF 23	Sólit. Concedentib:		3.582.450,00				271.212,00	2.866.485,00	198.200,00	
PA	ANANINDEUA	PREF MUN ANANINDEUA	2500.002698/2003-91 / SECAPP	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES MU	MU	119.940,00	12.000,00	119.940,00	0,00 PAGO	46536
EMENDA Nº:	3374003	VIC PIRES FRANCO - PFL				Cpt:	120.000,00 Crt:			
PA	ANANINDEUA	PREF MUN ANANINDEUA	2500.002401/2003-47 / CG/SISE	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES	MU	256.852,00	29.585,20	256.852,00	0,00 GERADO PRE CONVENIO	46535
EMENDA Nº:	3461004	JOSUE BINGTSON - PTB				Cpt:		256.852,00	0,00	
PA	BAGRE	PREF MUN BAGRE	2500.001929/2003-85 / SECAPP	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES PARA UNIDADES DE SAUDE - BAGREPA	MU	39.980,00	3.200,00	39.980,00	0,00 PAGO	46558
EMENDA Nº:	3461008	JOSUE BINGTSON - PTB				Cpt:		39.980,00	0,00	
PA	BARCARENA	PREF MUN BARCARENA	2500.002539/2003-21 / SECAPP	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES - BARCARENAPA	MU	159.920,00	20.000,00	159.920,00	0,00 PAGO	46538
EMENDA Nº:	2862004	FERNANDO RIBEIRO - PMDB				Cpt:		159.920,00	0,00	
PA	BELEM	SES PUBLICA DO PARA	2500.002462/2003-31 / SECAPP	REFORMA, CONSTRUCAO, AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES	ES	1.559.200,00	200.000,00	639.680,00	966.520,00 PAGOPARCIAL	46534
EMENDA Nº:	3464001	ZENALDO LOUTINHO - PSDB				Cpt:		639.680,00	966.520,00	
PA	BRASIL NOVO	PREF MUN BRASIL NOVO	2500.002415/2003-8 / CERROC	CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES	MU	63.980,00	5.115,00	63.980,00	0,00 GERADO PRE CONVENIO	46540
EMENDA Nº:	3123007	ARNALDO VALE - PSDB				Cpt:		63.980,00	0,00	
PA	CACHOEIRA DO RIO	PREF MUN CACHOEIRA DO RIO	2500.002692/2003-26 / CERROC	AMPLIACAO DE UNIDADE DE SAUDE - CACHOEIRA DO RIO PA	MU	79.980,00	6.368,80	79.980,00	0,00 GERADO PRE CONVENIO	46531
EMENDA Nº:	3123007	ARNALDO VALE - PSDB				Cpt:		79.980,00	0,00	

**Demonstrativo Sintético de Emendas Apresentadas para
Ações que poderiam contemplar a aquisição de unidades
móveis de saúde – (doc.03)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 101/2006 Fls 247



DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE EMENDAS APRESENTADAS PARA AÇÕES QUE PODERIAM CONTEMPLAR A AQUISIÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE

Doc_Autor	Autor	Periodo	Cod_Estado	Cod_LUG	Cores_LUG	Cof_Financiam	Objeto	MA	Local	UF	Valor_2002	Valor_2003	Valor_2004	Valor_2005
2022	SEBASTIÃO FERNANDES	11	2020001	86501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.1214.6561/1136	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO GROSSO (ESTADO)	4	40	MAIO GROSSO (ESTADO)	M	700.000,00		
2027	SEBASTIÃO FERNANDES	11	2020001	86501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.1214.6561/190	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO GROSSO (ESTADO)	4	43	MAIO GROSSO (ESTADO)	M	710.500,00		
2247	SEBASTIÃO FERNANDES	11	2020001	78911	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.1214.6561/1818	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - MAIO GROSSO	4	40	MAIO GROSSO	MT		750.000,00	700.000,00
										Roraima		750.000,00	700.000,00	700.000,00

**Exemplos de demandas dos Municípios – solicitações
(doc.04)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº SL 21600 Fls. 271



ESTADO DE MATO GROSSO
Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade
"BERÇO DO ESTADO"

Ofício 002-04

Vila Bela Ss. Trindade MT, 10 de Novembro de 2004

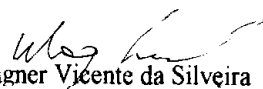
Senhora Senadora,

Conforme contatos feitos entre nós, estou enviando-lhe abaixo, relação dos projetos prioritários para nosso município no ano de 2005.

- 01 – Um Onibus Equipado com Gabinete Médico e Odontológico
- 02- Ampliação de Escolas Municipais
- 03- Recursos para Saneamento Básico
- 04- Recursos para Asfaltamento

Sendo o que tinha para o momento, e desde já me colocando ao seu inteiro dispor para eventuais esclarecimentos, subscrevo-me, mui

Atenciosamente.


Wagner Vicente da Silveira
Prefeito Eleito 2005/2008

Exma Sra.
Serys Silhessarenko
Senadora por Mato Grosso
Brasília DF

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Bel 2. 2006 Fis. 25



ESTADO DE MATO GROSSO
Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade
"BERÇO DO ESTADO"

Ofício n. 002-04 Vila Bela da Ss. Trindade MT, 16 de Novembro de 2004

Senhora Senadora,

Conforme contatos feitos entre nós, estou enviando-lhe abaixo, relação dos projetos prioritários para nosso município no ano de 2005.

01 - Patrulha Mecanizada - Equipada com Patrol, Caminhões e Etc
02 - Um Centro de Múltiplo Uso
03 - Construção e Aparelhamento Raio X e Ultra-sonografia
04 - Construção de um Mini Estádio
05 - Construção de Um Matadouro Municipal
06 - Construção de um Parque de Exposições
07 - Construção de uma Central de Comercialização
08 - Construção e Recuperação de Estradas Vicinais
09 - Aquisição de Um Caminhão Pipa
10 - Aquisição de Um Caminhão Coletor de Lixo
11 - Construção de Rede de Energia Rural
12 - Recursos para Saneamento Básico
13 - Recursos para Implantação de Piscicultura (Tanques Rede)
14 - 20 salas de aula zona rural R\$ 450.000,00
15 - Ônibus Equipado com Gabinete Medico-Odontológico

Sendo o que tinha para o momento, e desde já contando com vosso costumeiro apoio, subscrevo-me mui,

Atenciosamente.

Wagner V. da Silveira
Prefeito Eleito

Exma Sra.
Serys Silhessarenko
Senadora por Mato Grosso
Cuiabá MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº Ac P 2 / 2006 FIS 151



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO-PMDB

Of.GDZCP-681-04

Cuiabá, 19 de novembro de 2004

Excelentíssima Senhora
SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República
Brasília DF

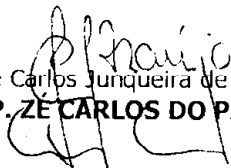
Senhora Senadora:

Encaminho a vossa excelência cópia, em anexo, das solicitações do Prefeito Antônio Rodrigues da Silva do município de Poxoréo para que sejam incluídos no Orçamento Geral da União de 2005.

- Drenagem de águas fluviais;
- Rede de esgoto sanitário;
- Recursos para adequação do sistema de abastecimento de água do município;
- Pavimentação de ruas e avenidas;
- Aquisição de 02 tratores equipados com implementos;
- Recursos para construção da feira do produtor rural;
- Recursos para ampliação e reforma das escolas municipais;
- Aquisição de ônibus escolar;
- Recursos para aquisição de ambulância;
- Recursos para construção de posto de saúde para o atendimento do Programa Saúde da Família no Distrito Aparecido do Leste e no Centro da Cidade de Poxoréo;
- Recursos para aquisição de equipamentos médicos para equipar o centro de saúde João Andrade de Figueiredo;
- Recursos para implantação do complexo turístico no Balneário Lagoa;
- Recursos para melhorias de acesso aos pontos com potenciais turísticos do município;
- Recursos para implantação do mini estádio;
- Recursos para construção de quadra cobertas;
- Recursos para implantação de centros comunitários e centros de convivência dos idosos;
- Ampliação dos programas sociais do Governo Federal no município.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,


José Carlos Junqueira de Araújo
DEP. ZÉ CARLOS DO PÁTIO-PMDB

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Act 2, 2004 Fls 252



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO
GABINETE DO PREFEITO

Ofício n° 175/2004-GP

Poxoréo-MT, 17 de novembro de 2.004

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. n° RCP 2. 2004 Fls. 253

Senhora Senadora,

O município de Poxoréo teve sua economia baseada na extração de diamantes, atividade que infelizmente não responde mais pelo sustentáculo econômico desta terra, e no momento, encontramos grandes dificuldades de ordens econômicas e sociais, e a oportunidade é de se buscar caminhos alternativos para o nosso desenvolvimento, diante disso é que venho a presença de Vossa Excelência solicitar apoio financeiro, através de emendas parlamentares para que possamos atender as demandas a seguir relacionadas:

INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO

- Drenagem de águas Huviais;
- Rede de esgotamento sanitário;
- Recursos para adequação do sistema de abastecimento de água do município;
- Pavimentação de ruas e avenidas..

AGRICULTURA

- Aquisição de 02 tratores agrícolas equipados com implementos, para atendimento ao pequeno produtor rural, em especial os que participam a assentamentos da reforma agrária;
- Recursos para a construção da feira do produtor rural.

EDUCAÇÃO

- Recursos para ampliação e reforma de escolas municipais;
- Aquisição de ônibus para melhorar o atendimento ao transporte escolar de alunos.

SAÚDE

- Recursos para aquisição de ambulâncias,
- Recursos para construção de Posto de Saúde para atendimento do Programa Saúde da Família no Distrito de Aparecida do Leste e no Centro da Cidade de Poxoréo, hoje alugamos prédio para o atendimento.
- Recursos para aquisição de equipamentos médicos para equipar o centro de Saúde João Andrade de Figueiredo, ampliado em 2.002 e ainda sem os equipamentos necessários para o atendimento satisfatórios à nossa população.

Av. Brasília, 809 - Jardim das Américas - Fone (066) 436 1368
CEP 78.800-000 - Poxoréo - MT

Senado Federal/SGM/CEDP



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO
GABINETE DO PREFEITO

TURISMO

- Recursos para implantação de complexo turístico no Balneário Lagoa, neste município;
- Recursos para melhorias de acesso aos pontos com potenciais turísticos do município

ESPORTES

- Recursos para implantação de mini-estádios;
- Recursos para construção de quadras cobertas.

AÇÃO SOCIAL

- Recursos para a implantação de Centros Comunitários e Centros de Convivência de Idosos
- Ampliação dos programas sociais do Governo Federal no Município.

Certos de que seremos atendidos por Vossa Excelência, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,

Antônio Rodrigues da Silva
Prefeito de Poxoréu

Excelentíssima Senhora

Senadora SERYS SLIHESSARENKO

DD – SENADORA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BRÁSÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Av. Brasília, 809 - Jardim das Américas - Fone (066) 436 - 1368
CEP 78.800-000 - Poxoréu - MT

POXORÉU
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rcl 2/2006 Fls 254

Jauru/MT em 22 de novembro de 2004.

Caríssima Senadora,


Diante da minha estada nesta Capital Federal, oportunidade em que faço esta visita, venho solicitar o empenho e dedicação de V Excia na locação de recursos ao nosso Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, seja por meio de Emendas Parlamentar e/ou Convênios.

O município de Jauru é um dos mais carentes do Estado, o que o torna dependente de Transferências de Recursos da União, já que a nossa Receita Própria precisa ter um incremento, desafio que terei como prefeito eleito para o próximo quadriênio.

Segue em anexo, relatório das principais necessidades do município.

Sabendo da visão municipalista de Vossa Excelência, desde já agradecemos.

Atenciosamente,


Pedro Ferreira de Souza
Prefeito Eleito de Jauru/MT

Exma Sra.
Serys Marly Silhessarenko
MD Senadora – Mato Grosso
Brasília/DF

Senado Federal/SOM/CEDP

Proc. Nº Rel. 2 / 2006 Fls 255

PRINCIPAIS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE
JAURO/MT

- ❖ Construção de dois Mini-Estádios;
- ❖ Asfalto na Sede e no Distrito de Lucialva;
- ❖ Creches;
- ❖ Área de Lazer;
- ❖ Centro de Convivência para Idosos;
- ❖ Ginásio Poliesportivo;
- ❖ Recuperação da Captação de Água;
- ❖ Recuperação de Mananciais (P'NMA);
- ❖ Canalização de Córregos:
 - Saúde;
 - Borá;
 - Texaco;
- ❖ Projeto Casulo;
- ❖ Recuperação de Estradas Vicinais:
 - P.A. Mirassolzinho,
 - P.A. Mirassolzinho II.
 - P.A. Corgão;
- ❖ Biblioteca Pública Municipal;
- ❖ 2ª Etapa Aterro Sanitário;
- ❖ Implantação de Rede de Esgoto;
- ❖ Transporte Escolar;
- ❖ Laboratório de Informática;
- ❖ Construção de Casas Populares;
- ❖ Convênios PRONAF;
- ❖ Aquisição de Equipamento Oftalmológico;
- ❖ Aquisição de Equipamento Endoscópico;
- ❖ Aquisição de Equipamento Odontológico;
- ❖ Aquisição de Ambulância à Diesel;
- ❖ Ampliação e Reforma do Centro de Saúde.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

Carlos Lucatto (065) 9606-1618

Waldir Garcia (065) 9972-8906

Carlos Rossi (065) 9913-0604

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel. 5 / 2006 Fls. 256



ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Canarana - MT

Canarana, 29 de novembro de 2004.

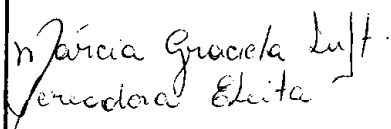
Ofício Especial

Senhora Senadora

Pelo presente estamos intermediando o pedido da comunidade de Garapu, distante de Canarana 28 quilômetros, a Vossa Excelência, que anseia pela construção de um PSF – **Programa de Saúde da Família** – com a aquisição de uma ambulância, e pede seu especial empenho no sentido da alocação de recursos no orçamento da União de 2005 para essa finalidade.

Contando com seu valioso empenho, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe nossa estima e consideração.

Atenciosamente


Pedro Lauri Kuhn
Vereador Eleito
Jarcia Graciele Luft
Vereadora Eleita

Exma Sra Senadora
Sherys Marluy Silhessarenko
Senado Federal
Brasília-DF

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 258

Ofício nº 10/2006

Brasnorte, 06 de dezembro de 2004

Honra Senadora

Vimos através do presente cumprimentá-la, e encarecendo a importância do contato com o Deputado Ságuas Moraes, requerer sejam incluídas as seguintes EMENDAS para o Município de Brasnorte:

- 1 - Emenda para aquisição de Parolha Mecanizada (tratores de esteira, moto niveladora, pá-carregadeira e caminhões basculantes);
- 2 - Emenda para Saneamento Básico (ampliação da rede e construção de poços artesianos);
- 3 - Emenda para Sistema de Cisternas Pluviais;
- 4 - Emenda para Construção da Vila Olímpica (ginásio de esportes, piscinas, pista multifunção, etc);
- 5 - Emenda para construção de Centro Cultural, com plenário para 300 pessoas, biblioteca, etc;
- 6 - Emenda para aquisição de Uma Caminhão especial para transporte de Lixo urbano;
- 7 - Emenda para aquisição de Parolha Agrícola mecanizada (tratores, plantadeira, grade, carreta agrícola etc);
- 8 - Emenda para aquisição de Emulsão Asfáltica para pavimentação do centro urbano;
- 9 - Emenda para aquisição de 20 computadores completos para instalação de escola pública de informática;
- 10 - Emenda para aquisição de uma Ambulância e um Ônibus para transporte escolar.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.


MAURO RUTHEISLER
Prefeito Eleito de Brasnorte

A
Senadora SPARYS SUHESARENKO
Brasília - DF

Senado Federal/SGM/CE/DP
Proc. Nº ACP 2/2006 Fls. 258



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Paranatinga-MT, 06 de Dezembro de 2004.

Ofício Circular Nº- 212/2004

Excelentíssima Senhora Senadora

Norteados com o espírito de integração e buscando as parcerias necessárias para a continuidade do crescimento de nossa região, vimos solicitar de V. Exª providências no sentido de destinar recursos no Orçamento Geral da União – OGU/2005 para atender as necessidades de nosso Município, carente como a maioria dos municípios da União em fase de desenvolvimento; recursos para os setores da:

Saúde, Educação, Infraestrutura, Saneamento, Canalização de Águas Pluviais, Cultura, Pavimentação Perímetro Urbano.

Certos de vosso empenho neste sentido, colocamo-nos ao vosso inteiro dispor no âmbito da reciprocidade, desejando-vos sucessos em vossas atividades públicas e particulares.

Atenciosamente

Gabinete da Vereadora

VALÉRIA DA SILVA NICOLA
VICE-PRESIDENTE LEG. MUNICIPAL

**Exmª- Senhora
Serys Marli Silhessarenko
Senadora da República
Brasília - DF**

João Bosco de Arruda

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 100.2/2004 Fls 159

Nova Ubiratã-MT, 07 de dezembro de 2004.

Exmo. Sra.
SERYS SLHESSARENKO
MD. Senadora da República
Mato Grosso.

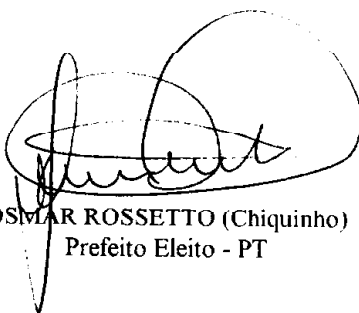
Senhora Senadora.

Primeiramente agradecemos em nosso nome e em nome do povo de Nova Ubiratã o vosso valoroso apoio em nossa campanha, o que com certeza foi determinante para nossa vitória, demonstrando o verdadeiro espírito de companheirismo que nos diferencia dos demais partidos.

Aproveitamos para encaminhar um breve relato das principais carências de nosso município e solicitamos vosso apoio para que possamos levar estas obras para Nova Ubiratã.

Certos de contarmos sempre com vosso apoio, agradecemos em nome de todos os companheiros de Nova Ubiratã.

Saudações Petistas.



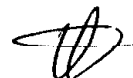
OSMAR ROSSETTO (Chiquinho)
Prefeito Eleito - PT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACP 2 / 2006 Fls. 260

O Município de Nova Ubiratã é formado por 04 assentamentos e 04 distritos todos com acesso através de estradas de terra, sendo:

- **Distrito de Parque Água Limpa**, que dista 85 Km da Sede do Município com aproximadamente 150 famílias na sede do distrito
- **Distrito de Santo Antônio do Rio Bonito**, que dista 45 Km da Sede do município com aproximadamente 100 famílias na sede.
- **Distrito de Novo Mato Grosso**, que dista 48 Km da Sede do Município com aproximadamente 130 famílias na sede.
- **Distrito de Santa Terezinha do Rio Ferro**, que dista 90 Km da sede com aproximadamente 50 famílias na sede do distrito.
- **Assentamento Piratininga** que dista 90 KM da sede com 320 famílias Assentadas.
- **Assentamento Cedro Rosa** que dista 10 KM da sede com 101 famílias assentadas.
- **Assentamento Boa Esperança (Entre Rios)** que dista 150 KM da sede com 408 famílias assentadas.
- **Assentamento Santa Terezinha** que dista 180 Km da Sede, com 150 lotes já demarcado, com algumas famílias assentadas, mas com problemas para assentar as demais famílias.

EDUCAÇÃO



- Ampliação de espaço físico tanto na sede como nos distritos e assentamentos, com a construção de 12 salas de aula.
- Construção de escola no Assentamento PA Boa Esperança (Entre Rios), com 08 salas de aula.
- 06 Quadras de Esportes cobertas (sede do Município, Assent. Piratininga, Distrito Parque Água Limpa, Distrito Santo Antônio do Rio Bonito, Distrito de Novo Mato Grosso e Assentamento Boa Esperança).
- Sala de Informática, proporcionando acesso a Internet, tanto para Professores como para os Alunos.
- Mini-Estádios.
- Ônibus para Transporte Escolar.
- Construção de Escola Estadual na Sede do Município.

Senado Federal/SGM/CFDP

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 261

SAUDE

- Construção de um prédio para Pronto Atendimento na sede do Município.
- Equipar os Posto de Saúde dos Distritos e Assentamento com Gabinetes Odontológicos Básicos (06 unidades).
- Construção de novos Postos de Saúde nos Assentamentos Piratininga e Boa Esperança (Entre Rios).
- Implantação de uma Estação para Tratamento de Água.
- Ambulâncias (Atualmente o Município dispõe de duas em estado de conservação razoável e duas em péssimo estado de conservação, sendo que as localidades de Assentamento Boa Esperança (150 KM), Distrito Santa Terezinha (90 KM) e Sinopão (120 KM) não dispõe de Ambulâncias.

AGRICULTURA

- Apoio para implantação do Projeto Luz Para Todos.
- Implantação da Feira Livre para pequenos produtores.
- Viabilizar junto ao Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, uma unidade de coleta e recebimento para o Município.
- Patrulha Agrícola para atender os pequenos produtores rurais.
- Auxílio para Implantação do Pronaf Agroindústria.
- Auxílio para Regularização Fundiária, principalmente dos Distritos de Novo Mato Grosso, Santo Antônio do Rio Bonito e Gleba Tartaruga.

INFRA-ESTRUTURA

- Asfaltamento e saneamento básico da sede do Município.
- Patrulha Rodoviária.
- Levantamento e Cascalhamento da Rodovia MT 242.
- Construção de Prédio para Funcionamento da Prefeitura Municipal.
- Mais Casas Populares para a sede e para os Distritos.
- Construção de Unidade de Educação Infantil no Bairro Jardim Vitória.
- Implantação de centrais telefônicas nos principais distritos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

OF. Nº. 061/SMS/GS

Barra do Bugres, 04 de Fevereiro de 2005.

Senhora Senadora

Cumprimentamos à Vossa Excelência com a alegria de representarmos a bandeira do (PT) Partido dos Trabalhadores, sob a qual iniciamos em 1º de janeiro nossa gestão no município de Barra do Bugres-MT. Temos buscado desempenhar com sucesso nossas funções e cumprir com nosso ideal de bem servir nossos munícipes. Para tanto, temos encontrado algumas dificuldades em função da escassez de recursos financeiros e materiais e das muitas necessidades a serem atendidas pela pasta da saúde e promoção social. Diante disso, nos reportamos à Vossa Excelência por meio deste para solicitar vosso apoio na alocação de recursos destinados ao nosso município para que possamos adquirir **um veículo ambulância** para atender o distrito de **Assari**. Este distrito fica localizado a cerca de 20km de distância de nosso município, com uma população de aproximadamente 1.800 habitantes, havendo a necessidade de que os pacientes com problemas de saúde de maior complexidade sejam removidos até nosso hospital municipal na sede do município. No entanto, o veículo que no momento é utilizado está sem as condições mínimas de utilização, causando sérios problemas no transporte dos pacientes e colocando em risco a integridade física de tais pessoas. Necessitamos também de **01 ambulância** para atender os **03 assentamentos** que estão localizados dentro da área geográfica de nosso município. Isso se faz necessário em virtude da distância de tais assentamentos e com acesso feito através de estradas desprovidas de asfalto. Esta ambulância é necessária para prover o atendimento necessário às pessoas destas localidades, removendo pacientes até o hospital na sede do município nos casos de maior gravidade como picadas por animais peçonhentos, acidentes de trabalho, etc. Gostaríamos de contar com vosso apoio e vossa sensibilidade nos apoiando no sentido de conseguirmos os referidos recursos para a aquisição destas **02 ambulâncias** e assim podermos cumprir com sucesso nossa missão de cuidar da saúde de nossos munícipes.

Certos de poder contar com vossa colaboração, agradecemos.

Atenciosamente

À Vossa Excelência a Srª
SERYS SLHESSARENKO
Ala Senador Filinto Muller, Gab. 07
Senado Federal
Cep: 70160-900
Brasília - DF

Jose Augusto Gomes Josetti
Sec. Mun. Saúde e Prom. Social

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº ACP 2120x Fls 263



CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

Porto Estrela-MT, 13 de Fevereiro de 2005.

Ofício Nº 011/2005.

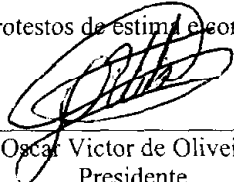
DA: CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
Mesa DiretoraPARA: EXMª SRª SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPUBLICA

Companheira Senadora!

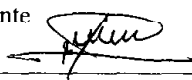
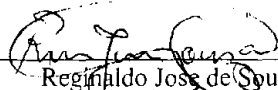

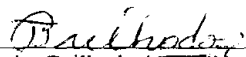
Nós da Mesa Diretoria desta Câmara Municipal, abaixo assinados, vimos através do presente, até a digníssima companheira, solicitar que nos ajude conseguir para este município, 02(Dois) Laboratórios de Informática com 20(Vinte) Computadores cada; Sendo 01(Um) para a Escola Estadual E.F.E M Dep. Hitler Sansão; e 01(Um) para Escola Municipal Izabel dos Santos Faria, para que possamos estar dando esta possibilidade de aprendizagem as nossa crianças, adolescente e jovens estudantes; Bem como 01(Um) Veículo Micro-Ônibus, para transportar nosso universitários, que estudam em Barra do Bugres -MT e Várzea Grande-MT, pois os mesmo estudam em Faculdade particular, sendo a maioria professores Municipais, e a dificuldade é muito grande, pois pagam Faculdade, e Ônibus para conseguir chegar até a Faculdade; Diante da situação rogamos vossa atenção para que nos ajude amenizar a dificuldade dessas pessoas que muito necessitam.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a nobre companheira, a emenda que disponibilizou, par este Município 01(Um) Veículo para Saúde.

Sendo só para o momento, e certo de contarmos com o vosso apoio, elevamos protestos de estímulo e consideração.


Oscar Victor de Oliveira-(PSB)
Presidente

Atenciosamente


Mario Aparecido dos Santos-(PL)
Vice- Presidente
Reginaldo José de Souza-(PT)
1º Secretário
Ezequiel do Carmo Ferreira -(PT)
2º Secretário
Joaquim Brilhadori-(PFL)
MembroSenado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº POF 213005 Fls 064



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA
GOVERNO MUNICIPAL 2005/2008

JACIARA MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2005

OFÍCIO N.º 236/05-GP

Senhora Senadora,

Com especial reverência, tomamos a liberdade de nos dirigirmos a essa distinta Senadora para expor e solicitar o que se segue.

O Executivo Municipal e este Secretário de Saúde temos envidado todos os esforços com o objetivo de correspondermos aos anseios e necessidades da população Jaciarense, particularmente na área de saúde, visando buscar a melhor solução para os problemas de nosso dia-a-dia.

Já no início de nossa Administração, em princípio, podemos constatar algumas dificuldades que nos levam a uma reflexão mais profunda, como por exemplo:

- 1) O Município de Jaciara transporta, diariamente, cerca de 20 a 30 pessoas para Cuiabá e/ou Rondonópolis, a fim de se submeterem a exames especiais e/ou consultas com especialistas e estamos enfrentando sérios transtornos no transporte destes pacientes.
- 2) Observamos que está prejudicado o atendimento médico e odontológico às famílias residentes nos Assentamentos, Distrito de Selma e na Zona Rural em geral, por falta de uma Unidade Móvel de Saúde equipada que possa levar uma equipe composta pelos respectivos profissionais e, assim, prestar assistência a essas comunidades.

Av. Antonio Ferreira Sobrinho, 1075 – Fone: (66) 461-1308 – Fax: (66) 461-2255 - CEP 78.820.000
Jaciara – Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Act 2. 12.005 Fls. 265



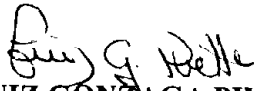
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA GOVERNO MUNICIPAL 2005/2008

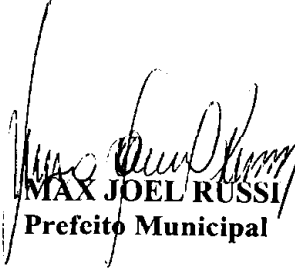
Diante do exposto, solicitamos os valiosos préstimos de Vossa Excelência, no sentido de viabilizar providências no âmbito deste Governo Federal para que o Município de Jaciara-MT possa ser contemplado com um Microônibus e uma Unidade Móvel de Saúde equipada para, respectivamente, atendermos às duas situações em referência.

Desta forma, confiantes no espírito altruísta que sempre norteou essa Senadora, fazemos presente nossos agradecimentos, enfatizando a relevância do atendimento à nossa solicitação, para que os objetivos propostos por esta Administração possam ser alcançados.

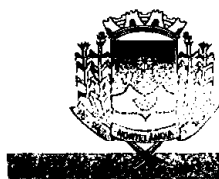
Sendo o que se nos apresenta, para o momento, continuamos à disposição de Vossa Excelência e reiteramos-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração, com nossos cordiais cumprimentos e votos de permanente sucesso em todas as suas atividades em 2005.

Atenciosamente,


LUIZ GONZAGA PIVETTA
Secretário Mun. de Saúde


MAX JOEL RUSSI
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora
Senadora SERYS MARLY SLHESSARENKO
Senado Federal
Brasília-DF
Fax (0**61) 311-2721



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CNPJ: 03.425.170/0001-06

Ofício n.º 037/2005

Em, 28 de Fevereiro de 2005.

EMENTA: Solicitação (FAZ)

senhora Senadora,

Considerando que o município de Nortelândia possui uma área rural extensa com pequenas e médias propriedades e comunidades rurais, como também 02 Assentamentos, sendo: Assentamento "São Francisco" com 71/setenta e uma famílias assentadas e o projeto de Assentamento "Raimundo da Rocha", em fase final, com 210(duzentas e dez) famílias acampadas.

Considerando a importância que a comunidade rural necessita de atendimento e assistência médica e odontológica, vimos através do presente, solicitar de Vossa Excelência a liberação de uma **Unidade Móvel** com atendimento médico e odontológico para o município de Nortelândia-MT.

Certos do atendimento a nossa solicitação, antecipamos nossos agradecimentos, respeito e consideração.

Atenciosamente,

VILSON ASCARI
PREFEITO MUNICIPAL

Exm.ª Senhora
Serys Slhessarenko
DD. Senadora da República
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Rec 2.2005 Fls 267

Avenida Prefeito João Macaúba, 82 - Centro - CEP 78.430-000 - Nortelândia - MT
TELEFON (66) 346-1411- Email: pmnortelandia@reporternews.com.br

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

OFÍCIO Nº 066/05/GP

Em, 8 de março de 2005.

Senhora Senadora,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos através deste, solicitar de Vossa Excelência esforços no sentido de intervir junto ao Ministério da Saúde, para a aquisição de uma **Unidade Móvel** para o município de Planalto da Serra-MT.

Estamos localizado aproximadamente a 250 quilômetros da capital, e nas urgências, sentimos dificuldades de transportes para os pacientes de maior gravidade, tendo que se deslocar até o recurso mais próximo.

Na certeza do empenho Vossa Excelência neste pleito, antecipadamente reiteramos nossos votos de apreço.

Cordialmente,



Denis Peixoto Ribeiro
Prefeito Municipal
Planalto da Serra - MT

Excelentíssima senhora
SERYS SLHESARENKO
MD. Senadora da República
Brasília - DF

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº AP 2.12006 Fis 268

Praça São Carlos, 755 - Centro - Planalto da Serra - MT - CEP 78.855-000
Fone: (66) 328-6200 - Fax: (66) 328-6203 - e-mail: prefeitura.serr@terra.com.br



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Vale de São Domingos

GESTÃO: 2005 / 2008

Ofício Nº 053 CM-VSD/MT.

Vale de São Domingos, 07 de Abril de 2005.

Solicitação: Faz.

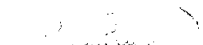


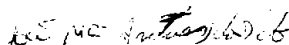
Senhora Senadora

Queremos, Senhora Senadora, neste momento apresentar a Vossa Excelência, os nossos cumprimentos, em cuja oportunidade estamos formalizando solicitação. Contando com a Vossa prestimosa, indispensável atenção no sentido de angariar 01(uma) ambulância para auxiliar no atendimento da Saúde em nosso Município.

Contando com a extraordinária atenção de Vossa Excelência, ficamos na expectativa de sermos atendidos.

Na oportunidade elevamos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


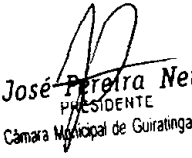


Elson Ellio Vieira.
Presidente.
Almerindo José Alves.
Daniel Gonzaga Correia.
Ailton da Rocha Duarte.
José Eduardo de Oliveira.
João M. Antunes da Silva
Suelly Aparecida Rodrigues

Ilma Sr^a
Serys Shessarenko.
Senadora.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 1002 / 2005 Fls. 264

*Estado de Mato Grosso***CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRATINGA**

P R O T O C O L O		<input type="checkbox"/> Projeto de lei <input type="checkbox"/> Projeto de decreto legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de resolução <input checked="" type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção de Congratulação <input type="checkbox"/> Emenda	Nº 030/2005
	AUTOR: Vereador Reginaldo do PT		
<p>EXMA. SRA. SENADORA SERYS, EM BRASILIA DF.</p> <p>Pelo presente, vimos mui - respeitosamente REQUERER de V. Exa., gestão, no sentido de inserir emenda no orçamento geral da União, no sentido viabilizar recursos destinados a aquisição de uma UTI móvel para o município de Guiratinga Nestes termos pedimos urgente gestão.</p> <p>SALA DAS SESSÕES, 02/05/2005.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"> <div style="text-align: center;">  Ozéas Pondé Dias VEREADOR Câmara Municipal de Guiratinga-MT </div> <div style="text-align: center;">  José Pereira Neto PRESIDENTE Câmara Municipal de Guiratinga-MT </div> <div style="text-align: center;">  Reginaldo Neves dos Anjos 2º SECRETÁRIO Câmara Municipal de Guiratinga-MT </div> </div> <p style="text-align: center;">Autor:.....</p>			

Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº Rel 21306 Fls. 270

**Certidão TRE/MT dando conta da aprovação das contas de
campanha 2002 (doc.05)**

5)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 609.2.12006 Fls. 274

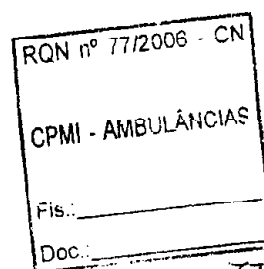


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

Senado Federal/SGM/CE
Proc. N° Arp 2/2006 Fls. 222

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que revendo os registros de autuação dos processos judiciais desta Corte Eleitoral, foi constatado a existência do Processo nº 3199/2002 – Classe “VII”, referente à Prestação de Contas da Sra. Gerys Marly Sihessarenko candidata ao cargo Senador nas Eleições de 2002. **Certifico**, ainda, que o referido processo foi julgado em 05/12/2002, através do Acórdão nº 14.143/2002, cuja decisão foi pela aprovação das contas de campanha eleitoral. Do que eu, Hélio Lima da Silva, Hélio Lima da Silva, Seção de Controle e Autuação de Processos, lavrei a presente aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e seis. Eu, Edivaldo Rocha dos Santos, Edivaldo Rocha dos Santos, Secretário da Secretaria Judiciária do TRE/MT, a fiz digitar e assino.



77



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Senado Federal/SGM/CED
Proc. nº Rel. 2006 Fls. 273

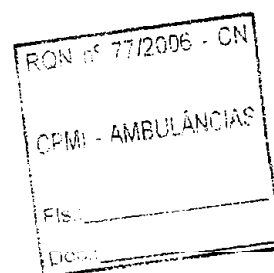
Doc.09: Prestação de Contas

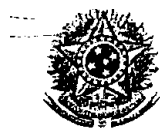
Doc.09-A: Conta Corrente da minha campanha 2002

Doc.09-B: Responsável pela administração financeira da
minha campanha 2002

Doc.09-C: Demonstração dos recibos eleitorais recebidos
da minha campanha 2002

Doc.09-D: Demonstração de despesas pagas após a minha
eleição em 2002





Justiça Eleitoral/MT

Eleições Gerais 2002

Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - Versão 1.23

pág.: 1

04/11/2002

18.51.13

Recibo de Entrega de Prestação de ContasNúmero do Protocolo: **19773/2002****Eleições - 2002****MATO GROSSO**

Senado Federal/SGM/CEDI

Partido: PT

Candidatura: **Senador**Proc. Nº 19773/2002 Fls. 274

Número: 131

Nome do Candidato: **SERYS MARLY SLHESSARENKO**

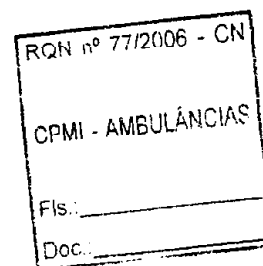
Data de Entrega: 04/11/2002

Número de Controle: **3188534127**Tipo da Entrega: **Disquete**Retificadora: **Não**

Prestação de contas recebida pela base de dados da Justiça Eleitoral. Certificada a autenticidade do número de controle impresso nas peças apresentadas.

Observação:

Assinatura do Servidor



79

DOC 71

„ EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DE MATO GROSSO

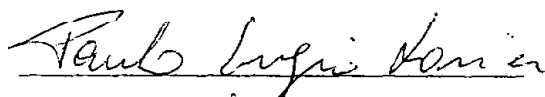
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc N° RCP 21/2006 Fis. 275

O COMITÊ FINANCEIRO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES,

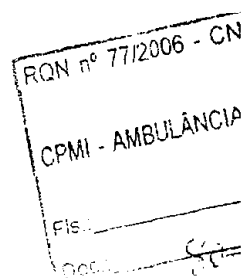
neste ato representado por PAULO SERGIO XAVIER, vem perante Vossa Excelência apresentar
a PRESTAÇÃO DE CONTAS da candidata Serys Marly Shessarenko, em cumprimento ao que
determina a Lei

Termos em que pede deferimento.

Cuiabá, 04 de outubro de 2.002



COMITÊ FINANCEIRO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



Cuiabá, 04 de novembro de 2002.

Ilmo Sr.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº ACP 21/2002 Fls. 276

Pelo presente estamos encaminhando ao comitê financeiro estadual os seguintes documentos:

- Os anexos I a IX, impressos pelo sistema, devidamente assinados pela candidata;
- O disquete gerado pelo sistema;
- Os extratos bancários;
- A guia de depósito comprovando o recolhimento das sobras financeiras de campanha.

Atenciosamente,


Serys Marly Silnessarenko

Paulo Sérgio Xavier
Presidente do comitê financeiro do Partido dos Trabalhadores
Cuiabá - MT

Recebido em
04/11/02
Blancin
Paulo Sérgio Xavier

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.: _____
Doc.: _____

81

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 08/10/2002
F0734227 AUTO-ATENDIMENTO 16.39.03
----- Extrato de Conta Corrente -----
Agencia: 2363 Conta: 00000012443 De: 01/07/2002 a 31/07/2002 Pag: 00001 / 00002
----- CONTA ENCERRADA -----
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico Documento Orig Lote V a l o r
9999 Saldo Anterior em 99/99/9999 0,00C
1807 502-DEPOSITO 0236300 2363 12671 3.000,00C
1807 Saldo Parcial 3.000,00C
1907 511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12670 3.000,00*
511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12667 20.000,00*
055-PAGTOS.DIV 0236300 12670 2.988,60D
1907 Saldo Parcial 11,40C ✓
2207 631-LIB.DEP.BL 23.000,00C
2207 Saldo Parcial 23.011,40C
2607 102-CH. COMPE 0850001 1910 13097 800,00D
102-CH. COMPE 0850002 1910 13097 3.500,00D
320-CPMF 11,35D ✓
2607 Saldo Parcial 18.700,05C

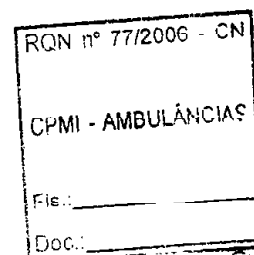
Continua...

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 08/10/2002
F0734227 AUTO-ATENDIMENTO 16.39.18
----- Extrato de Conta Corrente -----
Agencia: 2363 Conta: 00000012443 De: 01/07/2002 a 31/07/2002 Pag: 00002 / 00002
----- CONTA ENCERRADA -----
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico Documento Orig Lote V a l o r
3007 511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12669 6.000,00*
3007 Saldo Parcial 18.700,05C
3107 3107 631-LIB.DEP.BL 6.000,00C
3107 Saldo Final 24.700,05C

MPD09A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 08/10/2002
F0734227 AUTO-ATENDIMENTO 16.39.28
----- Extrato de Conta Corrente -----
Agencia: 2363 Conta: 00000012443 De: 01/08/2002 a 30/08/2002 Pag: 00001 / 00001
----- CONTA ENCERRADA -----
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico Documento Orig Lote V a l o r
3107 Saldo Anterior em 31/07/2002 24.700,05C
0208 511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12669 3.000,00*
103-CH.PAGO AG 0850004 3643 11747 3.800,00D
320-CPMF 16,34D
0208 Saldo Parcial 20.883,71C
0508 102-CH. COMPE 0850003 1910 13079 200,00D
631-LIB.DEP.BL 3.000,00C
0508 Saldo Parcial 23.683,71C
0608 102-CH. COMPE 0850005 1910 13079 102,00D
0608 Saldo Parcial 23.581,71C
0708 121-TRANSP.SDO 0008380 11035 23.566,13D
0708 Saldo Parcial 15,58C
0908 320-CPMF 15,58D
3008 Saldo Final 0,00C

Fim do extrato

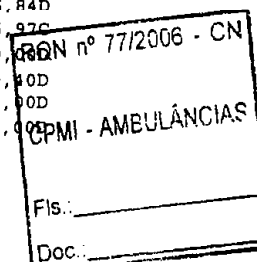
Senado Federal/SGM/CEDI
Proc Nº RCF 212026 Fls 277



```

----- Extrato de Conta Corrente -----
Agencia: 2363 Conta: 00000012532 De: 01/08/2002 a 31/08/2002 Pag: 00001 / 00005
----- E 2002 C S M SLHESSARENKO -----
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico          Documento Orig Lote          V a l o r
9999 Saldo Anterior em 99/99/9999 0008380 12035 0,00C
0708 621-TRANSP. SD 0008380 12035 23.566,13C
      102-CH. COMPE 0850009 1910 13097 720,00D
      102-CH. COMPE 0850015 1910 13097 10.000,00D
0708 Saldo Parcial 12.846,13C
0808 102-CH. COMPE 0850016 1910 13097 2.400,00D
0808 Saldo Parcial 10.446,13C
0908 102-CH. COMPE 0850005 1910 13097 600,00D
      320-CPMF 40,73D
0908 Saldo Parcial 9.805,40C
1208 102-CH. COMPE 0850019 1910 13079 170,00D
1208 Saldo Parcial 9.635,40C
1308 102-CH. COMPE 0850013 1910 13097 900,00D
1308 Saldo Parcial 8.735,40C
1408 127-FORN.CHEO. 0020813 1903 11113 5,00D
      102-CH. COMPE 0850021 1910 13097 670,00D
1408 Saldo Parcial 8.060,40C
1608 102-CH. COMPE 0850006 1910 13097 600,00D
      320-CPMF 18,02D
1608 Saldo Parcial 7.442,38C
2008 102-CH. COMPE 0850020 1910 13079 54,00D
      102-CH. COMPE 0850023 1910 13097 300,00D
2008 Saldo Parcial 7.088,38C
2108 511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12669 5.000,00*
2108 Saldo Parcial 7.088,38C
2208 511-BL.1D UTIL 0236300 2363 12667 5.000,00*
      631-LIB.DEP.BL 5.000,00C
2208 Saldo Parcial 12.088,38C
2308 102-CH. COMPE 0850032 1910 13097 350,00D
      320-CPMF 3,62D
      631-LIB.DEP.BL 5.000,00C
2308 Saldo Parcial 16.734,76C
2608 429-CH.PROCES. 0020823 1903 11113 0,40D
      102-CH. COMPE 0850030 1910 13079 200,00D
      102-CH. COMPE 0850031 1910 13097 400,00D
      102-CH. COMPE 0850033 1910 13097 3.700,00D
      102-CH. COMPE 0850034 1910 13097 1.000,00D
2608 Saldo Parcial 11.434,36C
2708 002-CHEQUE 0850037 2363 12669 200,00D
      2608 127-FORN.CHEQ. 0020826 1903 11113 5,00D
      2608 429-CH.PROCES. 0020826 1903 11113 1,60D
      102-CH. COMPE 0850025 1910 13079 163,95D
2708 102-CH. COMPE 0850029 1910 13079 200,00D
2708 Saldo Parcial 10.863,81C
2808 429-CH.PROCES. 0020827 1903 11113 1,20D
      102-CH. COMPE 0850036 1910 13079 200,00D
      102-CH. COMPE 0850038 1910 13079 170,00D
2808 Saldo Parcial 10.492,61C
2908 429-CH.PROCES. 0020828 1903 11113 0,80D
      102-CH. COMPE 0850026 1910 13079 225,84D
2908 Saldo Parcial 10.265,97C
3008 002-CHEQUE 0850043 2363 12667 460,00D
      2908 429-CH.PROCES. 0020829 1903 11113 0,40D
      102-CH. COMPE 0850007 1910 13097 600,00D
      102-CH. COMPE 0850018 1910 13097 2.400,00D

```



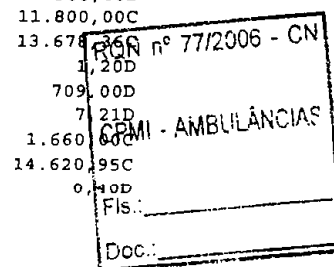
Senado Federal/SGM/CEDP
Doc. Nº 271/2006 Fls. 271

83

SENADO FEDERAL

Proc. Nº 77/2006 - CN

3808	102-CH. COMPE	0850027 1910 13079	120,00D
3008	320-CPMF		25,04D
3008	Saldo Parcial		6.660,53C
0209 3008	429-CH.PROCES.	0020830 1903 11113	1,60D
3108	Saldo Final		6.658,93C
3008	Saldo Anterior em 30/08/2002		6.660,53C
0209	511-BL.1D UTIL	0236300 2363 12669	16.000,00*
3008	429-CH.PROCES.	0020830 1903 11113	1,60D
	102-CH. COMPE	0850042 1910 13079	216,00D
0209	Saldo Parcial		6.442,93C
0309	231-TAR.MAN.CC	0020903 1903 11113	8,00D
	631-LIB.DEP.BL		16.000,00C
0309	Saldo Parcial		22.434,93C
0409	102-CH. COMPE	0850028 1910 13079	129,50D
	102-CH. COMPE	0850044 1910 13079	94,00D
	102-CH. COMPE	0850047 1910 13097	1.260,00D
0409	Saldo Parcial		20.951,43C
0609	320-CPMF		20,93D
0609	Saldo Parcial		20.930,50C
0909	102-CH. COMPE	0850002 1910 13097	10.000,00D
	102-CH. COMPE	0850010 1910 13097	720,00D
	102-CH. COMPE	0850014 1910 13097	900,00D
	102-CH. COMPE	0850022 1910 13097	3.500,00D
	102-CH. COMPE	0850039 1910 13079	125,00D
0909	Saldo Parcial		5.685,50C
1009	102-CH. COMPE	0850024 1910 13097	300,00D
	102-CH. COMPE	0850040 1910 13079	145,00D
	102-CH. COMPE	0850045 1910 13079	115,00D
	102-CH. COMPE	0850046 1910 13079	144,00D
1009	Saldo Parcial		4.981,50C
1109 1009	429-CH.PROCES.	0020910 1903 11113	1,20D
1109	Saldo Parcial		4.980,30C
1309	102-CH. COMPE	0850008 1910 13097	600,00D
1309	102-CH. COMPE	0850048 1910 13079	200,00D
	320-CPMF		60,60D
1309	Saldo Parcial		4.119,70C
1609 1309	429-CH.PROCES.	0020913 1903 11113	0,80D
	102-CH. COMPE	0850049 1910 13097	400,00D
1609	Saldo Parcial		3.718,90C
1709 1609	429-CH.PROCES.	0020916 1903 11113	0,40D
	102-CH. COMPE	0850041 1910 13079	206,00D
1709	Saldo Parcial		3.512,50C
1809	511-BL.1D UTIL	0236300 2363 12670	11.800,00*
	512-BL.2D UTIL	0236300 2363 12670	1.660,00*
	514-BL.4D UTIL	0236300 2363 12670	200,00*
	002-CHEQUE	0850054 2363 12670	493,34D
1809 1709	429-CH.PROCES.	0020917 1903 11113	0,40D
1809	Saldo Parcial		3.018,76C
1909	002-CHEQUE	0850056 2363 12667	700,00D
1809	429-CH.PROCES.	0020918 1903 11113	0,40D
	102-CH. COMPE	0850052 1910 13079	140,00D
	102-CH. COMPE	0850057 1910 13097	300,00D
	631-LIB.DEP.BL		11.800,00C
1909	Saldo Parcial		13.678,12C
2009 1909	429-CH.PROCES.	0020919 1903 11113	1,20D
	102-CH. COMPE	0850058 1910 13097	709,00D
	320-CPMF		7,21D
	631-LIB.DEP.BL		1.660,00C
2009	Saldo Parcial		14.620,95C
2309 2009	429-CH.PROCES.	0020920 1903 11113	0,40D



Proc. Nº 121/2006 Fls. 230

2309	102-CH. COMPE	0850035 1910 13097	1.000,00D
	102-CH. COMPE	0850051 1910 13079	130,00D
2309	Saldo Parcial		13.490,55C
2409	511-BL.1D UTIL	0236300 2363 12669	17.000,00*
	002-CHEQUE	0850059 2363 12669	200,00D
2309	429-CH.PROCES.	0020923 1903 11113	0,80D
	631-LIB.DEP.BL		200,00C
2409	Saldo Parcial		13.489,75C
2509	002-CHEQUE	0850065 2363 12671	400,00D
2409	429-CH.PROCES.	0020924 1903 11113	0,40D
	102-CH. COMPE	0850060 1910 13079	200,00D
	102-CH. COMPE	0850061 1910 13079	71,00D
	102 CH. COMPE	0850064 1910 13079	200,00D
2509	631-LIB.DEP.BL		17.000,00C
2509	Saldo Parcial		29.618,35C
2609	511-BL.1D UTIL	0236300 2363 12667	10.000,00*
	512-BL.2D UTIL	0236300 2363 12667	350,00*
	002-CHEQUE	0850063 2363 12669	250,00D
2509	429-CH.PROCES.	0020925 1903 11113	1,60D
	102-CH. COMPE	0850062 1910 13079	80,00D
2609	Saldo Parcial		29.286,75C
2709 2609	429-CH.PROCES.	0020926 1903 11113	0,80D
	102-CH. COMPE	0850066 1910 13097	300,00D
	102-CH. COMPE	0850067 1910 13097	1.073,20D
	320-CPMF		15,38D
	631-LIB.DEP.BL		10.000,00C
2709	Saldo Parcial		37.897,37C
3009	512-BL.2D UTIL	0236300 2363 12667	500,00*
	002-CHEQUE	0850069 2363 12670	200,00D
	002-CHEQUE	0850070 2363 12669	300,00D
2709	429-CH.PROCES.	0020927 1903 11113	0,80D
	102-CH. COMPE	0850074 1910 13097	35.000,00D
3009	631-LIB.DEP.BL		350,00C
3009	Saldo Final		2.746,57C
3009	Saldo Anterior em 30/09/2002		2.746,57C
N A O H A L A N C A M E N T O S			

DEPOSITOS EM CHEQUE SUJEITOS A DEVOLUCAO:

SALDO BLQ.1D UTIL	500,00C
JUROS	0,00
IOF	0,00
CPMF	141,37-

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

85

Senado Federal/SGM/Ct. Ur

Proc. Nº RCP 2 / 2002 Fls. 281

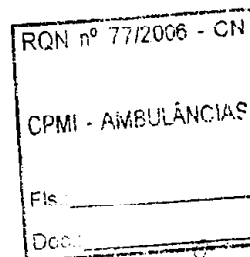
Agência: 2363 Conta: 00000012532 De: 01/10/2002 a 01/11/2002 Pag: 00001 / 00007

----- E 2002 C S M SLMESSARENKO -----

--- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmação ---

Data Bal.	Historico	Documento	Orig	Lote	V a l o r
3009	Saldo Anterior em	30/09/2002			2.746,57C
0110	002-CHEQUE	0850068	2363	12669	200,00D
	3009 429-CH.PROCES.	0020930	1903	11113	1,20D
0110	Saldo Parcial				2.545,37C
0210	830-DEP.ONLINE	0174400	1744	14521	30.000,00C
	002-CHEQUE	0850075	2363	12669	190,00D
	002-CHEQUE	0850076	2363	12669	190,00D
	002-CHEQUE	0850077	2363	12669	190,00D
	002-CHEQUE	0850078	2363	12669	160,00D
	231-TAR.MAN.CC	0021002	1903	11113	8,00D
	631-LIB.DEP.BL				500,00C
0210	Saldo Parcial				32.307,37C
0310	102-CH. COMPE	0850050	1910	13079	140,00D
0310	Saldo Parcial				32.167,37C
0410	912-BL.2D UTIL	0121602	1216	12722	200,00*
	002-CHEQUE	0850079	2363	12669	1.600,00D
	002-CHEQUE	0850087	2363	12667	1.500,00D
	102-CH. COMPE	0850072	1910	13097	500,00D
	320-CPMF				144,93D
0410	Saldo Parcial				28.422,44C
0710	002-CHEQUE	0850092	2363	12543	1.200,00D
	102-CH. COMPE	0850011	1910	13097	720,00D
	102-CH. COMPE	0850080	1910	13097	9.250,00D
	102-CH. COMPE	0850082	1910	13097	357,00D
	102-CH. COMPE	0850089	1910	13097	800,00D
	102-CH. COMPE	0850090	1910	13097	480,00D
	102-CH. COMPE	0850091	1910	13097	775,80D
0710	Saldo Parcial				14.839,64C
0410	912-BL.2D UTIL	0121602	1216	12722	200,00*
	002-CHEQUE	0850079	2363	12669	1.600,00D
	002-CHEQUE	0850087	2363	12667	1.500,00D
	102-CH. COMPE	0850072	1910	13097	500,00D
	320-CPMF				144,93D
0410	Saldo Parcial				28.422,44C
0710	002-CHEQUE	0850092	2363	12543	1.200,00D
	102-CH. COMPE	0850011	1910	13097	720,00D
	102-CH. COMPE	0850080	1910	13097	9.250,00D
	102-CH. COMPE	0850082	1910	13097	357,00D
	102-CH. COMPE	0850089	1910	13097	800,00D
	102-CH. COMPE	0850090	1910	13097	480,00D
	102-CH. COMPE	0850091	1910	13097	775,80D
0710	Saldo Parcial				14.839,64C
0810	002-CHEQUE	0850095	2363	12669	700,00D
	002-CHEQUE	0850096	2363	12669	800,00D
	0710 429-CH.PROCES.	0021007	1903	11113	2,40D
	102-CH. COMPE	0850071	1910	13079	180,00D
	102-CH. COMPE	0850073	1910	13079	40,00D
	102-CH. COMPE	0850083	1910	13079	160,00D
	102-CH. COMPE	0850084	1910	13079	24,00D
	102-CH. COMPE	0850085	1910	13079	150,00D
	102-CH. COMPE	0850086	1910	13079	150,00D
	102-CH. COMPE	0850088	1910	13079	150,00D
	631-LIB.DEP.BL				200,00C
0810	Saldo Parcial				12.683,24C
0910	0810 429-CH.PROCES.	0021008	1903	11113	3,60D
	102-CH. COMPE	0850081	1910	13079	270,00D
0910	Saldo Parcial				12.409,64C
1010	002-CHEQUE	0850094	2363	12670	200,00D
	0910 429-CH.PROCES.	0021009	1903	11113	0,40D
1010	Saldo Parcial				12.209,24C
1110	1010 127-FORN.CHEQ.	0021010	1903	11113	5,00D
	1010 429-CH.PROCES.	0021010	1903	11113	0,40D
	320-CPMF				75,80D
1110	Saldo Parcial				12.128,04C
1410	002-CHEQUE	0850097	2363	12669	688,00D
	102-CH. COMPE	0850093	1910	13079	200,00D
1410	Saldo Parcial				11.240,04C
1510	002-CHEQUE	0850102	2363	12669	600,00D
	1410 429-CH.PROCES.	0021014	1903	11113	0,80D
1510	102-CH. COMPE	0850099	1910	13097	808,68D
1510	Saldo Parcial				9.830,56C
1610	1510 429-CH.PROCES.	0021015	1903	11113	0,80D

Carlos Alberto de Melo
Gestor
Mat. 17882114



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. N.º Del. 2. 2006 - Fls. 282

	102-CH. COMPE	0850098 1910 13079	265,000
	102-CH. COMPE	0850100 1910 13097	921,000
1610	Saldo Parcial		8.643,76C
1710 1610	429-CH.PROCES.	0021016 1903 11113	0,800
	102-CH. COMPE	0850101 1910 13079	184,000
	102-CH. COMPE	0850103 1910 13097	703,500
	102-CH. COMPE	0850104 1910 13097	1.000,000
1710	Saldo Parcial		6.755,46C
1810	002-CHEQUE	0850105 2363 12669	4.000,000
1710	429-CH.PROCES.	0021017 1903 11113	1,200
1810	320-CPMF		14,000
1810	Saldo Parcial		2.740,26C
2110	002-CHEQUE	0850106 2363 12669	2.700,000
1810	429-CH.PROCES.	0021018 1903 11113	0,400
2110	Saldo Parcial		39,86C
2210 2110	429-CH.PROCES.	0021021 1903 11113	0,400
2210	Saldo Parcial		39,46C
2410	115-AV. DEBITO	0101551 2373 11155	6,800
2410	Saldo Parcial		32,66C
2510	320-CPMF		32,630
2510	Saldo Parcial		0,03C
0111	320-CPMF		0,020
	115-AV. DEBITO	0001561 2363 00015	0,010
0111	Saldo Final		0,00C ✓

Informamos, para os devidos fins, que a conta em referência foi devidamente encerrada nesta data.

Curitiba-MT, 01.11.2002

BANCO DO BRASIL S.A. AGDOM BOSCO (MT)
CGC 00.000.000/4737-66

Carlos Alberto de Melo
GECOM
Mat. 1.748.411-0

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

87

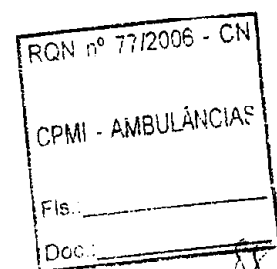
DEB03333 01000 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL 23/10/2006
F0734227 Conta Corrente 16:15:1
----- Consulta Lancamento Iniciado a Credito -----
Iniciadora: 2363 - 9 DOM BOSCO MT Data Balancete : 24 / 10 / 2006
Cumpridora: 2373 - 6 ALENCASTRO MT Num. de Anexos :
Servico : OUTROS Numero do Aviso: 001551

	+	His	+	Conta	-----	Valor	+	Titular
Debito		115		12532 - 6		6,80		ELEICAO 2002 - CAND
Credito		900		671900000 - 8		6,80		
Historico da Partida		IMPORTE REFERENTE TRANSFERENCIA PARA A C/C 23999-2 AG. 2373-6 DEVIDO ENCERRAMENTO DE CONTA DE CAMPANHA.						

Sai F4 Detalhes F5 Encerra F6 Imprime F9 Contrapartida F10 Anotacao

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Rel 24 2006 Fls 283



DEBM3339 SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCOS DO BRASIL
R0734227 Conta Corrente 14:08:30

----- Consulta Lancamento Iniciado a Credito -----
Iniciadora: 2363 - 9 DOM BOSCO MT Data Balancete : 01 / 11 / 2002
Cumpridora: 2373 - 6 ALENCASTRO MT Num. de Anexos :
Servico : OUTROS Numero do Aviso: 001561

	His	Conta	Valor	Titular
Debito	115	12532 - 6	0,01	ELEICAO 2002 - CAND
Credito	900	671900000 - 8	0,01	
Historico da Partida	IMPORTE QUE PEDIMOS CREDITAR A CONTA 23.999-2 - PARTIDO DOS TRABALHADORES, RELATIVO A SALDO REMANESCENTE NA CONTA CAMPANHA DA SENADORA ELEITA SERYS SLHESARENKO, CUJO SALDO DEVERA SER ZERADO PARA ENCERRAMENTO NESTA DATA.			

Jai F4 Detalhes F5 Encerra F6 Imprime F9 Contrapartida F10 Anotacao

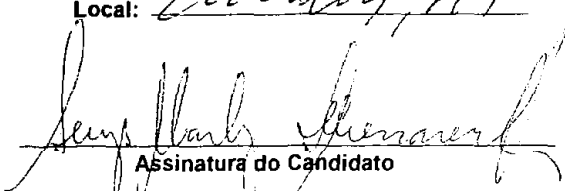
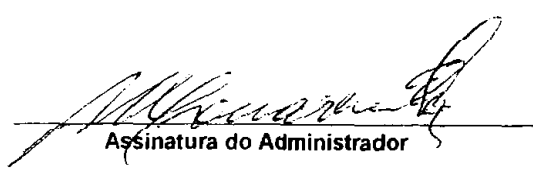
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 112/2006, Fls. 234

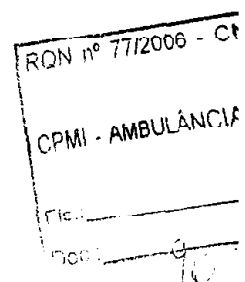
RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

89

Controle: 4147617532

FICHA DE QUALIFICAÇÃO DO CANDIDATO (Anexo I)

UF: MT	Candidatura: SENADOR	ELEIÇÕES 2002						
Sigla do Partido: PT	Nº do Candidato: 131							
Nome Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO								
1. QUALIFICAÇÃO DO CANDIDATO Nº do CPF: 43790720704 Endereço Residencial: RUA SAN DIEGO QUADRA 04 CASA 10 UF: MT Município: CUIABÁ CEP: 78.070-420 Telefone: (065) 6344610 Telefone Celular: (065) 99811772 Fax: (065) 6344610 Endereço Eletrônico: seryssenadora@terra.com.br Limite de Gastos em Real: 1.000.000,00 Concorre ao 2º turno? () Sim (X) Não Esta prestação de contas é retificadora? () Sim (X) Não								
2. CONTAS BANCÁRIAS <table border="1"> <thead> <tr> <th>Banco</th> <th>Agência</th> <th>Conta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>001</td> <td>2363</td> <td>12.532-6</td> </tr> </tbody> </table>			Banco	Agência	Conta	001	2363	12.532-6
Banco	Agência	Conta						
001	2363	12.532-6						
DADOS PESSOAIS DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA CAMPANHA Nome: LEONARDO SLHESSARENKO Nº do CPF: 001.716.891-00 Endereço: RUA SAN DIEGO QUADRA 04 CASA 10 UF: MT Município: CUIABÁ CEP: 78.070-420 Telefone: (065) 6344610 Fax: (065) 6344610 Telefone Celular: (065) 99712610 Endereço Eletrônico: Período de Gestão: 07/07/2002 a 06/10/2002								
Local: <u>Cuiabá, MT</u> Data: <u>01/11/2002</u> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">  Assinatura do Candidato </div> <div style="text-align: center;">  Assinatura do Administrador </div> </div>								

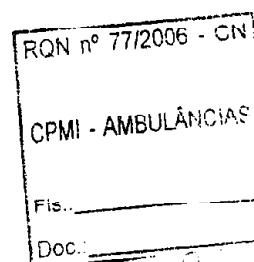
 Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº Ref 2192006 Fls. 285


Controle: 4147617532

Anexo III

UF: MT, Candidatura: SENADOR				ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT Nº do Candidato: 131				
Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO				
Demonstração dos Recibos Eleitorais Recebidos				
DATA	NUMERAÇÃO		QUANTIDADE	RECEBIDOS DE:
	DE	ATÉ		
11/09/2002	PT13MT13002641	PT13MT13002660	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
11/09/2002	PT13MT13002661	PT13MT13002680	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
11/09/2002	PT13MT13002721	PT13MT13002740	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
11/09/2002	PT13MT13002741	PT13MT13002760	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
18/07/2002	PT13MT13003101	PT13MT13003120	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
18/07/2002	PT13MT13003121	PT13MT13003140	20	Comitê Financeiro Estadual para Senador
<p>Local: <u>Cuiabá, MT</u> Data: <u>01/11/2002</u></p> <p><u>Serys Marly Shessarenko</u> <u>[Assinatura]</u></p> <p>Assinatura do Candidato Assinatura do Administrador</p>				

Senado Federal/SGM/CEC
 Proc. Nº RCL 2 / 2006, Fls. 286



Controle: 4147617532

Anexo VI

UF: MT		Candidatura: SENADOR		Nº do Candidato: 131		ELEIÇÕES 2002	
Sigla do Partido: PT		Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO					
Demonstração de Despesas Pagas Após a Eleição							
Identificação do Fornecedor	CPF/CNPJ	Código do Título da Conta	Identificação do Documento de Despesa		Pagamento (Dia/Mês)	Valor (R\$)	
			Data de Emissão	Espécie do Documento			
AUTO LOCADORA BOULEVARD LTDA	02608436000193	2.7	14/10/2002	Nota Fiscal	0353	14/10/2002	265,00
BRASIL TELECOM S/A	76535764032932	2.15	15/10/2002	Nota Fiscal	021015230284	15/10/2002	808,68
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34028316000103	2.8	04/10/2002	Recibo	537283	14/10/2002	703,50
L. ANTERO DE OLIVEIRA	33657040000160	2.15	04/10/2002	Nota Fiscal	5814	07/10/2002	921,00
REGIANE SOUZA INÁCIO	70777870100	2.12	05/10/2002	Recibo	032	07/10/2002	200,00
ODILON JOSÉ DA ROCHA FILHO	66690498115	2.12	05/10/2002	Recibo	034	07/10/2002	800,00
FRANCISCO RONALDO DE ARAUJO	53744705153	2.12	05/10/2002	Recibo	035	07/10/2002	700,00
LUCIA ANGELA MAYER	73046353120	2.12	05/10/2002	Recibo	036	07/10/2002	200,00
ANTONIO DOS CAMPOS BORGES FILHO	36930105104	2.12	05/10/2002	Recibo	037	07/10/2002	1.200,00
JOSÉ PEREIRA DA S. FILHO	17042099134	2.12	05/10/2002	Recibo	031	14/10/2002	688,00
JOÃO BOSCO DE QUEIROZ MOURA	6937273104	2.12	05/10/2002	Recibo	033	15/10/2002	600,00
ALEXANDRE SLHESSARENKO	51391595191	2.6	05/10/2002	Recibo		18/10/2002	4.000,00

Senado Federal/SGM/CPMI
 Proc. Nº 212/2006 - 258

CPMI - AMBULÂNCIAS
 Fis.:
 Doc.:

92

JOÃO CLAUDIO DOS SANTOS	54476089100	2,6	05/10/2002	Recibo		18/10/2002	2.700,00
BANCO DO BRASIL	00000000473766	2,21	25/10/2002	Recibo	s/nº	25/10/2002	560,38
Total / Transportar							R\$ 14.346,98

Local: Luverá, MT
Assinatura do Candidato: [Assinatura]

Data: 01/11/2002
Assinatura do Administrador: [Assinatura]

Controle: 4147617532

RQN nº 77/2006 - 93

CPMI - AMBULÂNCIAS

Fis.: _____

Doc.: _____

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº RCP 213025 Fis. 251

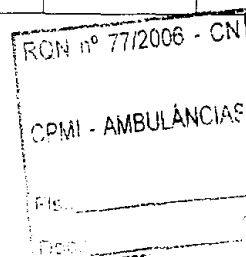
Controle: 4147617532

ANEXO VII

UF: MT		Candidatura: SENADOR		ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT		Nº do Candidato: 131		
Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO				
Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR)				
1.RECEITA	Estimável em dinheiro	Em espécie		VALOR - R\$
1.1 DOAÇÕES	120.845,00	129.721,40		250.566,40
1.1.1 - Recursos Próprios		13.011,40		13.011,40
1.1.2 - Recursos de Pessoas Físicas	102.595,00	64.710,00		167.305,00
1.1.3 - Recursos de Pessoas Jurídicas	18.250,00	52.000,00		70.250,00
1.2 - RECURSO DO FUNDO PARTIDÁRIO				
1.3 - OUTRAS RECEITAS				
1.3.1 - Comercialização de bens ou realização de eventos				
1.3.2 - Rendimentos de aplicações financeiras				
1.3.3 - Recursos de origens não identificadas				
1.3.4 - Receitas diversas a especificar				
1 - TOTAL DA RECEITA (A)	120.845,00	129.721,40		250.566,40
2 - DESPESA	Baixas de recursos estimáveis em dinheiro	Pagamentos em espécie		TOTAL - R\$
		FUNDO PARTIDÁRIO	OUTROS RECURSOS	
2.1 - Pessoal				
2.2 - Encargos Sociais				
2.3 - Impostos e taxas				
2.4 - Aluguéis de bens imóveis				
2.5 - Deslocamentos / viagens	60.000,00		2.305,29	62.305,29
2.6 - Honorários Profissionais			6.700,00	6.700,00
2.7 - Locações de Bens Móveis	9.000,00		265,00	9.265,00
2.8 - Serviços de correio			2.263,50	2.263,50
2.9 - Materiais de expediente				
2.10 - Combustíveis e lubrificantes	9.250,00		12.950,00	22.200,00
2.11 - Propagandas e Publicidade	42.095,00		17.086,00	59.181,00
2.12 - Serviços Prestados por Terceiros			13.158,00	13.158,00
2.13 - Cachês de Artistas ou Animadores				
2.14 - Impressos			64.670,00	64.670,00
2.15 - Lanches e Refeições			2.770,00	2.770,00
2.16 - Água, Luz e Telefone			1.302,02	1.302,02
2.17 - Manutenção e Reparo			1.184,00	1.184,00
2.18 - Montagem de Palanques e Equipamentos				
2.19 - Pesquisas ou Testes Eleitorais				
2.20 - Eventos Promocionais				
2.21 - Encargos Financeiros e Taxas Bancárias			560,78	560,78
2.22 - Produções Audiovisuais				
2.23 - Multas eleitorais				

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2.212/2006 Fls. 203



Controle: 4147617532

2.24 - Instalação, organização e funcionamento dos comitês				
2.25 - Aquisição, confecção e distribuição de camisetas, bonés e outros brindes	500,00		4.500,00	5.000,00
2.26 - Criação de sites na Internet				
2.27 - Diversas a especificar				
2.28 - Bens e Materiais Permanentes				
2.29 - Doações em espécie efetuadas a outros candidatos e/ou comitês financeiros				
2 - TOTAL DA DESPESA (B)	120.845,00		129.714,59	250.559,59
3 - IMOBILIZAÇÕES				
Sem Movimentação				
3.1 - Bens e materiais permanentes imobilizados				
3.2 - Doações de bens e materiais permanentes efetuadas a outros candidatos e/ou comitês financeiros				
4 - SALDO (Sobras de Campanha)			6,81	6,81

Local:

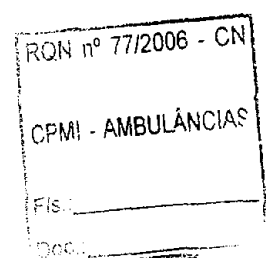
Curitiba, PR

Data:

01/11/2002

Assinatura do Candidato:

Assinatura do Administrador:

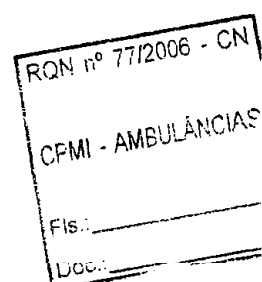
Senado Federal/SGM/CE
Proc. Nº Rec 2 1326 Fls. 90

Controle: 4147617532

Anexo VIII

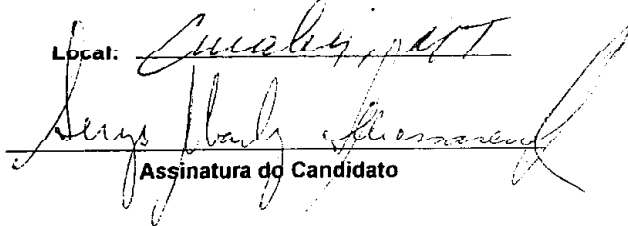
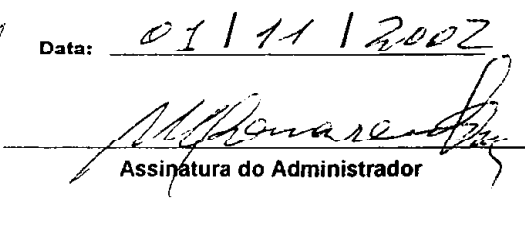
UF: MT	Candidatura: SENADOR	ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT	Nº do Candidato: 131	
Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO		
Demonstração de Resultado da Comercialização de Bens ou Serviços		
*** Sem Movimentação ***		
Local: <u>Angélica/MT</u>	Data: <u>01/11/2002</u>	
<u>Serys Marly Slhessarenko</u> Assinatura do Candidato	<u>[Assinatura]</u> Assinatura do Administrador	

Senado Federal/SGM/CEDP

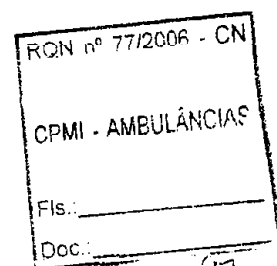
Proc. Nº 1692/2006 Fls. 281

Controle: 4147617532

Anexo IX

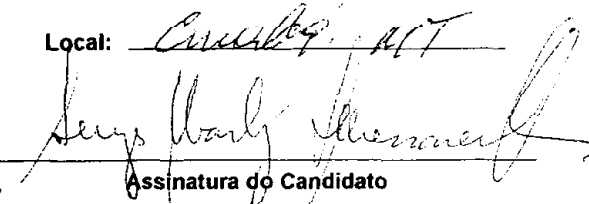
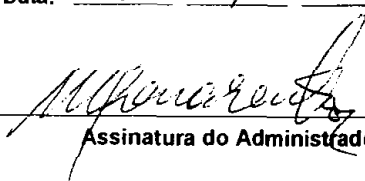
UF: MT		Candidatura: SENADOR		ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT		Nº do Candidato: 131		
Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO				
Conciliação Bancária				
BANCO:001	AGÊNCIA Nº:2363	CONTA Nº: 12.532-6		
1. EXTRATO BANCÁRIO EM:	30/10/2002	SALDO (A)	Sem Movimentação	0,00
2. DÉBITOS AINDA NÃO EFETUADOS PELO BANCO				
TOTAL (B)			R\$	0,00
3. CRÉDITOS AINDA NÃO EFETUADOS PELO BANCO				
TOTAL (C)			R\$	0,00
4. TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO + (A) - (B) + (C)			R\$	0,00
5. TRANSPORTE DO SALDO FINANCEIRO TOTAL DA DOAR (L + M)			R\$	6,81
OBSERVAÇÕES: O dep. de 11,40 inicial, refere-se a diferença entre dep. e saque originários de recursos próprios, depositados indevidamente em espécie cf extrato sendo que 11,40 ficou retido para cobrir desp c/ CPMF.				
Local: <u>Cuiabá, MT</u>		Data: <u>01/11/2002</u>		
 Assinatura do Candidato		 Assinatura do Administrador		

Senado Federal/SCM/CEDP

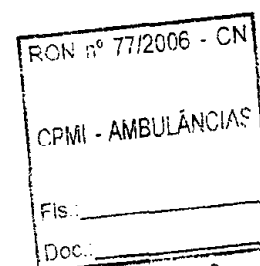
Proc nº Rel 2/2002 Fls 292

Controle: 4147617532

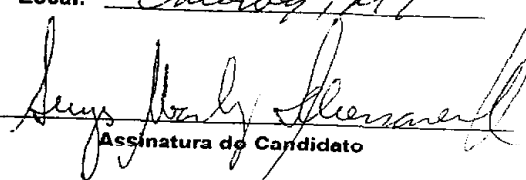
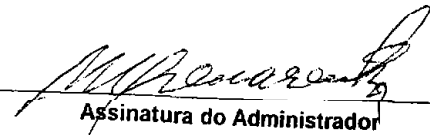
Descrição de Despesas Diversas a Especificar

UF: MT	Candidatura: SENADOR	ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT	Nº do Candidato: 131	
Candidato: SERYS MARLY SLHESSARENKO		
Total: R\$ 0,00		
*** Sem Movimentação ***		
Local: <u>Cuiabá, MT</u>	Data: <u>01/11/2002</u>	
 Assinatura do Candidato	 Assinatura do Administrador	

Senado: Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACP 2/2006 Fls. 293



Descrição das Receitas Diversas à Especificar

UF: MT,	Candidatura: SENADOR	ELEIÇÕES 2002
Sigla do Partido: PT	Nº do Candidato: 131	
Candidato: GERYS MARLY SLESARENKO		
*** Sem Movimentação ***		
Local: <u>Cuiabá, MT</u>	Data: <u>01/11/2002</u>	
 Assinatura do Candidato	 Assinatura do Administrador	

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 8.121.2006 Fls. 294

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls.: _____
Decc: _____

99

Parecer PL NR 31/2003 (doc.06)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel. 21/2006 Fls. 295



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL N.º 31, DE 2003 - CN - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2004

Senado Federal - CSM/CEDP

Proc. n.º 2006-2006-Fls. 296

B- PARTE ESPECIAL

Esta parte estabelece os parâmetros e critérios que deverão ser observados para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2004, bem como para a elaboração dos Pareceres pelas Relatorias Setoriais e Geral, conforme dispõe o art. 18 da Resolução nº 01, de 2001-CN.

I. DA ATUAÇÃO CONJUNTA DA RELATORIA GERAL E DAS RELATORIAS SETORIAIS COM A RELATORIA DO PROJETO DE PPA 2004-2007

1. O Relator Geral e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária, nos termos das Normas para Avaliação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007, de 11/09/03, atuarão em conjunto com o Relator e os comitês de assessoramento do projeto de lei de plano plurianual, de modo a promover os ajustes necessários para compatibilizar os citados projetos de lei, em conformidade com o inciso I do § 3º do art. 166 e com o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, especialmente no que se refere aos projetos de investimentos plurianuais e às prioridades e metas para o exercício financeiro de 2004.
2. As metas físicas constantes do projeto de lei orçamentária serão compatibilizadas com as metas físicas constantes do projeto de plano plurianual.
3. A admissibilidade de emenda ao projeto de lei orçamentária que venha a resultar na inclusão de ação nova dependerá de sua existência na proposta do plano plurianual ou da apresentação da correspondente emenda à proposta do plano plurianual, observado ainda o disposto no art. 7º, VI, das Normas para Avaliação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007, de 11/09/03.

II. DA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS "INDIVIDUAIS" E "COLETIVAS"

4. As emendas "coletivas" e "individuais" serão apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2004 proposto pelo Poder Executivo - PLO/2004, nos termos regimentais, e serão apreciadas por área temática, conforme o Anexo RELAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS, constante deste parecer.
5. É fixado o limite máximo global de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para apresentação e aprovação de emendas "individuais", no número máximo de vinte, por mandato parlamentar, sendo destinados no mínimo 30% do valor global em ações e serviços de saúde, constantes da programação de trabalho do órgão Ministério da Saúde - 36.000.
6. As emendas deverão:

RQN nº 77/2006 - CN	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fis.:	86
Doc.:	02

Lista de fls.281, do avulso I (doc.07)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCP 2 / 2006 Fls. 297

ESTADO: MATO GROSSO
PARLAMENTAR: SERYS SLHESSARENKO

UF	MUNICÍPIO/ENTIDADE	CONVÊNIO/EMENDA/UM	EQ	CT	CS	Z. de Processo	EMPENHO	SITUAÇÃO
MT	CAMPO NOVO PARECIS	677 20220001	X		X	39	80.000,00 36	
MT	CANABRAVA DO NORTE	20220001	X			81	104.000,00 20	
MT	COLIDER	20220001	X			09	104.000,00 38	
MT	PONTE BRANCA	755 20220001	X			75	104.000,00 33	
MT	POXOREJ	757 20220001	X			16	104.000,00 40	
MT	UNIAO DO SUL	753 20220001	X			85	104.000,00 59	
TOTAL							600.000,00	



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rcl 21 2006 Fls. 238

RO: nº 77.2008 - CN
CM: AMBULÂNCIAS
370
Fls. 0161
Doc.

Caso Colider e Poxoréu (doc.08)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Rel 2 / 2006 Fls 299

6)



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Ofício GSSS nº 246

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3876/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

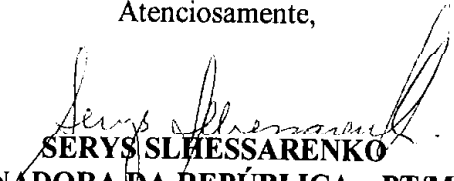
2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
CELSO PAULO BANAZESKI
MD. Prefeito Municipal de COLÍDER-MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1612/2006 Fls 300



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

CNPJ: 15.023.930/0001-38



OF. Nº 229/GP/2006

Colider, MT, 24 de maio de 2.006.

Senhora Senadora,

Em resposta ao Ofício nº GSSS nº 246, datado de 18 de maio de 2.006, solicitando esclarecimentos quanto a aplicação dos recursos da ordem de R\$104.000,00 (cento e quatro mil reais), objeto do Convênio nº 3876/2004, firmado com o Ministério da Saúde, resultado de Emenda Parlamentar de sua autoria, cumpre esclarecer os recursos já foram disponibilizados pelo citado Ministério da Saúde.

Este município, após ter recebido os recursos para a aquisição do objeto do Convênio deu início na forma legal ao processo licitatório, obedecendo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, adotando, para tanto, a Licitação sob a forma de Tomada de Preço, tendo a mesma recebido o nº 010/2005, cujo extrato de Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União no dia 29 de novembro de 2.005 e o Resultado de Julgamento da mencionada Tomada de Preços foi publicada DOU no dia 23 de dezembro de 2.005, consoante atestam as cópias inclusas.

O Processo Licitatório foi realizado dentro dos princípios da legalidade e moral, conforme devem ser todos os atos administrativos, tendo a sido vencedora no certame licitatório a empresa PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Re P. 21.2006 Fls. 301



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

CNPJ: 15.023.930/0001-38



Desta forma, colocamo-nos à disposição de Vossa
Excelência para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

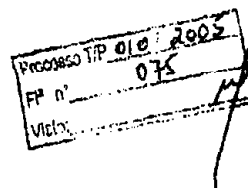
Cordialmente,



CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EXMº SRº
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPÚBLICA - PT/MT
BRASÍLIA - DF.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls 32



203

WILSON SCHWARTZ FOR AIRPORT
Proceeding

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº Ref 2, 2006 Fis. 304

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Ofício GSSS nº 243

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº757/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,

SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
MD. Prefeito Municipal de POXORÉO-MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 305



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

Ofício nº 58/2006

Poxoréu-MT, 22 de maio de 2.006.

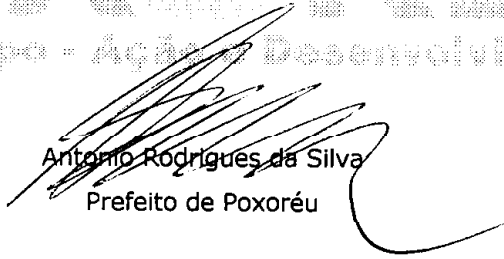
Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, atendendo solicitação do Vosso ofício GSSS nº 243, de 18 de maio de 2.006, informamos conforme a seguir:

- 1 - Convênio pago em 26/09/2005.
- 2 - Adquirido através de Licitação na Modalidade Tomada de Preços.
- 3 - Empresa Vencedora - PLANAN.

Sendo somente o que temos para o momento, apresentamos os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Antonio Rodrigues da Silva
Prefeito de Poxoréu

Excelentíssima Senhora

Serys Silhessarenko

D.D. Senadora da Republica do Brasil

Brasília DISTRITO FEDERAL

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº ACP 21/2006 Fls 306

Caso União do Sul (doc.09)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. N° REP 21.2006 Fls. 307

9)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Ofício GSSS nº 242

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº755/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bcm pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,

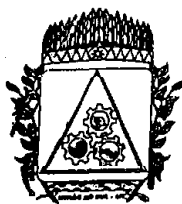

SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
ENIO ALVES DA SILVA
MD. Prefeito Municipal de UNIÃO DO SUL-MT

Senado Federal/SGM/CEOP
Proc Nº 1002/2006 Fls 3

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____

138



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 78.543-000 - União do Sul - Mato Grosso

Ofício nº 089/2006.

União do Sul, 30 de maio de 2006.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. nº ACP 2-13.006 Fls. 368**Ilustre Senadora.**

Com cordiais cumprimentos, acuso o recebimento da correspondência de Vossa Excelência (*Ofício GSSS nº 242*), ao tempo em que passamos a informar sobre o assunto.

"1 - Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?"

R. Sim, desde a data de 11 de novembro de 2005.

"2 - Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?"

R. Esta Prefeitura realizou a Tomada de Preços sob nº 007/2005, no período de 09/12/2005 a 27/12/2005, homologada em 05/01/2006.

"3 - Qual a empresa vencedora?"

R. A empresa Planam Indústria, Comércio e Representações Ltda., da Cidade de Cuiabá-MT (única empresa a participar da referida Tomada de Preços).

Entretanto, cabe esclarecer que até a presente data ainda não ocorreu a aquisição formal do objeto da referida licitação.

Inclusive, a licitação *Tomada de Preços nº 007/2005*, foi revogada por esta Prefeitura, mediante o Decreto nº 007/2005 (cópia em anexo), por razões de interesse público decorrente de fato superveniente à data da referida licitação (o indiciamento da PLANAM pela Polícia Federal).

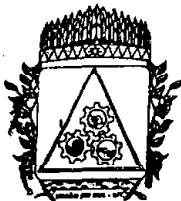
Além do mais, esta licitação, inevitavelmente teria que ser revogada em função de uma correspondência do Ministério da Saúde indeferindo um pedido de alteração do objeto do Convênio nº 755/2004, proposto anteriormente por esta Prefeitura, visando alterar de duas unidades de suporte básico para somente uma unidade de porte maior.

CPMI - AMBULÂNCAS

Fls. _____

Data: _____

139



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 79.543-000 - União do Sul - Mato Grosso

Contando com uma possível aprovação pelo Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, da alteração do objeto proposto, esta Prefeitura precocemente providenciou a licitação (Tomada de Preços nº 007/2005) prevendo em seu objeto somente uma unidade, ao invés de duas, conforme estipulava o convênio.

Com o inesperado indeferimento desta alteração do objeto, a Tomada de Preços nº 007/2005 tornou-se inócua, porque em seu objeto previa a aquisição de somente 01 (um) veículo tipo Pick-Up, a diesel, 4X4, equipada com gabinete de ambulância. Sendo assim, continua vigorando a redação inicial do Convênio 755/2004.

Diante do exposto, resta a informar Vossa Excelência que o Convênio 755/2004 recebeu nova prorrogação de prazo, até 03/01/2007, que os recursos continuam na conta nº 27.146-2, agência 1.180-0, Banco do Brasil, devidamente aplicados, e que esta Prefeitura fará realizar, dentro do prazo do convênio, nova licitação para o cumprimento do objeto do mencionado convênio.

Por fim, aproveitamos a oportunidade para agradecer à Vossa Excelência pelo apoio ao nosso município.

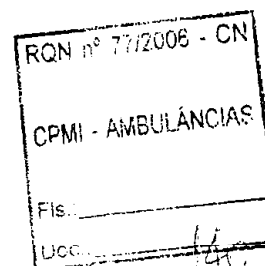
Sendo o que tínhamos a esclarecer, firmamo-nos renovando à Vossa Excelência os melhores votos de apreço com consideração.

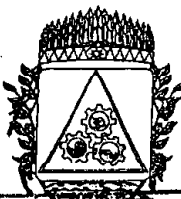
Atenciosamente.


ENIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Exm^a. Sr^a.
SERYS SLHESSARENKO
DD. Senadora da República - PT/MT
BRASÍLIA - DF

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACB 12005 Fls. 510



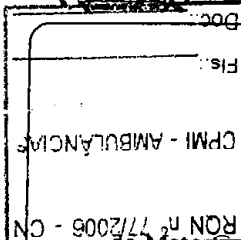


ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 76.543-000 - União do Sul - Mato Grosso

**DECRETO Nº 385, DE 26 DE MAIO DE 2006.**

Revoga a Tomada de Preços nº 007/2005 e dá outras providências.

ENIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 49, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

Considerando que a licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 007/2005, realizada em 27 de dezembro de 2005, teve como objetivo a aquisição de 01 (um) veículo tipo Pick-up, 0 km, cabine simples, a diesel, tração 4x4, equipado com Gabinete de Ambulância, mediante utilização de recursos oriundos do convênio nº 755/2004, celebrado com o Ministério da Saúde;

Considerando também o fato de haver participado da referida licitação somente a empresa Planam - Indústria, Comércio e Representação Ltda., estabelecida na Cidade de Cuiabá-MT;

Considerando ainda a repercussão nacional da operação "sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, em que aponta a empresa acima mencionada como operadora de um esquema de fraudes na venda de ambulâncias;

Isto posto, e considerando, por fim, haver presentes razões de interesse público decorrente de fato superveniente à data de realização da mencionada licitação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada na íntegra, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, a licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2005, emitida em 09 de dezembro de 2005, aberta e julgada em 27 de dezembro de 2005 e homologada em 05 de janeiro de 2006, cujo objeto dispõe sobre aquisição de 01 (um) veículo tipo Pick-up, 0 km, cabine simples, a diesel, tração 4x4, equipado com Gabinete de Ambulância.


Art. 2º - Com a presente revogação ficam anulados todos os procedimentos contábeis, financeiros e administrativos em curso, com vistas à aquisição do objeto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 26 de maio de 2006.


ENIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:
União do Sul 26/05/06

ERINEU DIESEL
Secretário de Administração

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 212.000-0 Fls. 311



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ms
95
A

OFÍCIO SISTEMA/MS/SE/FNS/Nº 002980

Brasília(DF), 20/03/2006

A Sua Senhoria, o(a) Senhor(a)
ENIO ALVES DA SILVA
AV FLORIANOPOLIS SN
78513000 - UNIAO DO SUL - MT

Senhor(a) PREFEITO,

Informamos que o **Convênio nº 755/2004**, celebrado entre este Ministério e essa Entidade, cujo objeto é: AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE, teve seu **prazo de vigência prorrogado para 03/01/2007** (incluido o prazo de 60(sessenta) dias para apresentação da prestação de contas final).

Esclarecemos que conforme estabelecida na IN/STN nº 01/97, "não poderão ser pagas, com recursos do convênio, despesas contraídas fora da sua vigência, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de administração".

Lembramos, por oportuno, que é necessária a apresentação da prestação de contas final até a data do fim da vigência do mencionado convênio que é **03/01/2007**, devendo ser preparada e encaminhada para o seguinte endereço:

DICON-DIVISAO DE CONVENIOS DO NUCLEO ESTADUAL - MT
AV. GETULIO VARGAS, 1426, 9 ANDAR
CEP: 78045901 - CUIABA - MT

Solicitamos aos responsáveis pela gestão dos recursos recebidos por meio do convênio, que informem aos demais segmentos envolvidos na sua execução, sobre o prazo de vigência final.

Para maiores informações sobre a vigência do convênio, entre em contato com a Central de Atendimento do FNS ou pelo telefone: (61) 315-2153.

Atenciosamente,

JOSE MENEZES NETO
Diretor Executivo do Fundo
Nacional de Saúde/MS

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº RCL 21.2006 Fls 312

Coordenação Geral de Contratos e Convênios
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde, Bloco "G", Anexo "A", 2º andar, Gabinete • Brasília - DF • CEP 70.058-900
Fax: (61) 225-4263 e 315-2276 • www.fns.saude.gov.br • Central de Atendimento 0800 644 8001

RQN Nº 11/2006 - CIV
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

113
94
2

2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONVÊNIO

Nº 002980/2006

Entidade: PREF MUN UNIAO DO SUL UF: MT

CNPJ: 01.614.538/0001-59

Convênio: 755/2004 SIAFI: 502646 Processo: 25000.059096/2004-85

Data Assinatura: 29/06/2004	Data Publicação: 30/06/2004	Vigência Original Final: 19/06/2006	Valor do Concedente: R\$ 104.000,00
--------------------------------	--------------------------------	--	--

Pagamento (Última Parcela): OB n.: 906311, de 09/11/2005	Tempo de Atraso no Pagamento (em dias): 498	Vigência Atualizada Final (Execução Físico-Financeira): 04/11/2006. Prazo para Prestação de Contas 60 (sessenta) dias: até 03/01/2007
---	--	--

Dispositivos Legais:
Art. 7º, Inciso IV da IN 01/97, da STN.

AUTORIZAÇÃO:

Consoante os dispositivos legais acima indicados, fica prorrogada a vigência original do Convênio nº. 755/2004, destinado à AQUISIÇÃO DE UNIDADES MOVEIS DE SAÚDE, tendo em vista o atraso no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade, por 498 dias, até o dia 04/11/2006, observado o prazo para encaminhamento da Prestação de Contas respectiva, que é de mais 60 (sessenta) dias após o limite de execução físico-financeira.

Brasília, 20/03/2006

JOSE MENEZES NETO
Diretor Executivo do Fundo
Nacional de Saúde/MS

RECEBIDO

Em 03.04.2006

RON IF

CPMI - AMBULÂNCIAS

Doc. 113

Senado Federal/SGM/CEDP

Em 03.04.2006 Fis 313

Período: De 01/11/2005 a 29/05/2006

Lançamentos - Todos os Tipos

						Emissão	30/05/2006
Data	Dt. Bal.	Histórico	Documento	Lote	Débitos	Créditos	Saldo
Agência: 1180-0		Conta: 27.146-2		Titular: PM DE UNIAO DO SUL FMS			
09/11/2005		Saldo anterior					0,00 C
		Saldo anterior Conta Investimento					0,00 C
11/11/2005		0632 ORDEM BANC	00003452555000000	14056		104.000,00	
11/11/2005		Movimento do dia			0,00	104.000,00	
		Saldo					104.000,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
01/12/2005		0345 BB ADM TR	00000000001200011	13049	104.000,00		
01/12/2005		Movimento do dia			104.000,00	0,00	
		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
01/01/2006		0611 CRD.AUTOR.	00000000000045588	12035		1.040,00	
20/01/2006		Movimento do dia			0,00	1.040,00	
		Saldo					1.040,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
24/01/2006		0345 TRF P/C I	00000000000000011	00000	1.040,00		
24/01/2006		Movimento do dia			1.040,00	0,00	
		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
29/05/2006		Aplicações (principal mais rendimentos)					110.044,34 C
29/05/2006		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C

Senado Federal/SGM/CE
 Proc. Nº RCP 2, 2006 Fls. 314

RQN Nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls.: _____
Doc.: _____



Destaques do Governo

Instituição

Programas

Convênios

Consulta de Pagamentos

In

Consulta de processos

::Resultado da consulta::

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc nº Ac 12, 2006 Fls 315

PREF MUN UNIAO DO SUL

UNPJ: 01.614.538/0001-59
Esfera: MUNICIPAL
Entidade: PREF MUN UNIAO DO SUL
Endereço: AV FLORIANOPOLIS SN
Município-UF: UNIAO DO SUL/MT
CEP: 78513000

Processo	25000.059096/2004-85
Ano de Exercício:	2004
Situação	PAGO
Localização:	CGIS/SE
Atendimento:	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação:	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Recurso:	EMENDA
Banco:	001 Agência: 011800 Conta: 0000271462
Objeto:	AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE
Valor Solicitado Concedente:	130.000,00
Valor Total Recomendado:	,00
Valor Total Aprovado:	112.320,00

Convênio 755	
Situação NORMAL	
Convênio Siafi:	502646
Data da Emissão:	29/06/2004
Data Início da Vigência:	29/06/2004
Data da Celebração:	29/06/2004
Data Limite para Execução Final:	04/11/2006
Data Final da Vigência:	03/01/2007
Data de Publicação:	30/06/2004
Valor Concedente:	104.000,00
Valor Contrapartida:	8.320,00
Valor Total:	112.320,00

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls: _____
Doc: _____

#	OE	Data	Tip	Valor Pago
1	906.311	09/11/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OE's 1				104.000,00

137

Casos dos demais Municípios (doc.10)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº RCP 2/2006 Fls 336

10)



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Ofício GSSS nº 245

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 80.000,00, fruto do Convênio nº677/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

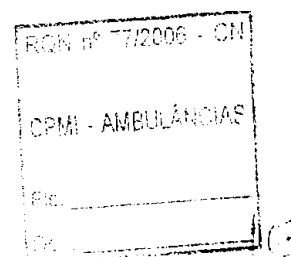
Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rec 212006 Fls 317

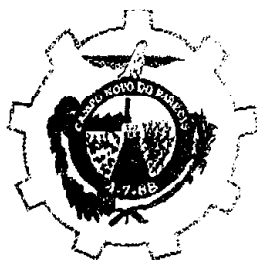
Exmo. Sr.
JESUR JOSÉ CASSOL
MD. Prefeito Municipal de **CAMPO NOVO DOS PARECIS-MT**



DE : PREFEITURA MUN. CAMPO NOVO

NO DE FOL : 05535821622

31 JUL 2006 03:01PM P1



Ciência Nacional de Produção

Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 24.772.287/0001-36

OF.GP.Nº 204/2006

Campo Novo do Parecis, 22 de maio de 2006.

Prezado Senhor,

Em atenção ao *OF GSSS Nº 245* de 18 de maio de 2006, referente ao Convênio nº 677/2004, firmado entre esta municipalidade e o Ministério da Saúde, informamos que o recurso já foi recebido por esta entidade e a modalidade de Licitação usada para execução do convênio é Edital Tomada de Preços, publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de maio 2006 e no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2006 e até a presente data não esta concluída.

Atenciosamente,

Senado Federal/SGM/CED

Proc Nº RC 12/2006 Fls. 318

Sergio Costa
SERGIO COSTA
Prefeito Municipal

*Recebido em 31 05 2006**may*

Ilma Sra.
SERYS SLHESARENKO
Senadora da República - PT/MT
SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA
BRASILIA - DF

RCN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls.: _____
Doc.: _____

04

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. nº Act 2.206 Fls 319

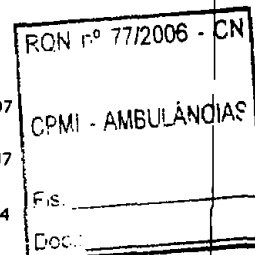
Processo nº 24.772.287/0001-36

PROPOSTA DE EMPENHO Nº 0000139572

Processo nº	24.772.287/0001-36
Natureza	MUNICIPAL
Orgão	PREF MUN CAMPO NOVO DO PARECIS
Endereço	AV MATO GROSSO 50
Cidade	CAMPO NOVO DO PARECIS/MT
CEP	78360000

Processo nº	25000.058510/2004-39
Ano	2004
Situação	PAGO
Objeto	COPAC
Finalidade	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Descrição	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Assunto	EMENDA
Classificação	001 038368 0000139572
Objeto	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE
Valor estimado	100.000,00
Valor empenhado	,00
Valor disponível	86.400,00

Processo nº	677
Natureza	NORMAL
Nº	506554
Validade	01/07/2004
Validade	15/03/2007
Validade	01/07/2004
Validade	14/05/2007
Validade	01/07/2004
Validade	02/07/2004
Valor estimado	80.000,00
Valor empenhado	6.400,00
Valor disponível	86.400,00



1	902.042	07/04/2006	PAGAMENTO	80.000,00
Total de OB's 1				80.000,00

http://www.fns.saude.gov.br/visualizarprocessos.asp?id=24772287000136&NU_PROCESSO=24772287000136 24/7/2006

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. nº 37.465.200/2006, Fls. 320

37.465.200/0001-20
MUNICIPAL
PREF MUN CANABRAVA DO NORTE
AUREA TAVRES DE AMORIM - S/N
CANABRAVA DO NORTE/MT
78655000

25000.170040/2004-81
2004
PAGO
CGCC
ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
EMENDA
001 018430 0000156140
AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE
130.000,00
,00
112.320,00

3875		
NORMAL		
521107		
15/12/2004	21/12/2006	
31/12/2004	19/02/2007	
31/12/2004	20/01/2005	
104.000,00	8.320,00	112.320,00

RQN nº 77/2006 - CN

CPMI - AMBULÂNCIAS

Fis. _____

Doc. _____

:	900.486	30/01/2006	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Ofício GSSS nº 244

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Del 2.2006 Fls. 321

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3875/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,



SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.**GENEBALDO JOSÉ DE BARROS****MD. Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT**

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

108



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ. 37.465.200/0001-20

OFÍCIO Nº 169/06/GP

Canabrava do Norte, 22 de maio de 2006.

A Exma Senhora
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPÚBLICA
BRASILIA - DF

Senado Federal/SGM/CEI
Proc. Nº Acc 2.206 Fls. 322

SENHORA SENADORA,

Temos a elevada honra em cumprimentá-lo e em resposta ao Ofício GSSS nº 244 sobre alguns questionamentos do Convênio nº 3875/2004 venho informar que:

1. Os recursos conveniados já foram transferidos para o município;
2. A forma adotada pela Prefeitura para adquirir o bem pactuado no convênio foi Carta – Convite;
3. A empresa vencedora foi Renault do Brasil Ltda.

Segue via Correios cópia dos documentos.

Aproveitamos do ensejo para reiterarmos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Genivaldo José Barros
Prefeito Municipal

RQN nº 77/2006 - C
CPMI - AMBULÂNCIA
Fls. _____
MDoc. _____

PÇA. FREDERICO SOUZA BRITO, S/N. CENTRO - CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: 0** (66) 3577.1156 ou 1152 CEP: 78658-000 - 1 -

169

05/22/2006 18:02 33112721

PAGE 01



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Senado Federal/SGM/CEDF
Proc. Nº RCF 2-2006 Fls. 3.23

Ofício GSSS nº 244

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3875/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
GENEBALDO JOSÉ DE BARROS
MD. Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT

RQN nº 77/2006 - C
CPMI - AMBULÂNCIA
Fls. _____
Doc. _____

110



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº- 013/2006

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 324**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Por determinação do Senhor **GENEBALDO JOSE BARROS**, PREFEITO, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 16:00 horas do dia **27 de Fevereiro de 2006**, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT, serão abertas as propostas referentes a esta Carta Convite, de conformidade com as seguintes condições:

II - OBJETO

A presente Carta Convite visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

Aquisição de Veículo tipo Ambulância de suporte Básico, Furgão 0 quilômetros, potencia mínima de 100 CV, combustível diesel, na cor branca, comprimento mínimo de 3.800 mm, largura mínima de 1600 mm e altura mínima de 1800mm, entre eixos mínimo 2500mm, 04 cilindros, Injeção eletrônica multiponto sequencial indireta, transmissão mecânica, de 05 marchas sincronizadas á frente e 1 a ré; freios hidráulicos com comando a pedal, ação nas 04 rodas, 02 circuitos em diagonal e guarnições não asbestos; dianteiro a disco rígido com pinça, tipo flutuante, e traseiro a tambor auto ajustável; capacidade do tanque de combustível mínimo de 60 litros. , denominada Unidade Móvel de Saúde, contendo os seguintes equipamentos:

- Janelas com vidros opacos na lateral
- Revestimento lateral interno em polietileno branco
- Revestimento no teto em alumínio e duratex;
- Piso suspenso para medicamento na dianteira com portas de acrílico, cintos de segurança e sistema de travamento,

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000

- 1 -

PRON Nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
MT
Fis. _____
Doc. _____



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

banco baú na lateral em compensado revestido em fórmica.

- Sinalizador ótico acústico.
- Suporte para soro.
- Luminárias fluorescentes instaladas no teto, cabos elétricos superdimensionados, antichamas, norma "ABNT"; adesivos "AMBULANCIA" na dianteira e traseira, e "CRUZ" nas laterais.

III - DAS SANÇÕES

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

IV - DA HABILITAÇÃO

Para habilitação serão necessárias as apresentações das Certidões Negativas do INSS, FGTS, e Cartão do CNPJ e Contrato Social ambos atualizados.

V - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Para participarem da presente Carta Convite, os licitantes deverão apresentar na Secretaria de Administração da Prefeitura, junto ao Departamento de Compras, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT
ATT: Comissão de Licitação
ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 13/2006
ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 27/02/2006
NOME DO PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
CONVITE Nº 13/2006

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000 - 2 -

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2.129.6 Fls. 3.1.1

RQN nº 77/2006 - CN

CPMI - AMBULÂNCIAS

Fls. _____

Doc. _____



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 27/02/2006
NOME DO PROPONENTE:

VI - CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de **MENOR PREÇO**, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, as seguintes condições:

a - Comprovação de que o bem proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;

b - **MENOR PREÇO**, desde que cumpridas as formalidades do item "a";

c - No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, sendo vedado outro procedimento.

d-Serão desclassificadas as propostas, por serem consideradas excessivas, o preço global para fornecimento dos itens superior a- R\$-80.000,00- (Oitenta Mil Reais).

VII - FORNECIMENTO DE ELEMENTOS

A Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte , através do Departamento de Compras e Licitações, fornecerá cópia do Edital, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Fica adotado para este certame, o critério de aceitabilidade de preço unitário.

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000 - 3 -

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 71/2006 Fls. 113

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

IX - DOS PREÇOS

Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

X - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

Forma de Pagamento:

A VISTA

Forma de Reajuste:

NENHUMA

Senado Federal//SGM/CEC

Proc Nº Rel 21/2006 Fls. 327

XI - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob n.º:

1.026.4.4.90.52.00.00.00.00 (113) Saldo: 90.000,00

XII - DA RESCISÃO

Para a rescisão do futuro contrato, aplica-se no que couber as disposições previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre Do Norte-MT, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

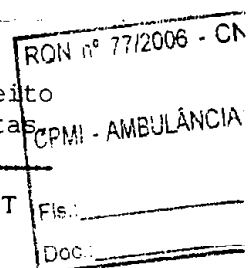
XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 4 -



114

**Estado de Mato Grosso****PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE**

CNPJ. 37.465.200/0001-20

desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no local de costume da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 17 de Fevereiro de 2006**GENIVALDO JOSE BARROS****PREFEITO****(Processo Nr. 013/2006)**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. N° ACP 2 / 2006 Fls. 328**PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT**

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000

- 5 -

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls.: _____
Doc.: _____

115

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Nota de Empenho

Data: 24/03/2006

Nº do empenho: 728/06

Ordinário

Processo:

C.N.P.J.: 37.465.200/0001-20

Município: Canabrava do Norte

Órgão:	05	- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO
Funcional:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
Projeto/Atividade:	1.026	- AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
Elemento:	4.4.90.52.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente
Código reduzido:	000113	

Dotação inicial:	1.000,00	Empenhos anteriores:	0,00
Suplementações:	79.000,00	Valor do empenho:	79.950,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	80.000,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	50,00

Credor: 7938 RENAULT DO BRASIL S. A.

Endereço:

C.P.J.: 00-913-443/0001-73

Banco:

Cidade: SÃO JOSÉ DOS PINHAS

Inscr. Est./Ident. Prof.:

UF: PR

Agência:

Fone:

Conta Corrente:

Fax:

Especificação: 1

PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO ELETRÔNICA, MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO RODAS. AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL, CONF. DOC. EM ANEXO.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 21.200.2006 Fls. 329

Fonte de recursos: Ordinário

Total geral: 79.950,00

Fica empenhada a importância de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Fundamento legal:

Modal. licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número:

Contrato:

Data:

Data:

Data:

Encargado do serviço

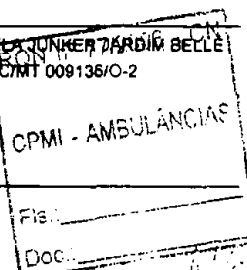
Credor

GENERALDO JOSÉ BARROS
PrefeitoMARISÂNGELA JUNKER ZARDIM BELLE
Contador CRC/MT 009136/O-2

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Data de Liquidação:

Data: 13/04/2006

Nº de Liquidação: 1110/06

Ordinário

Processo:

N.P.J.: 37.465.200/0001-20

Município: Canabrava do Norte

Ação: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
 Nacional: 10.244.0075 - ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
 Objeto/Atividade: 1.028 - AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
 Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00.0090 - Equipamentos e Material Permanente
 Código reduzido: 000113

Número do empenho:	728/06	Liquidações Anteriores:	0,00
Valor do empenho:	79.950,00	Valor da liquidação:	79.950,00
Valor Anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	79.950,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	0,00

Fornecedor: 7938 RENAULT DO BRASIL S. A.

Cidade: SÃO JOSE DOS PINHAS

N.P.J.: 00.913-443/0001-73

Inscr. Est./Ident. Prof.:

UF: PR

Objeto: 1

LA AQUISICAO DE BENS MOVEIS, REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO
 ETRÔNICA, MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO
 DAS. AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL, CONF.
 C. EM ANEXO.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc Nº 1110/2006 Fls 330

Fonte de recursos: Ordinário	Total geral:	79.950,00
------------------------------	--------------	-----------

Liquidação:

Liquida a importância de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Fundamento legal:

Data:

Ata de Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compra o Serviços

Número:

Data:

Trato:

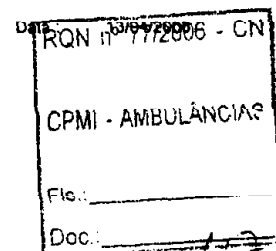
Data:

Assinatura para os devidos fins que o (material/serviço) foi (fornecido/prestado)

Responsável

RISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLÉ

Identificador CRC/MT 009136/O-2



Proc. Ref 2:2006 Fls 331

[illegible]

setenta e nove mil e noventa e
 cinquenta reais ———— 11 ————
 Renault do Brasil S.A.

(Handwritten signatures and initials)

Estado de Mato Grosso
 PREFEITURA DE CUIABÁ
 CNPJ: 37.485.000/0001-20

CÓPIA DE CHEQUE Nº 15663701		VISADO <input checked="" type="checkbox"/>	CRUZADO <input checked="" type="checkbox"/>
Do Banco: <u>Brasil</u>			
Utilizado Para: <u>pagam. 91808 - Renault do Brasil S.A</u>			
VISTOS		CHEQUE ASSINADO POR	
<i>(Signature)</i>	CONTADOR	CAIXA	<u>Genekaldo</u> <u>Gilmar</u>
		C/ CORRENTE	
<i>(Signature)</i>		TALÃO	

ALFAPR - GRAFICA ANIPEL - 1661 568 1743 - CONFREX - MT

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rcf 212006 Fls. 332

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

(Handwritten number 109)

CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Ordem de Pagamento

Data: 26/04/2006
 N.º da Ordem: 995/06
 Total:
 Processo:
 Vencimento: 26/04/2006

C.N.P.J.: 37.465.200/0001-20
 Município: Canabrava do Norte

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
 Funcional: 10.244.0075 - ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
 Projeto/Atividade: 1.026 - AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
 Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.0090 - Equipamentos e Material Permanente

Número do empenho:	726	Pagamentos anteriores:	0,00
Valor do empenho:	79.950,00	Valor da ordem:	79.950,00
Valor anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	79.950,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	0,00

Credor: 7938 RENAULT DO BRASIL S. A.

Endereço:

Cidade: SÃO JOSE DOS PINHAS

UF: PR

C.N.P.J.: 00-913-443/0001-73

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Especificação:

PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS. REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO ELETRÔNICA, MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO RODAS, AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL COM FOLHA EM ANEXO.

Fonte de recursos: Vinculados	Total geral:	79.950,00
-------------------------------	--------------	-----------

Fica autorizado o pagamento de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Contabilização: Esta O.P. foi devidamente processada no Depto de Contabilidade em 26/4/2006.

MARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLE
 Contador CRC/MT 009136/O-3

Descontos:	INSS:	0,00	Outros desc. extraorçamentários:	0,00
	IRRF:	0,00	Outros desc. orçamentários:	0,00
			Total de descontos:	0,00
			Líquido a pagar	79.950,00

Recursos:

Conta Banco
 11124 15.614-0 PM BB VILA RICA FNDs - 15.614-0

Cheque
 850002 79.950,00

Ordem de pagamento: Em 26/04/2006 pague-se a importância acima processada

GENEBALDO JOSÉ BARROS
 Prefeito

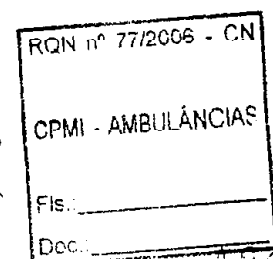
Recibo: Em 26/04/2006 recebi (emos) a importância acima processada

Credor

Certifico haver pago a importância acima.

CILAS JOSÉ BARROS
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº 212/2006 Fis. 3.3.3



GOVERNADORAL DE CANABRAVA DO NORTE

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Processo / Ano: 13/2006
 Licitação: 13/2006 - CV
 Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
 Objeto: Aquisição de Veículo tipo Ambulância de suporte Básico Furgão 0, quilômetros, potência mínima de 100 CV, combustível diesel, na cor branca, comprimento mínimo de 3.800 mm, largura mínima de 1600 mm e altura mínima de 1800mm, entre eixos mínimo 2500mm, 04 cilindros, injeção eletrônica multiponto sequencial indireta, transmissão mecânica, de 05 marchas sincronizadas à frente e 1 a ré; freios hidráulicos com comando a pedal, ação nas 04 rodas, 02 circuitos em diagonal.

Total dos Itens Vencidos: 79.950,00

Item	Material	Nome do Material	Un Med	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	--------	-------	------------	----------------	-------------	----------	---------------

Fornecedor: 7880 - RENAULT DO BRASIL S.A

1	2273	VEICULO TIPO VAN 100 CV	UN		1,000	79.950,0000	79.950,00	Vencido	
Total do Fornecedor:-->							79.950,00		

Fornecedor: 7881 - GRAMARCA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

1	2273	VEICULO TIPO VAN 100 CV	UN		1,000	79.990,0000	79.990,00	Perdido	
Total do Fornecedor:-->							79.990,00		

Fornecedor: 7882 - DOELER DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

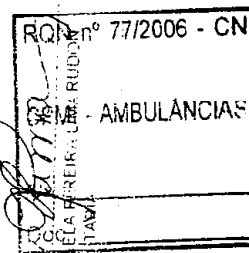
1	2273	VEICULO TIPO VAN 100 CV	UN		1,000	79.965,0000	79.965,00	Perdido	
Total do Fornecedor:-->							79.965,00		

Senado Federal/SOM/CEDP
 Processo RCP 2. 2006. Fls 334

CANABRAVA DO NORTE, Em 27 / 02 / 2006

[Assinatura]
 GABRIELA PEREIRA DE RUDDA
 SECRETARIA
 DANA SEVERINA DE ALLVAGAR MARTI
 MEMBRO

[Assinatura]
 JOSIMAR RIBEIRO DE SOUZA
 Presidente da Comissão de Licitação



121

ESTADO DE MATO GROSSO

REFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Data de Empenho

Data: 28/04/2006

Nº do empenho: 1194/06

Ordinário

Processo

N.P.J.: 37.465.200/0001-20

Município: Canabrava do Norte

Orgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
 Funcional: 10.244.0075 - ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
 Projeto/Atividade: 1.026 - AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
 Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00.0090 - Equipamentos e Material Permanente
 Código reduzido: 000113

Dotação Inicial: 1.000,00

Suplementações: 113.700,00

Anulações: 0,00

Total (A) : 114.700,00

Empenhos anteriores: 84.835,00

Valor do empenho: 29.800,00

Valor Anulado: 0,00

Total (B) : 114.635,00

Saldo (A - B) : 66,00

Credor: 7975 DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Endereço: AVENIDA DA FEB

C.N.: 01-016-616/0001-13

Banco:

Cidade: VÁRZEA GRANDE

Inscr.Est./Ident.Prof.: 13.166.260-0

Agência:

Conta Corrente:

UF: MT

Fone: 65 3388 4420

Fax:

Especificação: 1

PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REF. A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO ANO/MODELO 2006, MOTOR 1,0 FLEX, COM POTENCIA MÍNIMA DE 60 CV, COM AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, TAPETE, 04 PORTAS, COM 5 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ. PARA ATENDER A POPULAÇÃO DA ZONA RURAL, NO QUE TANGE A SAÚDE CONF. DOC. EM ANEXO.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 212/2006 Fls. 335

Fonte de recursos: Ordinário

Total geral: R\$ 29.800,00

Fica empenhada a importância de 29.800,00 (vinte e nove mil oitocentos reais)

Fundamento legal:

Modal. licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Contrato:

Data:

Data:

Data:

Fls.:

Doc.:

Encarregado do serviço

Credor

GENERALDO JOSÉ BARROS

Prefeito

MARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLE

Contador CRC/MT 009136/O-2

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

122

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Data de Liquidação:

Data: 28/04/2006

Nº da Liquidação: 1384/06

Ordinário

Processo:

P.J.: 37.465.200/0001-20

Início: Canabrava do Norte

do:	05	- SECRETARIA DE SAÚDE
de:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO
cional:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
eto/Atividade:	1.026	- AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
mento:	4.4.90.52.00.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente
lgo reduzido:	000113	

mero do empenho:	1194/06	Liquidações Anteriores:	0,00
or do empenho:	29.800,00	Valor da liquidação:	29.800,00
x Anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
al (A):	29.800,00	Total (B):	29.800,00
		Saldo (A - B):	0,00

dor: 7975 DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Endereço: AVENIDA DA FEB

Cidade: VÁRZEA GRANDE

P.J.: 01-016-616/0001-13

Inscr.Est./Ident.Prof.: 13.166.260-0

UF: MT

ecili jo: 1

A AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REF. A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO ANO/MODELO 2006, MOTOR 1,0 FLEX, COM POTÊNCIA MINIMA DE 60 CV, COM AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, TAPETE, 04 PORTAS, COM 5 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ. PARA ATENDER A POPULAÇÃO DA ZONA RURAL, NO QUE TANGE A SAÚDE CONF. DOC. EM ANEXO.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 21.2006 Fls. 336

te de recursos: Ordinário	Total geral:	29.800,00
---------------------------	--------------	-----------

Liquidação:

Liquida a importância de 29.800,00 (vinte e nove mil oitocentos reais)

Fomento legal:

Data:

el. licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número:

Data:

trato:

Data:

aro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (fornecido/prestado)

Responsável

RIS ANGELA JUNKER JARDIM BELLE

atorador CRC/MT 009136/O-2

DATA: 28/04/2006 - CN

CPMI - AMBULÂNCIAS

Fls.:

Doc.:

123



Domani Distribuidora de Veículos Ltda.

Seu FIAT hoje, amanhã e sempre!

Avenida da Feb, 2255 - PABX (65): 388-4400 - Várzea Grande - Mato Grosso
CNPJ: 01.016.616/0001-13 Insc. Est.: 13.166.260-0

Nº 32848

R\$ 29.800,00

RECIBO

Recebemos de

a importância supra de

referente a

Em espécie R\$

cheque R\$

Nº

Cidade

C/BCO

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente recibo em 03 (Três) vias.

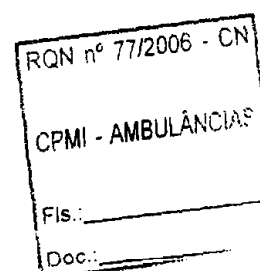
Várzea Grande,

ASSINATURA

GRÁFICA GRAFITE - 623-3600 30 bis 50x3 de 29 251 a 11.250- 02/05

fone: 65 3388 4420
fax:

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 101.2/2006 Fls. 335



125

REFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Processo / Ano:	15/2006	Processo Administrativo:	
Licitação.....	15/2006 - CV	Total dos Itens Vencedores:	29.800,00
Modalidade.....	Convite p/ Compras e Serviços		
Objeto.....	Aquisição de um Veículo 0-(Zero) Quilômetro, ano/mo/ano 2006, motor 1.0 flex, com potência mínima de 60 cv, com ar condicionado, protetor de Carter, tapete, 04 portas com 05 (cinco) marchas frente e 0-(uma) ré, capacidade de transporte para 05 (cinco) passageiros e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Contran.		

Item	Material	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Fornecedor..... 7881 - GRAMARCA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA									
1	2350	VEÍCULO 0 QUILÔMETROS MOTOR 1.0	UN				30.000,00		
					Total do Fornecedor-->		30.000,00	Perdeu	
Fornecedor..... 7888 - DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA									
1	2350	VEÍCULO 0 QUILÔMETROS MOTOR 1.0	UN				29.800,00	Venceu	
					Total do Fornecedor-->		29.800,00	Venceu	
Fornecedor..... 7889 - TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA									
1	2350	VEÍCULO 0 QUILÔMETROS MOTOR 1.0	UN				30.500,00	Perdeu	
					Total do Fornecedor-->		30.500,00	Perdeu	

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 21/2006 Fls. 339

CANABRAVA DO NORTE, Em 11 / 04 / 2006

[Assinatura]
FABRÍCA PEREIRA LIMA RIBEIRO
SECRETARIA

[Assinatura]
ADANA SEVERINA DE ALENCAR MARTI
MEMBRO

[Assinatura]
JOSMAR RIBEIRO DE SOUZA
Presidente do Conselho de Licitação

nº 77/2006 - CN

- AMBULÂNCIAS

126

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE	Nr.: 25/2006 - CV
CNPJ: 37.465.200/0001-20	Processo Administrativo:
PRACA FREDERICO DE SOUZA BRITO	Processo de Licitação: 25/2006
C.E.P.: 78658-000 - CANABRAVA DO NORTE - MT	Data do Processo: 03/04/2006

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 25/2006

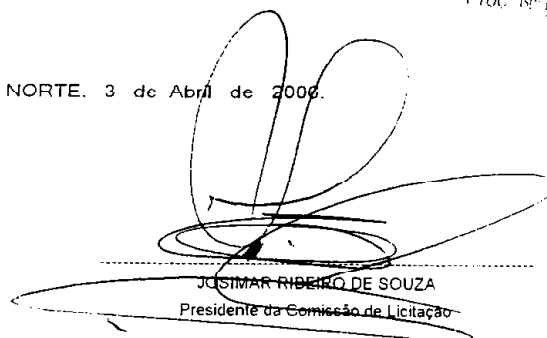
A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 001/2006, de 04/01/2006, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **11/04/2006**, às **16:00** horas, no endereço, **PRACA FREDERICO DE SOUZA BRITO, CANABRAVA DO NORTE-MT**, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 25/2006-CV na modalidade **Convite p/ Compras e Serviços**.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Aquisição de um Veículo 0-(Zero) Quilometro, ano/modelo 2006, motor 1.0 flex, com potência mínima de 60 cv, com ar condicionado, protetor de Carter, tapete, 04 portas, com 05 (cinco) marcha a frente e 01-(uma) ré, capacidade de transporte para 05 (cinco) passageiro e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Contran.

CANABRAVA DO NORTE, 3 de Abril de 2006.


JOSIMAR RIBEIRO DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº. R.C.P. 21/2006 Fls. 340

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIA:
Fis.: _____
Doc.: _____

427



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ 37.465.200/0001-20

EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE N° 025/2006**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Por determinação do Senhor GENEALDO JOSE BARROU, PREFEITO, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 16:00 horas do dia 11 de ABRIL de 2006, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, serão abeadas as propostas referentes a esta Carta Convite, de conformidade com as seguintes condições:

II - OBJETO

A presente Carta Convite visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

Aquisição de um Veículo 0-(Zero) Quilometro, ano/modelo 2006, motor 1.0 flex, com potencia minima de 60 cv, com ar condicionado, protetor de Carter, tapete, 04 portas, com 05 (cinco) marcha a frente e 01-(uma) ré, capacidade de transporte para 05 (cinco) passageiro e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Contran.

III - DAS SANÇÕES

O inadimplimento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

IV - DA HABILITAÇÃO

Para habilitação serão necessárias as apresentações das cópias das Certidões Negativas do IUCM, IPTU, Contrato Social e Cartão do CNPJ.

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 1 -

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 212006 Fls. 141

RQN nº 77/2006 - CN	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fls.:	_____
Doc.:	_____
128	



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ 37.465.200/0001-20

V - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Para participarem da presente Carta Convite, os licitantes deverão apresentar no Departamento de Administração da Prefeitura, junto ao Departamento de Compras, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT
ATT: Comissão de Licitação
ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 25/2006
ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 11/04/2006
NOME DO PROPONENTE:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT
ATT: Comissão de Licitação
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
CONVITE Nº 25/2006
ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 11/04/2006
NOME DO PROPONENTE:

VI - CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de MENOR PREÇO, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, as seguintes condições:

a - Comprovação de que o bem proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;

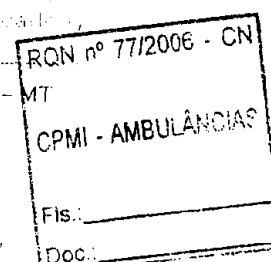
b - MENOR PREÇO, desde que cumpridas as formalidades do item "a";

c - No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no § 1º do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados,

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000 - 2 -

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº BR 2006 Fls 142



129



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ 37.465.200/0001-20

sendo vedado outro procedimento.

D - Serão desclassificadas as propostas, por serem consideradas excessivas, o preço global para o fornecimento dos materiais superior a R\$-30.000,00- (Trinta Mil Reais).

VII - FORNECIMENTO DE ELEMENTOS

A Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT, através do Departamento de Compras e Licitações, fornecerá cópia do Edital, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Fica adotado para este certame, o critério de aceitabilidade de preço unitário.

IX - DOS PREÇOS

Os preços a serem apresentados pelos licitantes são fixos e irrevogáveis.

X - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

Forma de Pagamento:

NO ATO DA ENTREGA DO OBJETO

Forma de Reajuste:

NENHUMA

XI - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigentes, classificadas e codificadas assim:

1.030.4.4.90.52.00.00.00.00 (135)

XII - DA RESCISÃO

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000 - 3 -

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc N° Rec. 21.2006 Fls. 313

RQN nº 77/2006 -
CPMI - AMBULÂNC
Fls. _____
Doc. _____

130



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

Para a rescisão do futuro contrato, aplica-se no que couber a disposição prevista nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre Do Norte-MT, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no local de costume da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-,MT.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 03 de ABRIL de 2006


GENERALDO JOSE BARROS
PREFEITO

(Processo Nr. 025/2006)

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - M

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000 - 4 -

RQN nº 77/2006 - CN	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fls.:	
Doc.:	

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2.600.2 Fls. 13/1



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

**Doc.13: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – PONTE
BRANCA**

**Doc.13-A: Ofício à Prefeitura Municipal de PONTE
BRANCA e a respectiva resposta**

RON nº 77/2006 - C
CPMI - AMBULÂNCIA
Fis. _____
Doc. _____

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº BCP 2.1 3506 Fis. 2.1

132

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDP
 Prom. ACP 2. 2006 Fls 346

03.503.638/0001-33
MUNICIPAL
PREF MUN PONTE BRANCA
AV. CEL. BELMIRO NOGUEIRA DA SILVA - S/N
PONTE BRANCA/MT
78610000

25000.059122/2004-75
2004
PAGO
SECAP/MT
ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
EMENDA
001 011584 0000086738
AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE
130.000,00
,00
112.320,00

759			
NORMAL			
502642			
29/06/2004	17/09/2006	RQN nº 77/2006 - C	
30/06/2004	16/11/2006	CPMI - AMBULÂNCIA	
30/06/2004	01/07/2004	Fis. _____	
104.000,00	8.320,00	112.320,00	Doc. _____

1	905.338	22/09/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00

http://www.fns.saude.gov.br/visualizarprocessos.asp?id=03503638000133&NU_PROCESS... 24/7/2006 133



SENADO FEDERAL
Cabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Ofício GSSS nº 241

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº759/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
JURANI MARTIS DA SILVA
MD. Prefeito Municipal de PONTE BRANCA-MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Ref. 2/2006 Fls. 347

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____

125



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

Ponte Branca (MT), 24 de maio 2006

OF. GAB. Nº 080/06

Excelentíssima Senadora,

Com cordiais cumprimentos a V.Excia., e em atendimento ao Ofício GSSS nº. 241, Brasília/DF de 18/05/2006, informamos a seguir:

- 1 – Sim. Em 26/09/2005, através de Ordem Bancária – 2844618000000, Banco do Brasil SA;
- 2 – Carta Convite;
- 3 – Foram adquiridos dois (02) veículos:
 - a) Através da Carta Convite nº 07/2005, adquiriu-se um (01) veículo modelo VW Kombi, ano 2005/2006, no valor de R\$ 35.850,00 – Trescinco Distribuidora de Veículos Ltda;
 - b) Através da Carta Convite nº 06/2005, adquiriu-se o veículo modelo ambulância Fiat, Ducato 0km ano 2006, no valor de R\$ 76.890,00 - Merkosul Veículos Ltda.

Apenas para registro de V. Excia., ambos os veículos estão em poder dessa municipalidade, prestando atendimento à comunidade Pontebranquense.

Sendo o que havíamos para o presente, antecipamos nossos sinceros agradecimentos, com votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;


Jurani Martins da Silva
Prefeito Municipal

À
Senadora SERYS SLHESSARENKO – PT/MT
SENADOR FEDERAL
BRASILIA - DF

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, s/nº - Centro

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 21.200.2006 Fls. 348

RQN nº 77/2006 - CN

CPMI - AMBULÂNCIAS

Fls. _____

Doc. _____

135

Anel Viário de Pontes e Lacerda (doc.11)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº RCP 2/2006 Fls 249

Sen. Serys Marly Silhessarenko

De: Laércio [laercio.pina@dnit.gov.br]
Enviado em: quarta-feira, 26 de julho de 2006 11:07
Para: Sen. Serys Marly Silhessarenko
Assunto: Re: Anel Viário

Senhora Senadora,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, passamos abaixo, as informações referentes ao Anel Viário de Pontes e Lacerda:

1. O Contrato UT/11-002/2002 foi originado através do processo licitatório objeto do Edital nº 513/2001-11, modalidade Concorrência.
2. Valor do contrato:
R\$ 6.990.813,12 (a Preços Iniciais)
3. Valor executado até 01.11.2004
R\$6.318.588,75 (PI+R).
O obra está paralisada desde essa data.
4. O empenho de 2006 (R\$ 900.000,00) é da Funcional Programática 26.782.6035.10DY.0051 - Construção de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso (valor referente a emendas ao PLOA 2006 - não temos informação de qual parlamentar);
5. A obra foi reiniciada em 17.07.2006;
6. Empresa detentora do Contrato: Constil Ltda.

Atenciosamente,

Laércio Coelho Pina
Superintendente Regional DNIT/MT

----- Original Message -----

From: Sen. Serys Marly Silhessarenko
To: laercio.pina@dnit.gov.br
Sent: Wednesday, July 26, 2006 10:58 AM
Subject: Anel Viário

Dr. Laércio,

Solicito a Vossa Senhoria em caráter de urgência informações em relação a construção do Anel Viário da cidade de Pontes e Lacerda, tais como:

- 1º - Modalidade de licitação (se diretamente pelo DNIT ou se convênio)
- 2º - Valor total da obra
- 3º - Valor efetivamente gasto
- 4º - Se os empenhos efetuados foram de recursos do Ministério dos Transportes ou emenda parlamentar (Qual parlamentar).
- 5º - Qual a situação atual da obra.
- 6º Qual a empresa executora.

Senadora Serys Silhessarenko

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACP 21.2006 Fls. 350

26/07/2006

Sen. Serys Marly Silhessarenko

De: Sen. Serys Marly Silhessarenko

Enviado em: quarta-feira, 26 de julho de 2006 10:58

Para: 'laercio.pina@dnit.gov.br'

Assunto: Anel Viário

Dr. Laércio,

Solicito a Vossa Senhoria em caráter de urgência informações em relação a construção do Anel Viário da cidade de Pontes e Lacerda, tais como:

- 1º - Modalidade de licitação (se diretamente pelo DNIT ou se convênio)
- 2º - Valor total da obra
- 3º - Valor efetivamente gasto
- 4º - Se os empenhos efetuados foram de recursos do Ministério dos Transportes ou emenda parlamentar (Qual parlamentar).
- 5º - Qual a situação atual da obra.
- 6º Qual a empresa executora.

Senadora Serys Silhessarenko

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº ACP 21.2006 Fls 351

26/07/2006

Resenha Parlamentar dando conta da devolução da
emenda conjunta do Bairro Pedra 90 (doc.11-A)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RC 21/2006 Fls. 152

Pedra 90

2 SERYS SLHESSARENKO - Senadora da República - PT/MT

RESENHA DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR N.º 9 JULHO 2005

Diário de Cuiabá - 25/04/2005

Foto: João Cecílio



A comissão que esteve no ENGEA

Serys Marly e Vera Araújo em defesa dos moradores do Terra Nova

A senadora Serys Marly e a deputada estadual Vera Araújo, ambas do PT/MT e uma comissão formada pelos moradores do bairro Terra Nova, em Cuiabá, estiveram reunidas com o Coordenador Geral do Engea - Empresa Gestora de Ativos, Dr Gilton, em Brasília. Foi feito um estudo sobre a liquidação de dívidas para 680 mutuários. Nos próximos dias, a Engea entrará em contato com os moradores do bairro para fazer uma proposta de quitação dos apartamentos. A senadora Serys defendeu os moradores e exigiu que fosse mostrada uma listagem com o valor venal, isto é, o valor do imóvel e o desconto oferecido pela empresa, que prometeu para breve uma solução deste impasse.

Diário de Cuiabá - 17/03/2005

Serys participou da manifestação de gays no gabinete do Presidente da Câmara

"Como parlamentar, como cidadã, sou solidária à luta de gays e lésbicas pela sua cidadania plena." Palavras da senadora Serys que acompanhou o encontro do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti com líderes do movimento gay para discutir a tramitação dos projetos que tratam dos direitos de homossexuais.

Os diretores da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, querem prioridade para a votação das propostas. Uma dessas propostas pune a discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual. Outra, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy, trata da legalização da união civil de homossexuais.

Jornal A Gazeta 21/04/2005

Serys: "Os números são bons, já que a campanha nem começou"

"Fico muito agradecida pela generosidade do povo de Mato Grosso, já que a pesquisa da Gazeta revela um grande respaldo para o meu nome, dentro de uma campanha que nem começou.

Basta lembrar que Maggi, quando lançou seu nome contra o PSDB, em 2002, tinha apenas dois por cento das intenções de votos".

A declaração, feita por telefone, com exclusividade para a Gazeta, é da senadora Serys Marly (PT-MT), avaliando os resultados da pesquisa Gazeta Dados sobre a disputa do Governo do Estado, em 2006, que a coloca em segundo lugar na corrida ao Palácio Paiaguás.

Má administração

Senadora conseguiu verba para Cuiabá e o PPS jogou no lixo

Em 2004, a senadora Serys conseguiu destinar R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para obras de pavimentação urbana no bairro Pedra 90, em Cuiabá. Para má sorte dos moradores desta localidade, a Prefeitura, sob o comando do PPS, ficou inadimplente por não recolher os percentuais do INSS de seus funcionários - e perdeu os recursos.

Diário de Cuiabá - 17/03/2005

Senadora pede ação para resolver problemas de terra

A senadora Serys Marly (PT) solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências reparadoras para a situação da posse de terra em Mato Grosso. Ela destacou no plenário, os resultados de um documento "pungente" que acaba de ser concluído pela Relatoria Nacional do Direito Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), ligada à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DhESC).

Segundo a senadora, o relatório sobre a situação dos quilombolas, índios xavantes e dos agricultores sem-terra representa "mais uma dolorosa punhalada em tantos que militam para ver Mato Grosso transformado em um território de paz e justiça social".

"O que se constata do documento é que o alto índice de degradação ambiental e de violações dos direitos humanos dos grupos visitados é uma realidade cruel", disse Serys.

Senadores na mídia - 26/04/2005

Serys defende professores de Mato Grosso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) acusou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de "destruir com truculência" a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (Lopeb) daquele estado. Ela informou que, desde o final do ano passado, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso discute as alterações propostas pelo governo do estado na Lopeb. Entre as modificações mais polêmicas estão a retirada da obrigatoriedade de revisão anual dos salários dos professores e a transformação dos cargos de direção, coordenação e assessoramento nas escolas, que atualmente são funções privativas dos educadores, em cargos de confiança.

Serys também defendeu proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que propõe a conversão do serviço da dívida externa em investimentos para educação. Ela entende que essa proposta vai viabilizar uma educação pública de qualidade para a população. Serys destacou que a Espanha já converte 60 milhões de euros da dívida da Argentina para educação pública daquele país. A senadora também criticou declarações do governador Blairo Maggi que, segundo ela, teria dito ser favorável ao nepotismo, desde que o cargo seja ocupado por um parente que tenha "qualidades para trabalhar".

RESENHA DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR - SENADORA SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Gabinete Parlamentar: Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Filinto Müller Gabinete 07 - Brasília/DF CEP. 70.165-900 - e-mail: serys@senadora.gov.br - Tel. (61) 311-2291 / 311-2292 Fax. (61) 311-2721

Escritório em Mato Grosso: Rua Manoel Ferreira de Mendonça, nº 223, Bairro Bandeirantes Cuiabá/MT - CEP. 78.010-160 e-mail: serysenadora@terra.com.br - Tel: (65) 623-9315 - Fax: (65) 623-3664

Assessoria de Imprensa: Beto Dock - Programação Visual: Alexandre Barreto

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCL 2.2006 Fls. 353



ALMT

Principal

Missão / Visão

Leis

Deputados

Mesa Diretora

Comissões

Rádio

TV - Canal 36

Vídeo Conferência

Instituto Memória

Opinião

Parlamento

Financeiro

Ouvidoria

Sites Institucionais

Intranet

Licitação

Plano Estratégico

Webmail

Órgãos Vinculados

UNALE

Interlegis

Sindal

Assalmat

Credlegis

Escola Legislativo

Zonamento
Ecológico

Saiba +

Notícias

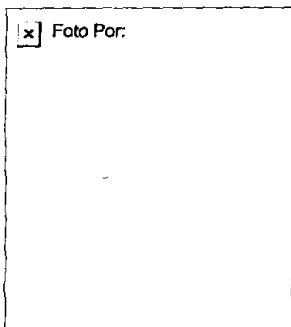
Senado Federal/SQM/CEDP

Proc. Nº 1012/2006 354

Narcotráfico

Riva defende Combate ao Narcotráfico

Em setembro de 2000, a Assembleia Legislativa aprovou a CPI do Narcotráfico, que ao final de seu relatório comprovou a atuação do crime organizado em Mato Grosso



Cecília Gonçalves/Sid Carneiro
Secretaria de Imprensa

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PTB) defendeu hoje (26) a sanção do projeto que cria o Fórum permanente de Combate ao Narcotráfico, no Estado de Mato Grosso. A proposta foi debatida durante sessão matutina, que aprovou o Fórum por unanimidade, em Plenário.

De acordo com José Riva, a intenção do Legislativo é dar prosseguimento às discussões que viabilizem alternativas juntamente com a sociedade, no

combate ao narcotráfico que, em 2000, foi alvo de investigações de uma CPI instalada na Assembleia Legislativa, com o objetivo de apurar denúncias referentes ao comércio de drogas, incluindo roubos de cargas, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

"Entendemos que esse tema apresenta relevante interesse social, pois a comunidade cobra posicionamento claro e determinado das autoridades constituídas, no combate a esse terrível mal", afirmou o deputado.

Em setembro de 2000, a Assembleia Legislativa aprovou a CPI do Narcotráfico, que ao final de seu relatório comprovou a atuação do crime organizado em Mato Grosso.

A CPI teve a participação dos deputados Pedro Satélite (PPS) José Carlos do Pátio (PMDB) e os ex-deputados, Amador Tut (PL) Jair Mariano (PPS) e André Bringnsken, além da autora e atual senadora Serys Slhessarenko (PT).

Nesse período, lembra o presidente José Riva, a Mesa Diretora não mediu esforços para a instalação da CPI do Narcotráfico e tornou possível toda estrutura necessária para o seu funcionamento.

Ao longo das investigações, foram recebidas treze denúncias anônimas, as quais, após a análise, foram encaminhadas (cópias) aos órgãos competentes e, em razão do alto teor acusatório e os originais ficaram oficialmente disponíveis aos interessados no Arquivo da Assembleia Legislativa.

Das provas materiais, constam contra-provas e documentos apresentados e entregues pelos depoentes, os quais ficaram, mediante requisição, à disposição das autoridades competentes no Arquivo da Assembléia Legislativa.

CONCLUSÃO FINAL

O importante papel da CPI, por exemplo, possibilitou o sucesso da operação da Polícia Federal e da Justiça Estadual e Federal desencadeando ações para punir pessoas envolvidas com o contrabando, "lavagem" de dinheiro, roubo de carro e o narcotráfico.

"A Assembléia Legislativa, aqui representada pelos seus 24 (vinte e quatro) Deputados, em especial pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, cumpriu o seu dever como instituição e atendeu aos anseios da sociedade, que está farta de impunidade", disse Riva.

O parlamentar ressaltou que o projeto de resolução tem como objetivo permitir ações de combate ao narcotráfico, após a conclusão dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, destacando ainda que a Assembléia Legislativa está procurando colaborar para reduzir o tráfico de drogas no Estado.

"Como a CPI tem que, regimentalmente, trabalhar dentro de prazos limitados, entendemos da necessidade de instituir um Fórum a ser instalado neste Poder, mas com a participação efetiva de autoridades e lideranças representativas da sociedade organizada", afirmou Riva.

Mais informações:

Secretaria de Imprensa da Assembléia Legislativa
Fones: 613-2553/ 613-2597/ 9982-0261/ 9972-8390

Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Av. B Lote 06 S/N - Setor A - Centro Político Administrativo - Telefone: 3901-6680 - Fale Conosco - CEP: 78.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc N° MLP 21/2006 Fls. 355

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL - DF
Clipping eletrônico - 2ª edição - 01/08/2003

(...)

Procuradores apóiam luiz francisco

A Associação Nacional dos Procuradores da República divulgou nota de solidariedade ao procurador da República Luiz Francisco de Souza devido ao incidente com o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) durante depoimento na CPI do Banestado anteontem. A entidade disse que o senador ofendeu Souza, que colaborava com os trabalhos da comissão que investiga a evasão fiscal através das contas CC-5. Segundo a associação, o tratamento dispensado ao procurador não correspondeu à sua função e ao propósito de sua ida ao Congresso. "A postura do senador, ao atacar um procurador da República, foi incompatível com a conduta que a sociedade espera de um senador da República", diz a nota. Também ontem, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que vai tentar convocar para depor na CPI João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso e preso no Uruguai há dois meses.

(<http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/agosto/CS%2001%20de%20Agosto%202.rtf>.)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCP 2/2006 Fls 356

**Fragments do depoimento de LUIZ ANTONIO VEDOIN na
Justiça Federal (doc.12)**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Rel 2/2006 Fls 357

**SEGREDO DE JUSTIÇA**

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
JUÍZO DA SEGUNDA VARA**

Ofício nº 1087/06-SECRI

Cuiabá, 11 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 086/2006-CPMI-
"Ambulâncias", encaminho a V. Exa. cópia da documentação solicitada,
referente aos autos do Procedimento Especial/Organizações Criminosas
nº 2006.36.00.007594-5, em que é Autor o **MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL** e Réu **LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN**,

Cordiais saudações,

JEFERSON SCHNEIDER
Juiz Federal da 2ª Vara/MT

Exmo. Sr.
Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA
MD. Presidente do CPMI
BRASÍLIA / DF

RQN nº 77/2006 - CN -	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fls.	001
Doc.	016

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2.122 - Fls. 353



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
JUÍZO DA SEGUNDA VARA**

SEGREDO DE JUSTIÇA

Processo nº : 2006.36.00.007594-5
Classe 13404 : Procedimento Especial / Organizações Criminosas
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Luiz Antônio Trevisan Vedoin

Processo nº : 2006.36.00.008041-2
Classe 13403 : Procedimento Especial / Organizações
Criminosas / Outras
Autor : Ministério Público Federal
Réus : Darci José Vedoin e Outro

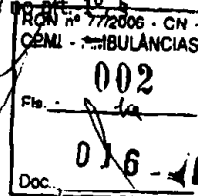
AUTO DE INTERROGATÓRIO
(em continuidade)

Ao terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e seis, na Sala de Audiências da 2ª Vara/MT, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado; onde presente se encontrava o MM. Juiz Federal da 2ª Vara/MT, Dr. **JEFERSON SCHNEIDER**, comigo, Técnica Judiciária, foi aberta a audiência, às 15h26min, para a continuidade do interrogatório do réu preso a seguir qualificado.

LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 888294, SSP/MT, e CPF nº 594563531-68, nascido aos 15/02/1975, na cidade de Santa Maria/RS, filho de Darci José Vedoin e de Cléia Maria Trevisan Vedoin, residente na rua Bosque da Saúde, nº 250, apto. 701, Edifício Solar Rivera, Bairro Bosque da Saúde, nesta Capital, telefone (res.) 3642-1355 e celular nº 8404-6311, tendo o ensino superior incompleto.

Antes de iniciado o interrogatório, foi oportunizado ao interrogando o direito de entrevista reservada com a sua defensora, Dra. **LAURA GISELE MAIA SPÍNOLA**, OAB/MT-8678 (art. 185, § 2º, CPP), o qual não fez uso desta prerrogativa, tendo em vista já ter conversado, anteriormente, com a advogada.

Em seguida, pelo douto Magistrado foi ao interrogando informado de seu direito de permanecer calado, em face do princípio da presunção de inocência, não importando o seu silêncio em confissão e muito menos ser interpretado em prejuízo de sua defesa (art. 186 do CPP), bem como dos benefícios concedidos pelo CP, caso tenha praticado o crime, confesse-o em juízo e, ainda, os benefícios previstos no art. 1º, § 5º.



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RC 21.2006 Fls. 101

SEGREDO DE JUSTIÇA



hospitalares; QUE a acusada Alessandra dava expediente na empresa Planam; QUE era responsável pelo contato com fornecedores, documentação dos veículos, pagamentos realizados a pedido do interrogando e recebia prefeitos na sede, quando a acusada Maria Estela não estava no escritório; QUE a acusada Alessandra não era responsável pela parte de licitações; QUE a acusada Maria Estela, funcionária da empresa Planam, era responsável pelo acompanhamento dos processos licitatórios; QUE a acusada, até 2003/2004, preparava as propostas das cartas convites das empresas que iriam participar das licitações; QUE a acusada também era responsável por receber os prefeitos do Estado de Mato Grosso; QUE durante o ano de 2005, a acusada Maria Estela passou a trabalhar na área de vendas como representante da empresa Planam nos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Piauí, São Paulo e Maranhão; QUE o acusado Alessandro também era responsável pela representação da empresa nesses Estados; QUE atualmente, quem estava responsável pelas licitações eram as funcionárias Raquel e Elaine; QUE a Elaine desligou-se da empresa em fevereiro de 2006; QUE a funcionária Lucilene era responsável pela parte financeira da empresa, sob a orientação do interrogando; QUE os pagamentos maiores, aos fornecedores, parlamentares, prefeitos e servidores, se davam sob a orientação direta do interrogando; QUE as despesas de rotina da empresa eram realizadas por Lucilene e Alessandra, como pagamento de despesas de escritório, salário de funcionário etc.; QUE a funcionária Raquel assumiu a parte de licitações, durante os anos de 2005 e 2006; QUE a acusada Alessandra era responsável pelos pagamentos de rotina da empresa Planam e, também, pelo pagamento de algumas autoridades e servidores, que se davam sob a orientação do interrogando; QUE era do conhecimento que esses valores eram repassados para parlamentares e servidores, ainda que não se soubesse especificamente para quem ou o motivo do pagamento, até porque muitos tinham "conta corrente" com a empresa; QUE o interrogando não tem certeza se Lucilene tinha conhecimento de que alguns pagamentos, que realizava, se dava em favor de parlamentares; QUE com relação a prefeitos, o interrogando acredita que ela sabia que se tratavam de pagamentos em razão das licitações vencidas; QUE Lucilene era responsável por efetuar alguns desses pagamentos, dentre eles o realizado por ela em favor do prefeito de Poxoréu/MT, Antônio; QUE especificamente em relação a esse prefeito, o interrogando pediu a Lucilene que entregasse ao prefeito a quantia de R\$ 14.000,00, salvo engano; QUE a emenda parlamentar é de autoria da Senadora Serys, no valor de R\$ 104.000,00, empenhada em 2005 e paga em 2006; QUE pelo fato do prefeito exigir o recebimento de valores para que a empresa Planam pudesse ganhar a licitação, o valor desta saiu por R\$ 120.000,00; QUE o genro da Senadora Serys, Paulo Roberto, recebeu R\$ 35.000,00 em dinheiro, na sede da Planam, na presença do interrogando e do acusado Ivo; QUE Sérgio, de Pontes e Lacerda, proprietário de uma construtora no mesmo município, foi quem apresentou Paulo Roberto ao interrogando; QUE Sérgio estava junto, tanto no dia em que Paulo Roberto definiu o valor como no dia em que recebeu o dinheiro; QUE Paulo Roberto é parceiro da Construtora Dinâmica, cujo dono também é da empresa Dismaf; QUE não se recorda do nome do proprietário; QUE a Dinâmica é responsável pela execução das emendas parlamentares da Senadora Serys; QUE essa empresa realizou obras em Pontes e Lacerda e Cuiabá, dentre outros; QUE o interrogando acredita que a Senadora tinha conhecimento dessas negociações, porque, inicialmente, Paulo Roberto havia se comprometido com uma emenda de um milhão de reais, em favor de municípios no

6

RON 77/2006 - CN -	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
007	
Fls.	016
Doc.	

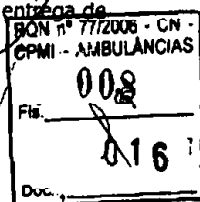
Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RP 1.226 Fls. 301

SEGREDO DE JUSTIÇA

Estado de Mato Grosso; QUE ao final, a emenda saiu no valor de R\$ 700.000,00; QUE seriam pagos a Paulo Roberto cerca de 10% desse valor; QUE a primeira parcela, de R\$ 35.000,00, foi paga no ano de 2004, para garantir a emenda no valor de um milhão de reais; QUE o interrogando não chegou a vencer a licitação nos outros municípios beneficiados pela emenda, como Canabrava, União do Sul e Ponte Branca, e um outro município, cujo nome não se recorda; QUE por diversos problemas, acabou não sendo vencedor nesses municípios, em especial, porque os prefeitos estavam querendo valores que inviabilizavam a licitação; QUE o interrogando, inclusive, chegou a cobrar de Policena, assessor parlamentar da Senadora Serys, o fato de não estar conseguindo fazer as licitações, em cumprimento do que havia sido combinado; QUE Policena disse ao interrogando que iria verificar o que estava acontecendo e, até a presente data, não retornou ao interrogando; QUE a acusada Maria Estela foi responsável por dois pagamentos ao atual prefeito do município de Colider; QUE o prefeito passou pessoalmente na sede da Planam e pegou a importância de R\$ 8.000,00, referente a uma emenda de R\$ 80.000,00, da deputada Celcita, e R\$ 10.000,00, referente a uma emenda de R\$ 104.000,00, da Senadora Serys; QUE a acusada Cléia não tinha nenhuma atribuição definida dentro da Planam; QUE a acusada Cléia ia à empresa entre duas a três vezes por semana; QUE a acusada Helen trabalhou na Planam cerca de quatro meses, entre os anos de 2003 e 2004; QUE a sua obrigação não a levava a estar todos os dias na empresa; QUE nesses quatro meses ficou responsável pela compra de materiais para o almoxarifado, para a montagem dos veículos; QUE o acusado Ivo veio a trabalhar na Planam especialmente para desenvolver o projeto na Bahia, com as empresas Vedobus, Vedocar e Via Trading; QUE durante o ano de 2005, como o projeto na Bahia começou a enfrentar uma série de dificuldades, o acusado Ivo passou a trabalhar junto à Planam, segundo orientações do interrogando; QUE o acusado Ivo era responsável pelos contatos da empresa com os advogados, responsáveis pela defesa da família Trevisan-Vedoin; QUE o Ivo também chegou a ficar responsável pela estruturação e organização do escritório, em Brasília, depois da saída da acusada Maria da Penha; QUE até a sua saída, era a própria Penha quem administrava o escritório em Brasília; QUE o Ivo também era o responsável pela realização dos projetos na área de inclusão digital; QUE a Planam chegou a vender dois veículos para a inclusão digital, sendo um ao Intedeq, com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Finep, e outro veículo ao município de Governador Valadares, com recursos do Ministério das Comunicações; QUE a empresa Suprema-Rio vendeu dois veículos de inclusão digital ao Ibrae, com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Finep; QUE a emenda em favor do Intedeq é de autoria do deputado João Mendes de Jesus; QUE a emenda foi empenhada no ano de 2005 e paga em 2006, no valor de R\$ 700.000,00; QUE ao Intedeq foi entregue apenas um veículo, no valor de R\$ 350.000,00; QUE o segundo veículo não chegou a ser entregue, em razão de não ter dado tempo, em face da prisão do interrogando; QUE o deputado João Mendes recebeu R\$ 35.000,00 e o professor Almir, R\$ 10.500,00; QUE o professor Almir trabalha no Funcefet, estando o Intedeq ligado a essa fundação; QUE esses valores foram entregues em espécie e em mão; QUE a entrega ao deputado João Mendes foi realizada pelo próprio interrogando; QUE da mesma forma, ocorreu a entrega ao professor Almir; QUE com relação ao veículo entregue para o município de Governador Valadares, tratou-se de recurso extra-orçamentário, obtido pelo deputado João Magalhães; QUE a entrega de

7



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 1002/2002 Fls. 361

SEGREDO DE JUSTIÇA



3.000.000,00; QUE esse valor não chegou a ser empenhado ao instituto (o diálogo, sobre o fato acima descrito, encontra-se colacionado na representação policial contra Maria da Penha Lino); QUE não é verdadeiro o depoimento do acusado Marcelo Cardoso de Carvalho de que teria oferecido, ao pai do interrogando, um barco para a venda; QUE nenhum dos pagamentos, realizados ao Marcelo, seja pessoalmente ou através de transferência pela conta de Roberto Arruda de Miranda e Lima, refere-se a pagamento de barco; QUE o interrogando antecipou valores superiores à comissão acordada, importando crédito atual em R\$ 110.000,00, sem juros; QUE com relação ao **Senador Magno Malta**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE o interrogando foi apresentado ao Senador pelo deputado Lino Rossi, em setembro de 2003; QUE o Senador teria comentado com o deputado de que estava precisando de um veículo, para rodar no interior do Estado do Espírito Santo; QUE o deputado comentou com o Senador que conhecia alguns empresários que poderiam conseguir um veículo para ele, mediante a destinação de recursos de emendas na área de saúde, para aquisição de unidades móveis; QUE o Senador e o interrogando conversaram sobre o assunto e chegaram a um acordo; QUE o Senador se comprometeu a realizar uma emenda, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 1.000.000,00, para aquisição de unidades móveis de saúde pelos municípios do Espírito Santo; QUE a título de antecipação, pela comissão cobrada, 10% sobre o valor da emenda, o interrogando entregou para o Senador um veículo Fiat/Ducato 15, cor preta, modelo 2001/2001, diesel, placa KAM 4467, conforme documento de propriedade, contido às fls. 05 do avulso V; QUE o interrogando adquiriu o veículo mediante um cheque, no valor de R\$ 50.000,00, emitido pela empresa Enir Rodrigues de Jesus-EPP, conforme cópia do cheque às fls. 04 do avulso V; QUE o cheque foi utilizado para a compra do veículo, que se encontrava na posse da VR Factoring; QUE o veículo, pelas informações que o interrogando possui, encontra-se, até a presente data, na posse do Senador, sendo utilizado em sua campanha no Espírito Santo; QUE apesar do veículo ter sido entregue a título de antecipação, pela emenda a ser realizada, o Senador não cumpriu o acordo, deixando de realizar a emenda, assim como de devolver o veículo ao interrogando; QUE com relação à **Senadora Serys Slhessarenko**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE o interrogando conheceu Paulo, genro da Senadora, através de Sérgio de Pontes e Lacerda, o qual possui uma construtora na cidade; QUE Paulo também está ligado à área de construção civil, em especial a Construtora Dinâmica; QUE entre os meses de setembro e outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com o interrogando; QUE naquela oportunidade, Paulo disse ao interrogando que estava precisando de R\$ 35.000,00, para pagar uma conta de campanha da Senadora; QUE após negociarem, fizeram um acordo, no qual a Senadora realizaria uma emenda genérica, para o exercício de 2004, em valor superior a R\$ 1.000.000,00, para os municípios no Estado de Mato Grosso, para fins de aquisição de unidades móveis de saúde; QUE os municípios beneficiados com a emenda encontram-se na lista de fls. 218 do avulso I; QUE o interrogando esclarece que, nessa lista, ainda falta um município, para totalizar o valor de R\$ 700.000,00; QUE o interrogando esclarece que a promessa de emenda superior a um milhão de reais, não concretizou-se, tendo sido realizada uma emenda no valor de setecentos mil; QUE o valor restante seria compensado nos exercícios seguintes; QUE pela emenda, o interrogando pagaria 10% do seu valor; QUE a título de adiantamento, o interrogando entregou pessoalmente a Paulo, na presença de Ivo Marcelo e Sérgio,

4

4

SENADO FEDERAL - CN -
CPMI - AMBULÂNCIAS
063
Fls. _____
016
Doc. _____

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. nº RCF 212xx6 Fls. 56

SEGREGO DE JUSTIÇA



na sede da Planam em Cuiabá, R\$ 35.000,00 em espécie; QUE os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos pelo interrogando; QUE foi o próprio Paulo quem passou ao interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser procuradas nos municípios para acertarem os detalhes das licitações direcionadas; QUE de todos os municípios, o interrogando executou as licitações de Colíder e Poxoréo, no ano de 2005, realizadas para a aquisição de unidades móveis de saúde, nas quais os prefeitos também receberam comissão; QUE na virada do ano de 2005 para 2006, o interrogando encontra-se com o assessor parlamentar da Senadora, Policena, ao qual informa que não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios, em razão dos prefeitos não estarem aceitando as condições impostas; QUE em razão do término do mandato dos prefeitos, estava tendo algumas dificuldades para realizar as licitações; QUE Policena disse ao interrogando que não era para ele se preocupar, que iria conversar com a Senadora para resolver as pendências; QUE até a presente data, Policena não deu retorno ao interrogando; QUE normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas; QUE a Senadora realizou emendas para a construção de posto de saúde, em Pontes e Lacerda, no valor de R\$ 300.000,00, e para o anel viário da cidade, cujo valor não se recorda, obras estas que foram executadas pela Construtora Dinâmica, ligada a Paulo, genro da Senadora; QUE a obra asfáltica no Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá/MT, também teve por recurso emenda da Senadora, tendo sido a obra executada pela Construtora Dinâmica; QUE com relação ao **ex-Senador Carlos Bezerra**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE o Interrogando nunca realizou qualquer acordo com o Senador, não possuindo sequer contato com o mesmo; QUE o Senador nunca realizou emendas para aquisição de unidades móveis de saúde; QUE não sabe esclarecer, no momento, a existência de dois pagamentos realizados em favor do Senador, arrolados na contabilidade da empresa; QUE com relação ao **Deputado Paulo Feijó**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE foi apresentado ao parlamentar ou pelo deputado Lino Rossi ou pelo deputado Ricarte de Freitas, QUE fez um acordo com o parlamentar, no sentido de que pagaria 10% sobre o valor da emenda genérica individual, referente ao exercício de 2003, que fosse destinada à área de saúde para a aquisição de unidades móveis de saúde e de equipamentos médico-hospitalares; QUE o parlamentar fez uma emenda, nesse sentido, de R\$ 2.000.000,00, para o exercício de 2003; QUE a lista de entidades beneficiadas, contida às fls. 46 do avulso I, refere-se a emenda de bancada do Rio de Janeiro; QUE o interrogando não executou a licitação de nenhum desses recursos; QUE da emenda individual do parlamentar, o interrogando executou as seguintes licitações: Itaiya, São Fidélis, Santa Maria Madalena, Varre-Sai, Quissamã e Santa Casa de Misericórdia de Campos de Goitacazes, localizada no município de Campos de Goitacazes; QUE acredita, ainda, ter sido realizada a licitação junto à Fundação Álvaro Alvim, localizada no município de Campos de Goitacazes; QUE com exceção da Santa Casa e da Fundação, nas quais a licitação foi para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, todas ocorreram para a aquisição de unidades móveis de saúde; QUE todas essas licitações ocorreram entre os anos de 2003/2004; QUE as entidades beneficiadas foram indicadas pelo parlamentar; QUE todas as licitações estavam direcionadas; QUE foi o parlamentar e o chefe de gabinete, Ricardo Jardim do Amaral Mello, quem indicavam ao interrogando o nome das pessoas, as quais deveriam ser procuradas nas entidades, para acertar os detalhes

5

RQN nº 77/2006 - CN -	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
064	
Fls.	
Doc	0163

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 100.2/2006-Fls. 1032

**Fragmentos do depoimento de DARCI VEDOIN na Justiça
Federal (doc.13)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 001.21.300 Fls. 364



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
JUÍZO DA SEGUNDA VARA**

Processo nº : 2006.36.00.007573-6
Classe 13404 : Procedimento Especial / Organizações Criminosas
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Darci José Vedoin

Processo nº : 2006.36.00.008041-2
Classe 13403 : Procedimento Especial / Organizações Criminosas
Autor : Ministério Público Federal
Réus : Darci José Vedoin e Outros

AUTO DE REINTERROGATÓRIO
(em continuidade)

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e seis, na Sala de Audiências da 2ª Vara/MT, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado; onde presente se encontrava o MM. Juiz Federal da 2ª Vara/MT, Dr. **JEFERSON SCHNEIDER**, comigo, Técnica Judiciária, foi aberta a audiência, às 09h25min, para a continuidade do reinterrogatório do réu a seguir qualificado. Presente, ainda, o Excelentíssimo Senhor Procurador da República, Dr. **MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA**.

DARCI JOSÉ VEDOIN, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 327496, SSP/MT, e CPF nº 091757251-34, nascido aos 16/10/1945, na cidade de Silveira Martins/RS, filho de Antonio Américo Vedoin e de Henriqueta Mattiuzzi Vedoin, residente na rua Marechal Deodoro, nº 1.055, apto. 701, Edifício New York, Bairro Centro, nesta Capital, telefone (res.) 3027-2801, tendo o ensino superior completo.

Antes de dar-se prosseguimento ao reinterrogatório, foi oportunizado ao reinterrogando o direito de entrevista reservada com a sua defensora, Dra. **AMANDA DE LUCENA BARRETO**, OAB/MT-9516 (art. 185, § 2º, CPP), o qual não fez uso desta prerrogativa, tendo em vista já ter conversado, anteriormente, com a advogada.

Em seguida, pelo douto Magistrado foi ao reinterrogando informado de seu direito de permanecer calado, em face do princípio da presunção de inocência, não importando o seu silêncio em confissão e muito menos ser interpretado em prejuízo de sua defesa (art. 186 do CPP), bem como dos benefícios concedidos pelo CP, caso tenha praticado o crime, confesse-o em juízo e, ainda, os benefícios previstos no art. 1º, §

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2006.36.00.007573-6 Fls. 305

Roberto Arruda de Miranda apenas após a operação policial; QUE pelo que sabe, Marcelo teria pedido a conta corrente de Roberto Arruda emprestada para receber as transferências e depósitos, a título de comissão; QUE todos os valores repassados a Marcelo, seja diretamente ou por interposta pessoa, a exemplo de Roberto Arruda, se deram a título de comissão pelos recursos obtidos através das emendas do Senador; QUE o reinterrogando sabe dizer que Marcelo ganhava uma comissão do Senador, pelos serviços prestados; QUE não sabe dizer qual seria essa comissão, porque desconhece o acordo entre o assessor e o parlamentar; QUE não é verdadeira a estória de que o reinterrogando estaria comprando, de Marcelo, um barco; QUE os depósitos realizados, em seu favor, se deram a título de comissão, e não de pagamento do barco; QUE o contato junto aos prefeitos dos municípios, na Paraíba, era realizado pelo assessor Marcelo; QUE era Marcelo quem acertava os detalhes sobre o direcionamento das licitações; QUE com relação à **Senadora Serys Silhessarenko**, o reinterrogando passou a responder às perguntas que se seguiram; QUE Paulo Roberto, genro da Senadora, juntamente com Sérgio, ligado a uma construtora de Pontes e Lacerda, conhecido do reinterrogando e Luiz Antônio, foram até a sede da Planam em Cuiabá; QUE Paulo, nessa oportunidade, pede a Luiz Antônio R\$ 35.000,00, para pagamento de despesas de campanha da Senadora, durante o ano de 2002; QUE por outro lado, Paulo se comprometeria a destinar recursos para a área da saúde, para aquisição de unidades móveis de saúde e equipamentos médico-hospitalares, por meio de emendas da Senadora; QUE retornando à sede da Planam, em outra oportunidade, entregou em mão para Paulo, na presença de Sérgio, R\$ 35.000,00 em espécie; QUE conforme havia sido combinado, foram destinados recursos para aquisição de unidades móveis de saúde para alguns municípios do Estado de Mato Grosso; QUE Policena é assessor parlamentar da Senadora, também responsável pela elaboração das emendas da parlamentar; QUE dos municípios beneficiados, apenas executou-se as licitações em Poxoréo e Colíder; QUE o reinterrogando não sabe dizer por qual razão a licitação, nos outros municípios, não foi realizada; QUE o responsável pelo contato com os prefeitos desses municípios era o Paulo Roberto; QUE o reinterrogando nunca conversou pessoalmente com a Senadora sobre essa emenda ou sobre comissão; QUE todas as vezes que esse assunto foi tratado, se deu na pessoa de Paulo Roberto, genro da Senadora; QUE pelo que sabe, as empresas Dinâmica e Dismaf são de propriedade, ou, no mínimo, ligadas a Paulo Roberto; QUE essas empresas executam as obras com os recursos destinados pela Senadora; QUE com relação ao **Deputado Paulo Feijó**, o reinterrogando passou a responder às perguntas que se seguiram; QUE não se recorda através de quem conheceu o parlamentar, no ano de 2001; QUE com o parlamentar foi acordado o pagamento de 10%, a título de comissão, sobre os recursos destinados na área da saúde, para aquisição de unidades móveis de saúde e equipamentos médico-hospitalares; QUE o parlamentar destinou recursos para aquisição de unidades móveis de saúde e equipamentos médico-hospitalares nos anos de 2001, 2002 e 2003; QUE responsável pelo contato com os prefeitos nos municípios, para tratar acerca dos detalhes do direcionamento das licitações, era o parlamentar ou o seu assessor, Ricardo Mello; QUE por outro lado, representando as empresas do reinterrogando e Luiz Antônio, Nylton Simões; QUE os comprovantes de depósito de fls. 96, 97, 98, 104, 105, todos do avulso III, realizados em favor de Daniela R. Guimarães, assessora do parlamentar, tanto se referem a comissão da servidora quanto do parlamentar; QUE via de regra, os

**Depoimento de LUIZ ANTONIO VEDOIN para a CPMI DAS
AMBULANCIAS (doc.14)**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 21.622/2002 Fls. 167

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Pediram para Município de Santa Rita de [inaudível] e Santo Afonso e foram empenhados. E foram cancelados. O Senador Hélio Costa entrou no Ministério e foi cancelado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas aí já para as Comunicações.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Para as Comunicações. Eu estou falando no geral.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Senador, eu vou passar a presidência ao Deputado Raul Jungmann, que eu vou até a Câmara, parece que não tem ninguém na reunião administrativa, mas eu vou lá para anunciar o cancelamento e retorno. Assumirá a presidência o Vice-Presidente, Deputado Raul Jungmann. Eu peço desculpas a V. Ex^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] ... ver se está funcionando também aquela gestão dos Assessores...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Eu verifico, mas todos estão sendo convidados, é a partir de 14 horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que essa importância de ouvir os Auxiliares, os Secretários, ela tem uma vitalidade enorme, porque se é pessoal do Secretário, sem conhecimento do parlamentar, ou se o parlamentar determinava. Então, sobre o genro da Senadora Serys Shlessarenko. Qual é o processo do recebimento, em razão do que ele recebeu, em tese, os trinta e cinco mil?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ele esteve na minha empresa, pediu para que fosse feito um valor de trinta e cinco mil reais para pagamento de uma dívida de campanha da Senadora. Acordou colocar um milhão de reais para os Municípios através de Unidades Móveis de Saúde. Foi acordado e colocaram setecentos mil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então em nome...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Dela. E foi executado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Em nome da Senadora. Ela, só porque ela está... a Senadora Heloísa Helena tem ouvido as angústias da Senadora, então a gente tem que se firmar muito na comprovação, não só testemunhal, mas material também. Se esses trinta e cinco mil... não cai do céu. Eu nunca vi, pelo menos no meu quintal nunca caiu dinheiro, que não seja com recibo passado e tudo, não é, Carlos Sampaio? [risos] Mas eu acho o seguinte, qual é a ligação desses trinta e cinco mil com o Fausto e com a Senadora?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Como?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Fausto e a Senadora?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, Paulo.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Qual a ligação do Paulo com a Senadora?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não. Qual é o elo dos trinta e cinco. Faz a diferença.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Eu conhecia [inaudível] Lacerda. A Senadora tinha uma Emenda lá, trezentos mil, na qual o Paulo estava executando. Não sei se a empresa é dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ela já era Senadora?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Em 2003. Qual foi daquele de um milhão e meio, que seria cancelamento, aí cada parlamentar que entrou na gestão, legislatura, não tinha Emenda, o Governo cancelou, deu um milhão e meio a cada parlamentar e um milhão de resto a pagar em 2002. Trezentos mil estavam [inaudível] lá. E eu falei da Senadora, para o Governo PT que poderia ter, para nós fazermos algum tipo de trabalho. Me levou lá o Paulo, me levou diversas vezes, o Paulo, eu tive com ele. Ele pediu que seria feito um adiantamento de trinta e cinco mil reais no qual a Senadora indicaria uma Emenda de um milhão de reais, para os Municípios de Mato Grosso de Unidade Móvel. Foi feito esse pagamento de trinta e cinco mil reais, na minha sala. Em dinheiro, na minha sala. Foi feito. E foi colocado--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem testemunha? Ele isolado com o senhor?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ele, o Ivo e o [inaudível] Lacerda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para caracterizar, porque...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: E acho que quebrar o sigilo bancário dele seria fácil, porque ele opera várias outras coisas também no Estado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Depois eu vou pedir ao Presidente que me ajude, não só parte do depoimento referente aos Senadores, para vir para a corregedoria, eu faço ofício, eu vou pedir *in totum* porque fragmentado é difícil.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Eu não me recordo o nome dela.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, desculpa, Luiz Antônio, já estou querendo fazer a sua candidatura aqui. Luiz Antônio, eu

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quer dizer que vocês pressionaram o Lino para retomar o carro pelo não cumprimento da obrigação da moral, entre aspas, de--

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Entre aspas, das Emendas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Perfeito. Aqui eu queria só terminar. Sr. Relator, nos depoimentos feitos pelo senhor para Maria da Penha--

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Deixa eu voltar na da Serys até porque ficou uma situação delicada que ela fica na mídia toda a hora. Seria simples quebrar o sigilo bancário do genro dela. Não precisaríamos brigar tanto, ela ofender, xingar. Me chama de bandido, corrupto... É tão simples! Outra coisa tem muitas coisas lá no INCRA que ele faz, quebra o sigilo bancário que o senhor vai ver.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Já pedi que a Polícia Federal que o fizesse.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Muita coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Do INCRA, o senhor falou?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Eu não vou acusar. Mas só para citar... [Tumulto].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor deve colaborar com a CPMI.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Se o senhor quiser, eu posso até sentar com o senhor. Eu não posso.

[tumulto]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Vai caber a nós investigarmos se tem ou não...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Tem trinta milhões de valores que são assentamentos, quem faz as obras, se é a única empresa? Loteamento. DISMAF e DINÂMICA, mais a DISMAF. Pronto, eu não estou aqui para acusar ninguém. Eu só não quero ser ofendido, porque o que ela está fazendo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Apelamos para o seu espírito de solidariedade e respeito ao povo brasileiro que--

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Quem devia estar preso não era eu, era ele, o genro dela.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas eu acho que...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Senador, eu sou obrigado a fazer isso, Senador. Eu nunca cheguei para comprar ninguém, eu nunca cheguei a oferecer. Até porque eu não vou, era muito melhor eu ter, chegasse para mim, "coloca um recurso". Vendia. Vamos supor uma

Emenda do senhor, não tivesse um compromisso com algum parlamentar, era muito melhor para mim, qual era a vantagem de eu dar 10% para o parlamentar? Eu nunca cheguei a oferecer--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A história do Senador.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Se eu tivesse que pagar 10% eu ia perder dinheiro. Deixava de pagar imposto. Agora, eu não quero ser ofendido. No meu Estado ela não vai para a imprensa e fica nisso--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu só queria perguntar uma coisa, só uma coisa, Dr. Luiz, os seus depoimentos, foi lido antes da sua assinatura, na justiça e na polícia, colhido o depoimento, porque normalmente se passa a leitura, está aqui o Carlos Sampaio poderá confirmar ou não, que é Promotor Público, quando se faz um depoimento tem testemunha de leitura e foi lido para o senhor, o seu depoimento?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque eu queria que o senhor confirmasse...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Inclusive teve algumas divergências ali, tá? Eu quero deixar bem claro. Eu não vou falar 100%.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Deputado Gabeira, gostaria que o senhor estivesse lá conosco. O problema é o seguinte, quais são as divergências do seu depoimento, da Maria da Penha que o Relator vai fazer uma análise disso, porque nós temos que sanar essas divergências. O Carlos Sampaio que está fazendo a Sub-Relatoria, de buscar o confronto de todos esses depoimentos, eu acho que é importante a gente saber, porque eu tenho lido no jornal "divergências". Divergências de acusações, inclusive se houve ou não acobertamento de parlamentares que participaram num pacto pessoal que não apresentasse os nomes e introdução de outros nomes que nada tinham a ver com o problema. Isso é uma coisa bastante angustiada e séria para a gente tomar providência, em cima daquilo que nos tratará um remorso posterior. Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Eu estou ouvindo isso na imprensa. Teria que ler

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone] E também uma preocupação dele se em tese poderia ter se incluído alguém indevidamente ou excluído alguém propositamente.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Deputado, eu consegui ontem o depoimento, inclusive segredo de justiça, pela Internet. Inclusive está escrito "segredo de justiça".

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu pediria ao Relator, se permitisse, para terminar, Presidente.

pessoa ali, conheço um Deputado", isso não é agenciamento. Isso é o conhecimento porque você está ali na Câmara, é normal.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Qual a possibilidade de algum Assessor ter negociado Emenda sem o conhecimento de Parlamentares?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Possibilidade?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Algum caso que o senhor conheça.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Deputada...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Vamos pegar um caso que é muito evidente, Senador Ney Suassuna.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: O Senador Ney Suassuna, eu acho difícil por que ele fez o ofício. Tudo que eu fazia ele pedia a Emenda inteira. Outro caso do Senador Ney Suassuna: quando foi pedido para ele colocar Emenda - eu acho que temos gravações, não sei - o Marcelo me liga e fala "O Senador quer saber onde vão ser colocadas as Emendas". O Senador é ele. "Coloca aí um milhão e meio na saúde, um milhão e duzentos na informática". Ah não, são dois milhões e meio, porque o resto ele quer colocar lá em turismo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Isso aí é ok, mas até que ponto...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Para fazer Emenda--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Como teria vantagem? Como é que a gente pode chegar... Como?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu considero importante, mas no fundo não é uma pergunta, Assessor não assina Emenda.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Mas não é isso, não. Não é aí que eu quero chegar. Nessa Sessão ninguém precisa me ensinar o ABC, nós todos sabemos. Mas veja bem, o que nós queremos é constituir provas. Nós precisamos, Deputado Gabeira, constituir provas. Nós precisamos sair das duas testemunhas, a que diz... Não, a Emenda infelizmente não prova nada. Eu gostaria que provasse alguma coisa.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Deputada, eu concordo com a senhora.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A Emenda está feita, está assinada, o Parlamentar que assina. Agora, o quê que isso prova que ele recebeu vantagem por aquela Emenda? O senhor nos oriente, porque nós precisamos disso.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Eu não posso afirmar para a senhora, Deputada. Veja bem, se eu for fazer um julgamento, é a

mesma coisa da Senadora Serys. Se eu for fazer um julgamento... Lá eu tenho mais conhecimento porque ele é tal... Mas veja bem, eu não posso afirmar para senhora, porque o meu próprio depoimento... Daqui a pouco eu estou recebendo interpelação por todos os Parlamentares. Daqui a pouco eu vou ter que colocar uma cadeira do lado da Justiça. Eu não posso ficar afirmando para a senhora sem ter provas. Inclusive se eu soubesse que meu depoimento fosse vazar e fosse dar uma repercussão desse jeito, as pessoas que eu não tenho prova, eu não poderia ter falado.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente porque a gente lhe ouve, aí amanhã quando a gente volta pra lá vem dez Deputados e Senadores... Eu não tenho nada a ver com isso, é a palavra dele contra a minha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Deputada, a senhora tem três minutos.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Está no *site* o meu depoimento.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Agora, eu quero chegar aqui a esse fato lá de Fortaleza. Aquele fato que envolve o José Airton, o Lacerda, Diniz. O seu pai nos disse lá o seguinte, ele queria até fazer um apelo para a gente, não sei se a Senadora lembra. Um apelo para a gente mudar as regras do Banco do Nordeste que era muito difícil e que eles não conseguiram nada. Por tudo que a gente vê, parece-me que o Diniz e o Lacerda começaram a ter um relacionamento mais próximo dos senhores, é verdade? Os dois?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Mais próximo qual forma?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): No sentido, inclusive, de ajudar na elaboração desse projeto VEDOPLAN, VEDO...

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Com o intuito de receber alguma coisa, não é?!

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Claro, com o intuito de receber alguma coisa. Então, esse dinheiro dessa tal conta corrente que o senhor se refere, isso será aqui o quê? É pagamento de serviço que eles estavam... Porque eles levaram aos Governos dos Estados--

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Não. Nós tivemos no Governo do Ceará no final de 2004, o pagamento foi feito em 2003. Não tem nem lógica.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Além do Ceará, aonde mais ele levou os senhores?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Para tratar de assunto da empresa?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): De tudo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): O Prefeito não participou dos benefícios?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Nenhum. É Plácido de Castro, né?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Plácido de Castro.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Nenhum.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Nunca participou.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Nunca. Inclusive Senador, a maioria dos Prefeitos não participou. Quero deixar claro isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É porque saiu uma nota hoje da associação dos Municípios, cujo Presidente diz que os Prefeitos são vítimas do processo. Que foram, digamos assim, obrigados a participar da Licitação, coisa parecida.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Se eles foram vítimas, eu tenho sou.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Estou falando aqui o que eles disseram. Eu já vou encerrar. A última pergunta. Quando foi... No momento que citou a Senadora Serys, inclusive, tem aqui um mal-entendido que quero falar disso num outro momento em outro lugar. Mas, a respeito do genro dela. O genro dela falou em nome dela ou algum momento ela pessoalmente participou de alguma conversa?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: O genro dela falou em nome dela, e foi feita a Emenda do jeito que eu passei para ele dos valores que eu pedi.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É onde está a relação que V.S^a. acha que ela tem conhecimento dos fatos.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Pegou trinta e cinco mil, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele pegou.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ele pegou. Fez a Emenda do jeito que eu pedi. Pôs aonde eu pedi, os valores que eu pedi e ela assinou, no mínimo tem que trocar de genro, não é? Se ela não sabia, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas volta aqui uma suspeita de que ela foi a beneficiada?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Ela não tratou.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só estou voltando ao assunto da ordem. Você tem na sua frente, o genro e não ela.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Em nome dela.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele disse para você que era o nome dela. E ela assinou a Emenda. Aí não aceita a provocação.

Então, me responda só isso. Alguns dos Senadores, algum dia esteve com V.Sª?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN: Não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sempre alguma pessoa em seu nome. Sr. Presidente, eu neste momento me dou por satisfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Pois não. Eu agradeço, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ah, desculpa. Maria da Penha, só uma última uma coisa. [risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Pois não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Maria da Penha o Sr. Ronildo disse exatamente o seguinte dela. Que ela era uma inocente útil e, inclusive, desqualificou ela profissionalmente, dizendo até que era uma pessoa pouco ágil, chamou até uma outra palavra. Pouco ágil, de baixo conhecimento. E até, naquele momento, nós até descartamos a Srª. Maria da Penha.

Então, só reitera para mim aqui, quem foi Maria da Penha nesta situação toda?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN: Como pessoa? Como profissional?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Como profissional, operando.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN: Operando, nenhum. Operar, operar. Ela ia lá, ela tinha, ia ao Ministério tinha uma certa facilidade para ir lá, verificar, não liberava, liberou para o Estado do Mato Grosso, que aí eu posso dar a informação para o senhor que isso é real. Lá são cinco Municípios, um milhão e oitocentos, que aí ela fala, ela se colocou... Advogado, cada hora ela fala uma coisa, na imprensa fala uma coisa, que ela colocou que são Prefeitos do PMDB. Muito me estranha porque é que não foi feita através de um Deputado do PMDB, né? Tudo bem. Então ela falou isso, ela que fez os projetos. E como profissional, eu acho ela uma ótima profissional. Eu não acho... Se ela é meio lenta, é pelo sistema, pelo número de trabalhos que ela tinha. Isso é normal para qualquer pessoa. Mas é uma pessoa... E gosto dela, como pessoa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): OK, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Deputado Fernando Ferro.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN: Não tenho nada contra ela.

panos na mesa? É mais fácil às vezes a pessoa acusar do que se defender. E deixar registrado que não houve superfaturamento da nossa parte. E estamos falando que o superfaturado hoje, parece que eu seria um milionário. E não faturei 110 milhões, nunca. Não foi faturado 110 milhões, pode ter havido um giro entre as empresas num valor máximo de 70 a 75 milhões.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Em que período? Quantos anos?

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Todos os anos. Veio um Senador falando que o rombo pode ser de 1 bilhão!! Só se eu pegasse todas as Emendas. Aí eu tinha pegado do senhor, do Senador Amir Lando. Isso é impossível. E cada hora aumenta mais, pode ter feito três mil municípios. Um negócio desse tamanho... Não sei se é irresponsável, mas só que isso nos atinge, Deputado. A família, o senhor tá lá, isso... gente querendo ajudar... e dessa forma? E outra coisa que deixou chateado foi, porque aqui está escrito sigilo de justiça e vazou um depoimento--

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Já está vazando até lá.

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Para a próxima, Deputado, sinceramente, se eu soubesse ficaria ruim, eu não falaria, porque hoje corro risco de vida, eu, minha família. Eu tenho uma menina de dois anos.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ): Eu também lamento, sejam Parlamentares que vão lá fora e falem isso.

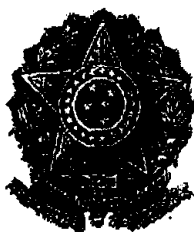
SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Porque no meio dessas pessoas tem muitas pessoas que vivem disso, o senhor sabe disso, sabem fazer isso, a vida inteira fizeram isso. Então, veja bem, estão mexendo numa ferida... Desculpa falar, não vou falar que todo mundo sabia, que era aberta, entendeu? E que todo mundo sabia, mas ninguém falava. Então eu falei alguma coisa, só deixei claro uma situação. Eu não revelei nenhum esquema imenso. Esses valores que o Ministério da Saúde comprou por, o total: 160 milhões de reais numa única licitação. E eu faturei 70 milhões em seis anos, atendendo 26 Estados da Federação. Então, que esquema que é esse? Um por um? Eu trabalhei, foi trabalhoso, poderia começar a colher os frutos agora, porque eu estava diminuindo, querendo agregar valores com a fábrica, dessa forma, mas falar: um grande esquema. Existe um grande esquema, isso é notório para todo mundo, isso aqui houve um esquema, mas tem esquema de medicamento, tem esquema de outros. Está certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN: Não. Aqui a gente sabe, Deputado. Isso aí é medicamento. Veja bem, isso aqui é investimento, isso aqui não é superfaturamento, isso aqui é objeto lá. Agora esse

**Fragmento do RELATORIO PARCIAL DA CPMI DAS
AMBULANCIAS – pertinente à
SENADORA SERYS SLHESSARENKO (doc.15)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 254.312/06 Fls 378



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE
INQUÉRITO “DAS AMBULÂNCIAS”**

RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA CPMI “DAS AMBULÂNCIAS”

(Criada por meio do Requerimento nº 77/2006-CN)

Presidente: Deputado Antônio Carlos Biscaia

Vice-Presidente: Deputado Raul Jungman

Relator: Senador Amir Lando

Sub-Relator de Sistematização e Controle: dep. **Carlos Sampaio**

Sub Relatores de Investigação de Parlamentares: dep. **Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Júlio Delgado e Carlos Sampaio**

Sub-Relator de Investigação do Esquema de Fraudes na Aquisição de Unidades Móveis de Saúde: dep. **Paulo Rubem Santiago**

Sub-Relatores de Processo Orçamentário: sen. **Eduardo Suplicy** e dep. **Vanessa Grazziotin**

Sub-Relatores da Participação do Executivo no Esquema: deps. **Júlio Redecker, Albérico Filho e sen. Leomar Quintanilha**

BRASÍLIA, AGOSTO - 2006

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº ACP 2/2006 Fls 329

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 6

Deputado Jonival Lucas (PTB – BA)	645
Deputado Jorge Pinheiro (PL – DF)	649
Deputado José Divino (PMR – RJ)	653
Deputado José Militão (PTB – MG)	665
Deputado Júnior Betão (PL – AC)	669
Deputada Laura Carneiro (PFL – RJ)	674
Deputado Marcelino Fraga (PMDB-ES)	681
Deputado Marcondes Gadelha (PSB – PB)	686
Deputado Marcos Abramo – PP-SP	691
Deputado Marcos de Jesus (PFL – PE)	699
Deputado Federal Neuton Lima – PTB-SP	702
Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)	710
Deputado Osmânio Pereira (PTB – MG)	734
Deputado Pastor Amarildo (PSC – TO)	748
Deputado Paulo Baltazar (PSB – RJ)	753
Deputado Pedro Henry Neto (PP – MT)	770
Deputado Raimundo Santos (PL-PA)	777
Deputado Reginaldo Germano – PP-BA	789
Deputado Reinaldo Dória (PL – RJ)	799
Deputado Reinaldo Gripp (PL – RJ)	805
Deputado Ricarte de Freitas – PTB-MT	820
Deputado Josué Bengtson (PTB – PA)	840
Senadora Serys Marly Shessarenko (PT-MT)	845
Deputado Vanderlei Assis (PP – SP)	852
Deputado Vieira Reis (PRB – RJ)	864
Deputado Bispo Wandervall Santos (PL – SP)	876
Deputado Wellington Fagundes (PL – MT)	889
Deputado Wellington Roberto (PL – PB)	896
Deputado Mauricio Rabelo (PL-TO)	906
Senador Magno Malta (PL-ES)	917
Deputado Paulo Gouvêa (PI – RS)	921
Deputado Paulo Fernando Feijó Torres (PSDB – RJ)	927
Deputado Robério Nunes (PFL – BA)	938
Deputado Ricardo Rique (PL – PB)	945

CAP. 6 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA CPMI 958

6.1. Um intróito necessário: Da materialidade dos delitos, dos indícios de autoria e do encaminhamento da matéria 958

6.1.1. As normas constitucionais aplicáveis 960

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 02/2006 Fls. 386

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 845

Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Legislaturas: 52ª e 53ª

Depoimento de Luiz Antônio Vedoin - Justiça Federal - 03 a 11/07/2006

O breve relatório que segue sistematiza as referências a Senadora Serys Slhessarenko contidas no interrogatório do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin perante a Justiça Federal do Mato Grosso. Em seu depoimento, Luiz Antônio revela que Paulo Roberto, genro da senadora, comprometeu-se a viabilizar a aprovação de uma emenda ao orçamento em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a aquisição de unidades móveis de saúde para municípios do Mato Grosso. A comissão devida à senadora seria equivalente a 10% e, segundo Paulo Roberto teria explicado a Luiz Antônio, seria utilizada para quitar uma dívida de campanha. A emenda aprovada foi, entretanto, de apenas R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Luiz Antônio conheceu Paulo por meio de Sérgio, de Pontes e Lacerda, que possui uma construtora na cidade de Cuiabá. Paulo também está ligado à área de construção civil, em especial a Construtora Dinâmica. Entre os meses de setembro e outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com Luiz Antônio. Naquela oportunidade, Paulo disse a Luiz Antônio que estava precisando de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para pagar uma dívida de campanha da Senadora. Após alguma negociação, chegaram a um acordo: a Senadora Serys apresentaria uma emenda genérica para o exercício de 2004 em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os municípios do Estado de Mato Grosso para fins de aquisição de unidades móveis de saúde. Os municípios beneficiados com a emenda encontram-se na lista de fls. 218 do avulso I.

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 846

Luiz Antônio esclareceu que, nessa lista, falta um município para totalizar o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). A promessa de uma emenda superior a um milhão de reais, portanto, não se concretizou, ficando o valor final da emenda inferior em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao acertado. A diferença seria compensado, de acordo com o relato de Luiz Antônio, nos exercícios seguintes.

Luiz Antônio afirma ter feito um acordo no sentido do pagamento de 10% do valor da emenda a título de comissão. Ele entregou a Paulo pessoalmente, como adiantamento dessa comissão, na presença de Ivo Marcelo e Sérgio, na sede da Planam em Cuiabá, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em espécie. Os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos por Luiz Antônio. De acordo com ele, foi o próprio Paulo quem passou a lista com os municípios, bem como os nomes das pessoas que deveriam ser procuradas para acertarem os detalhes das licitações direcionadas. Luiz Antônio menciona, ainda, uma emenda parlamentar no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), empenhada em 2005 e paga em 2006.

Luiz Antônio executou as licitações de Colíder e Poxoréo, no ano de 2005, realizadas para a aquisição de unidades móveis de saúde, nas quais, segundo ele, os prefeitos também receberam comissão. No município de Poxoréo, Maria Estela da Planam teria entregado R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) ao prefeito Antônio, no ano de 2006, em razão da aquisição de duas unidades móveis por meio da emenda da senadora Serys.

O prefeito atual do município de Colíder, por sua vez, teria recebido, pessoalmente na sede da Planam, a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente a uma emenda de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), da deputada Celcita Pinheiro, e R\$ 10.000,00 (dez

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 847

mil reais), também referente a essa mesma emenda de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), da senadora.

Luiz Antônio afirmou acreditar que a Senadora tinha conhecimento dessas negociações, porque, inicialmente, Paulo Roberto havia se comprometido com uma emenda de um milhão de reais, em favor de municípios no Estado de Mato Grosso e, ao final, a emenda foi aprovada, mesmo que no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Na virada do ano de 2005 para 2006, Luiz Antônio encontra-se com o assessor parlamentar da senadora Serys, Policena. Vedoin informou a Policena que não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios em razão de os prefeitos não aceitarem as condições impostas. O término do mandato dos prefeitos, por sua vez, havia acarretando dificuldades para Vedoin realizar as licitações. Policena disse que Luiz Antônio não deveria se preocupar, pois ele trataria das pendências diretamente com a senadora. Até a data do depoimento, Policena não havia dado retorno.

Luiz Antônio frisou que, normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas. Serys apresentou emendas para a construção de posto de saúde, em Pontes e Lacerda, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e para o anel viário da cidade, obras que foram executadas pela Construtora Dinâmica, ligada a Paulo, genro da Senadora. A obra asfáltica no Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá também teve como fonte de recursos emenda da senadora Serys, segundo o depoente. A obra teria sido igualmente executada pela Construtora Dinâmica.

Reinterrogatório de Darci José Vedoin – Justiça Federal – 20 a 24/07/2006

Senado Federal/SGM/CEDEP
Proc. Nº 16.2.2006.2 Fls. 123

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 848

Em depoimento à Justiça Federal do Mato Grosso, em 21 de julho de 2006, Darci Vedoin prestou informações pertinentes à Senadora Serys Slhessarenko. De acordo com ele, Paulo Roberto, genro da Senadora, juntamente com Sérgio, ligado a uma construtora de Pontes e Lacerda, conhecido dele e de Luiz Antônio, foram até a sede da Planam em Cuiabá. Paulo, nessa oportunidade, pediu a Luiz Antônio R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para pagamento de despesas de campanha da senadora, durante o ano de 2002. Por outro lado, Paulo se comprometeria a destinar recursos para a área da saúde, para aquisição de unidades móveis de saúde e equipamentos médico-hospitalares, por meio de emendas da senadora. Paulo retornou posteriormente à sede da Planam em outra oportunidade, quando recebeu em mãos, na presença de Sérgio, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em espécie. Conforme havia sido combinado, foram destinados recursos para aquisição de unidades móveis de saúde para alguns municípios do Estado de Mato Grosso.

Darci afirmou ainda, que Policena seria o assessor parlamentar da Senadora responsável pela elaboração das emendas da parlamentar. Dos municípios beneficiados, apenas executou-se as licitações em Poxoréo e Colíder (informação discrepante com o afirmado por Maria Estela, que fala em União do Sul e Colíder – Luiz Antônio confirma Poxoréo e Colíder). Darci não sabe dizer por qual razão a licitação nos outros municípios não foi realizada. O responsável pelo contato com os prefeitos desses municípios era o Paulo Roberto, genro da senadora. Darci afirma, entretanto, que nunca conversou pessoalmente com a mesma sobre essa emenda ou sobre comissão em razão da destinação dos recursos ao esquema criminoso. Todas as vezes que esse assunto foi tratado o contato era Paulo Roberto, genro da senadora.

Darci afirmou, por fim, que as empresas Dinâmica e Dismaf são de propriedade, ou, no mínimo, ligadas a Paulo Roberto e que as mesmas executam obras com os recursos destinados pela senadora.

Depoimento de Ronildo Medeiros à CPMI em 13 de julho de 2006:

Em seu depoimento à CPMI, Ronildo afirma o seguinte:

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Tem a Deputada... a Senadora também. Serys, tá? Fiquei sabendo, o Luiz pode detalhar melhor, que houve também algum adiantamento para a Senadora Serys.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Adiantamento para quem e referente a quê?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Em espécie. Entregue ao genro dela. Para colocar emenda.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Mas alguma informação que o senhor queira dar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Só isso aí que eu lembrei.

Reinterrogatório de Ronildo Medeiros - Justiça Federal -13.7.2006

Em depoimento à Justiça Federal, Ronildo afirmou, com relação à Senadora Serys Shessarenko, que já chegou a ver Paulo, genro da Senadora, na sede da Planam. Pelo que soube, através de Luiz Antônio, Paulo estaria tratando com ele a respeito da destinação de recursos para a área da saúde, na aquisição de unidades móveis. Paulo foi apresentado a Luiz Antônio por Sérgio, de Pontes e Lacerda, empresário da área de construção civil. Ronildo informou, ainda, que não presenciou o dia em que Luiz Antônio entregou os R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para Paulo.

Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias"
Pág. 850

Depoimento de Maria Estela Silva – Justiça Federal

Em depoimento à Justiça Federal do Estado do Mato Grosso em 10 de junho de 2006, Maria Estela, funcionária da Planam, revelou, em seu depoimento, que assessores da Senadora Serys mantinham contato com a Planam, em Cuiabá, na pessoa de Luiz Antônio Vedoin (Maria Estela afirma “que assessores dos Senadores Ney Suassuna e Serys Marly também mantinham contato com a Planam, em Cuiabá, na pessoa de Luís Antônio”). Estela afirmou, ainda, que se recordava de dois municípios beneficiados por emendas da senadora, quais sejam, União do Sul e Colider. As emendas já teriam sido pagas e as ambulâncias adquiridas da empresa Planam.

Depoimento de Rodrigo Medeiros de Freitas – Justiça Federal

Em depoimento à Justiça Federal do Estado do Mato Grosso em 8 de junho de 2006, Rodrigo informou tão-somente que ouviu Luiz Antônio e Darci Vedoin dizerem que tinham ido ao gabinete da Senadora Serys. Rodrigo, entretanto, não sabe dizer o propósito da visita dos acusados ao gabinete.

Análises e Transcrições de Gravações Telefônicas

Não encontramos no material coletado pela Polícia Federal interceptações que façam referência direta à Senadora Serys. Não obstante, o auto circunstanciado nº 002/2006 do Núcleo de Inteligência Polícia da PF de Mato Grosso, registra que o diálogo de índice 977643, entre Alessandra Vedoin (filha de Darci, uma das responsáveis pelos pagamentos da Planam) e Nilson. O Núcleo de Inteligência revela dúvida

Relatório dos trabalhos da CPII "das Ambulâncias"
Pág. 851

acerca do objeto da conversa, não sabendo precisar se se trata de um acordo para futura licitação ou de licitação já realizada, o que pode ser posteriormente apurado em diligências. Os recursos envolvidos, entretanto, decorrem do empenho de uma emenda de autoria da senadora Serys Slhessarenko.

Na ligação 977643, a mesma ALESSANDRA conversa com NILSON, da prefeitura de Jaciara/ MT, em que este explica que falou com ANGELITA e FELIX sobre como deve ser feito para resolver o problema do convênio da cidade, mas que RONILDO não estava querendo entender o posicionamento deles. ANGELITA e FELIX são funcionários de RONILDO, mas não se sabe se estavam discutindo com NILSON a respeito de um acordo para uma futura licitação, ou sobre uma compra passada. As interceptações em curso demonstraram que foi aprovado um empenho beneficiando a cidade de Jaciara/ MT, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Senado Federal/SGM/CEDP

Rec. Nº 161.2/2006 Fls 387

**Declaração da Assembléia Legislativa de Mato Grosso
mencionando que a Parlamentar nunca participou do FAP,
bem como nunca recebeu por sessões extraordinárias ou
jetons (doc.16)**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PL 2/2006 Fls 388



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO FILINTO MÜLLER

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins, a pedido de SERYS MARLY SLHESSARENKO, que é Deputada Estadual desta Assembléia Legislativa de Mato Grosso, desde 01 de fevereiro de 1991, até a presente data, e que durante todo este tempo a MESMA

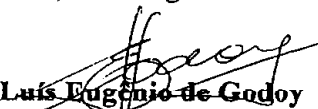
⇒ NUNCA participou do Fundo de Assistência Parlamentar (FAP), e por conseguinte não pertence ao seu quadro e não recebe qualquer tipo de benefício, entre outros, o que garante a aposentadoria dos Parlamentares desta Assembléia Legislativa.

⇒ NUNCA recebeu qualquer remuneração (JETON) por convocação Extraordinária desta Assembléia Legislativa.

⇒ NUNCA recebeu a ajuda de custo bi-anual, pagas no início e fim de cada Sessão Legislativa, em 01 de fevereiro e 15 de dezembro de cada ano.

POR SER VERDADE, FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO.

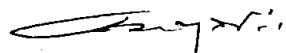
Cuiabá, 08 de agosto de 2001.



Luís Eugênio de Godoy

Secretário de Finanças da Assembléia Legislativa

VISTO



Deputado Humberto Bosaipo
Presidente



Deputado José Geraldo Riva
1º Secretário

Senado Federal/SGM/CEDP
Acl 2/2006 Fls 339

**Declaração do SENADO FEDERAL mencionando que a
Parlamentar não recebeu por sessões extraordinárias
(doc.17)**

Senado Federal/SGM/CEDP

Senador *Armando de Moraes* Fls. 390

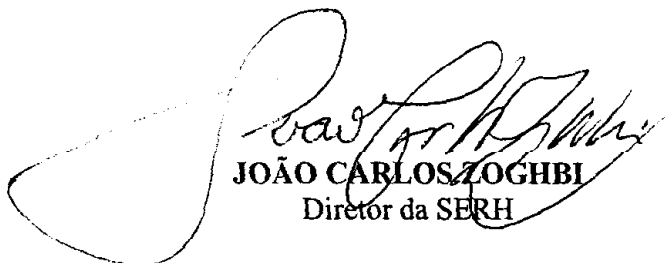


SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaramos, a pedido, que a Senhora **SERYS SILHESSARENKO**, CPF 437.907.207-04, Senadora da República Federativa do Brasil, com mandato de 01/02/2003 até 31/01/2011, não recebeu nenhum valor a título de ajuda de custo a que teria direito em razão das convocações extraordinárias do Congresso Nacional, desde a sua posse.

Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2006.//



JOÃO CARLOS ZOGHBI
Diretor da SERH

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 21 de 2006 Fls. 391

**Declaração da Assembleia Legislativa de Mato Grosso
referente a situação, outrora, da Aposentadoria da
Parlamentar enquanto esta era Deputada Estadual
(doc.18)**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº Rel 21/2006 Fls 392



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO FILINTO MÜLLER



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIVA
MD PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO**

SERYS MARLY SLHESSARENKO, Deputada desta Assembléia Legislativa, expõe o que se segue para ao final requerer:

1- Sou Deputada Estadual desde 1º de fevereiro de 1991, já no terceiro mandato consecutivo.

2- Por não aceitar a contribuir com o Fundo de Assistência ao Parlamentar (FAP), por seus elevados privilégios, contra o qual fui até o STF, optei por ser contribuinte **FACULTATIVA** do **IPEMAT**, a partir de 1º de fevereiro de 1991, com desconto mensal em folha de R\$ 336,00 ou o equivalente em outras unidades monetária havidas no período (**CRUZEIRO, CRUZEIRO REAL, URV, REAL**) para que a Assembléia fizesse mensalmente esse repasse ao **IPEMAT**.

3- Em 23 de abril do corrente ano, requeri ao **IPEMAT** que me informasse sobre a regularidade dos repasses deste **PODER** feito ao Instituto, em meu nome.

4- Com a resposta (xerox autenticada anexo) **decepção, tristeza, constrangimento**.

5- Lei 5.275 de 19 de maio de 1988 **EM VIGOR** (Consolida a Legislação Básica do **IPEMAT**) dá a seguinte redação: Artigo 6º § 3º

"...Também perderão o vínculo com o Instituto **SEM DIREITO A QUALQUER INDENIZAÇÃO**, os contribuintes **FACULTATIVOS**, que após optarem por essa condição, **ATRAZAREM POR MAIS DE DOZE (12) MESES O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES**".

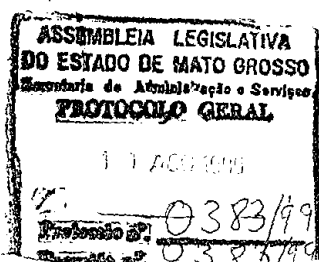
Como consequência, mais uma vez **PERDI**, a partir de março de 1995, **TODOS OS DIREITOS**, e **TODAS AS CONTRIBUIÇÕES** pagas (103) por **ÚNICA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE** deste **PODER LEGISLATIVO DE MATO GROSSO**, que até a presente data, continua descontando em minha folha mensal de subsídios, as contribuições, sem repassá-las ao **IPEMAT**, isto há quase 5 anos, desde 1995.

POR SER FATO IRREVERSÍVEL, FUNDADO EM LEI, E DE SUMA GRAVIDADE.

REQUER

IMEDIATA DEVOLUÇÃO das contribuições pagas, monetariamente corrigidas, acrescidas dos juros legais.

POR JUSTIÇA, HONESTIDADE, DECÊNCIA.



N. Termos
P. Deferimento.

Cuiabá, 04 de agosto de 1999.

Senado Federal/SGM/CI
Proc. Nº ACP 212002 Fis 39

SERYS SLHESSARENKO
Libel PT

Constituição Social da Construtora Dinâmica (doc.19)

11)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 201.2/2006 Fls. 394



Relato

Relatório de Comportamento em Negócios

DATA 25/07/2006 HORA 15:48:59

SERASA SOLUCOES EM INFORMACAO
RELATO - RELATORIO DE COMPORTAMENTO EM NEGOCIOS

CNPJ: 24.968.422/0001-13
VALORES EM REAIS

IDENTIFICACAO / LOCALIZACAO (ATUALIZACAO EM 13/04/2006)

CNPJ: 24.968.422/0001-13

CONSTRUTORA DINAMICA LTDA - EPP

NOME FANTASIA : DINAMICA CONSTRUCOES

ANTECESSORA: CONSTRUTORA DINAMICA LTDA

ATE: 09/08/2003

REGISTRO: 20.050.256.190 EM: 12/05/2005

AV GEN VALE 321 SL 901 ED MAL RONDON - BANDEIRANTES

CUIABA - MT CEP: 78010-080

FUNDACAO: 16/12/1988

RAMO: CONSTRUCAO E INCORPORACAO DE IMOVEIS

COD. ATIVIDADE SERASA: S-04.04.00

CONTROLE SOCIETARIO (ATUALIZACAO EM 13/04/2006) (VALORES EM R\$) FT: JUNTA COML

CAPITAL SOCIAL: 585.000

CPF / CNPJ	ACIONISTA / SOCIO	% CAP. VOTANTE	% CAP. TOTAL
ENTRADA	NACIONALIDADE		
086625251/72	CRISTIANO DA GUIA LEITE		
12/1988	BRASIL		95,0
028327906/07	JOSE SANDES ADELINO		
05/2005	BRASIL		5,0

ADMINISTRACAO (ATUALIZACAO EM 13/04/2006) FONTE: JUNTA COMERCIAL

CPF / CNPJ	ADMINISTRACAO	ESTADO CIVIL	ENTRADA	MANDATO
CARGO	NACIONALIDADE			
086625251/72	CRISTIANO DA GUIA LEITE			
ADMINISTR	BRASIL		12/1988	INDET.

REGISTRO DE CONSULTAS

MES/ANO	QTDE	MES/ANO	QTDE	CINCO ULTIMAS	QTDE
ATUAL:	3	DEZ 05	0		
JUN/06	0	NOV/05	0	22/07/2006 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	1
MAI/06	0	OUT/05	0	17/07/2006 PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEF	1
ABR/06	0	SET/05	3	14/07/2006 PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEF	1
MAR/06	0	AGO/05	0	24/09/2005 PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEF	1
FEV/06	0	JUL/05	0	16/09/2005 PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEF	1
JAN/06	0	JUN/05	1		

DEMANDAS PENDENTES

TOTAL DE 1 OCORRENCIA.

<https://sitenet14.serasa.com.br/novorelato/PJimprimir.jsp?impri=0>

25/7/2006

Senado Federal/SCM/CEDP

Proc Nº *Rep 2/2006* Fls *305*

Sigilo bancário da Parlamentar no período que reporta o
acusador (doc.20)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACL 21/2006 Fls. 396

Je 31/7/03 a 28/11/03

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	001
31/07/2003 SALDO ANTERIOR					3.588,56C
01/08/03 701600 SALARIO			3.184,69C		
01/08/03 006493 CHEQ COMP			279,00D		
01/08/03 000000 DEB CPMF			17,25D		6.477,00C
05/08/03 006496 CHEQ COMP			236,55D		6.240,45C
06/08/03 006500 CHEQ COMP			124,00D		6.116,45C
07/08/03 608800 DEB SASSE			220,08D		5.896,37C
08/08/03 006511 CHEQ COMP			500,00D		
08/08/03 000000 DEB CPMF			2,42D		5.393,95C
SERYS MARLY SLHESSARENKO					
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR					
78070-420 CUIABA					
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.					
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA					
0686000004102001 V006					745

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	002
11/08/2003 SALDO ANTERIOR					5.393,95C
11/08/03 600110 CVPREV			86,16D		
11/08/03 600110 CVPREV			86,16D		
11/08/03 600110 CVPREV			86,16D		5.135,47C
13/08/03 006514 CHEQUE			212,00D		
13/08/03 131041 SAQUE ATM			210,00D		4.713,47C
14/08/03 006512 CHEQ COMP			500,00D		
14/08/03 006513 CHEQ COMP			918,45D		3.295,02C
15/08/03 000000 DEB CPMF			5,28D		3.289,74C
SERYS MARLY SLHESSARENKO					
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR					
78070-420 CUIABA					
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.					
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA					
V006					746

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	003
19/08/2003 SALDO ANTERIOR					3.289,74C
19/08/03 034299 TRX ELETR			800,00D		2.489,74C
22/08/03 000000 DEB CPMF			8,43D		2.481,31C

SERYS MARLY SLHESSARENKO
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR
78070-420 CUIABA
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 747

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
		00360305			

Senado Federal/SGM/CEDP

Pec 2. 2006 Fls 397

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	001

29/08/2003	SALDO ANTERIOR				2.481,31C
01/09/03	701600 SALARIO	3.150,32C			5.631,63C
02/09/03	000072 RENOV CROT	19,00D			5.612,63C
03/09/03	701600 SALARIO	249,28C			
03/09/03	006516 CHEQUE	3.060,66D			
01/09/03	006487 CHEQ COMP	336,55D			2.564,70C
04/09/03	000000 TAR EX UL	0,90D			2.563,80C
05/09/03	006517 CHEQUE	500,00D			
05/09/03	000000 DEB CPMF	12,59D			2.051,21C

SERYS MARLY SLHESSARENKO
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR
78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

0686000004102001 V006 759

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	002

08/09/2003	SALDO ANTERIOR				2.051,21C
08/09/03	608800 DER SASSF	220,00D			1.831,23C
10/09/03	006515 CHEQ COMP	2.310,00D			
10/09/03	600110 CVPREV	86,16D			
10/09/03	600110 CVPREV	86,16D			
10/09/03	600110 CVPREV	86,16D			737,35D
12/09/03	005274 TRX ELETR	1.000,00C			
12/09/03	000000 DEB CPMF	12,46D			250,19C
19/09/03	000000 DEB CPMF	2,80D			247,39C

SERYS MARLY SLHESSARENKO
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR
78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 760

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	003

24/09/2003	SALDO ANTERIOR				247,39C
24/09/03	006516 CHEQUE	150,00D			97,39C
25/09/03	026262 TRX ELETR	1.000,00C			1.097,39C
26/09/03	000000 DEB CPMF	0,57D			1.096,82C
29/09/03	006519 CHEQUE	219,27D			877,55C
30/09/03	006520 CHEQ COMP	169,22D			708,33C

SERYS MARLY SLHESSARENKO
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR
78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 761

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
		00360305			

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep. 2: doc. Fls. 338

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD.AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	001

30/09/2003 SALDO ANTERIOR 708,33C
 01/10/03 900001 DEB.JUROS 4,98D
 01/10/03 000000 DEB.IOC 0,06D 703,29C
 03/10/03 701600 SALARIO 3.150,32C
 03/10/03 000000 DEB CPMF 1,48D 3.852,13C
 06/10/03 063206 TRX ELETR 1.000,00C 4.852,13C
 07/10/03 608800 CX SEGUROS 220,08D 4.632,05C
 10/10/03 600110 CVPREV 86,16D
 10/10/03 600110 CVPREV 86,16D 4.459,73C

SERYS MARLY SLHESSARENKO

R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR

78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

0686000004102001 V006 738

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD.AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	002

10/10/2003 SALDO ANTERIOR 4.459,73C
 10/10/03 600110 CVPREV 86,16D
 10/10/03 000000 DEB CPMF 0,83D 4.372,74C
 13/10/03 049491 TRX ELETR 500,00C
 13/10/03 006524 CHEQUE 192,00D
 13/10/03 006525 CHEQUE 65,00D
 13/10/03 006528 CHEQUE 500,00D
 13/10/03 006521 CHEQ COMP 222,00D 3.893,74C
 14/10/03 006527 CHEQ COMP 32,00D 3.861,74C

SERYS MARLY SLHESSARENKO

R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR

78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 739

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD.AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	003

17/10/2003 SALDO ANTERIOR 3.861,74C
 17/10/03 000000 DEB CPMF 4,78D 3.856,96C
 21/10/03 006526 CHEQ COMP 315,00D 3.541,96C
 24/10/03 000000 DEB CPMF 1,19D 3.540,77C

SERYS MARLY SLHESSARENKO

R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR

78070-420 CUIABA

NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.

FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 740

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD.AG	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
		00360305			

Senado Federal/SGM/CEDn
 Rec. 2. 2006 Pp. 399

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	001
31/10/2003 SALDO ANTERIOR					
03/11/03 701600	SALARIO	3.150,32C			3.540,77C
03/11/03 006529	CHEQUE	2.350,00D			4.341,09C
04/11/03 048091	TRX ELETR	1.000,00C			
04/11/03 006522	CHEQ COMP	222,00D			5.119,09C
05/11/03 050172	TRX ELETR	1.000,00C			
05/11/03 006532	CHEQUE	500,00D			5.619,09C
06/11/03 011263	TRX ELETR	1.000,00C			
06/11/03 006530	CHEQ COMP	190,00D			6.429,09C
SERYS MARLY SLHESSARENKO					
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR					
78070-420 CUIABA					
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.					
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA					
0686000004102001 V006 693					

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	002
06/11/2003 SALDO ANTERIOR					
06/11/03 006533	CHEQ COMP	83,00D			6.429,09C
07/11/03 608800	CX SEGUROS	220,08D			6.346,09C
07/11/03 000000	DEB CPMF	11,67D			6.114,34C
10/11/03 006531	CHEQ COMP	80,00D			
10/11/03 600110	CVPREV	86,16D			
10/11/03 600110	CVPREV	86,16D			
10/11/03 600110	CVPREV	86,16D			5.775,86C
14/11/03 000000	DEB CPMF	3,12D			5.772,74C
SERYS MARLY SLHESSARENKO					
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR					
78070-420 CUIABA					
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.					
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA					
V006 694					

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	003
19/11/2003 SALDO ANTERIOR					
19/11/03 005831	TRX ELETR	1.000,00C			5.772,74C
19/11/03 006534	CHEQUE	800,00D			5.972,74C
20/11/03 042373	TRX ELETR	1.000,00C			6.972,74C
21/11/03 000000	DEB CPMF	3,04D			6.969,70C
24/11/03 037274	TRX ELETR	700,00C			
24/11/03 006536	CHEQ COMP	300,00D			
24/11/03 006537	CHEQ COMP	648,50D			6.721,20C
26/11/03 006540	CHEQ COMP	200,00D			6.521,20C
SERYS MARLY SLHESSARENKO					
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR					
78070-420 CUIABA					
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.					
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA					
V006 695					

CAIXA**CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL**

AGÊNCIA	COD. AG.	CGC	OPER.	CONTA Nº	FOLHA
UFMT	0686	00360305	001	00000410.2	004
28/11/2003 SALDO ANTERIOR					
28/11/03 000000	DEB CPMF	4,36D			6.521,20C
6.516,84C					

SERYS MARLY SLHESSARENKO
R SAN DIEGO 10 QD 4 JD CALIFOR
78070-420 CUIABA
NOSSA GUERRA E CONTRA A FOME.
FACA SUA DOACAO NAS AGENCIAS DA CAIXA

V006 696

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 12.2/2006 Fls 400



Extrato Conta Corrente

Correntista

Nome

SERVY MARLY SLHESARENKO

Agência (prefixo/v)

2636-0

GS

Conta nº / d

8.852-8

Data de abertura

29.01.2003

CPF

437.907.207-04

Posição

Agosto / 2003

Data de emissão

31.07.2006

Senado Federal - SUPLEMENTO

Proc. Nº 2.200.000.401

Data contábil	Data lançamento	Saldo anterior	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
31.07.2003		SALDO ANTERIOR							
01.08.2003		320-Cpnt						27.052,18 C	
05.08.2003		102-Ch Compensado		13079	291	01903	850099	10,52 D	27.051,66 C
08.08.2003		102-Ch Compensado		13079	081	01903	850142	213,00 D	26.838,66 C
08.08.2003		320-Cpnt						250,00 D	
14.08.2003		611-Saque c/carência		73033			14113615510493	0,00 D	26.587,66 C
14.08.2003		102-Ch Compensado		13079	409	01903	850148	100,00 D	26.487,66 C
15.08.2003		320-Cpnt						95,26 D	26.392,40 C
19.08.2003		102-Ch Compensado		13079	356	01903	850147	0,55 D	26.391,85 C
20.08.2003		102-Ch Compensado		13079	356	01903	850050	150,00 D	26.241,85 C
21.08.2003		604-Previdentes		14114			220950	117,50 D	26.124,35 C
21.08.2003		102-Ch Compensado		13079	001	01903	850110	9.377,05 C	
22.08.2003		502-Depósito		12716			263600	244,40 D	35.256,80 C
22.08.2003		002-Cheque		12716			850149	1.000,00 C	
22.08.2003		240-Débito Autcriz.		12716			740,51 D		
22.08.2003		320-Cpnt		13079			018856	1.819,00 D	
26.08.2003		002-Cheque		12411			850146	1,75 D	33.695,54 C
26.08.2003		415-Tarifa Pl. Ouro		13113			66735616	25.420,00 D	
26.08.2003		102-Ch Compensado		13079	217	01903	850156	15,00 D	
27.08.2003		002-Cheque		12716			850151	241,67 D	8.018,87 C
28.08.2003		328-Pgio cartão		13158			13320036	1.819,49 D	6.199,38 C
29.08.2003		320-Cpnt						24,00 D	6.175,38 C
								115,12 D	6.060,26 C
Cheque Especial: OURO EXECUTIVO									
Blequesado - R\$	0,00	Disponível - R\$	9.060,23 C	CPMf cobrado - R\$	129,14	Vencimento	28.11.2003	Limite - R\$	3.000



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 200 2/2006 Fls. 402

Extrato Conta Corrente

Correntista
Nome

SERYS MARY SLHESSARENKO

CPF

437.907.207-04

Posição

Setembro / 2003

Data da emissão

31.07.2006

Agência (prefeitura)

GS

Conta nº / dv

Data da abertura

29.01.2003

29.01.2003

29.01.2003

Data contábil	Data lançamento	Saldo anterior	Histórico	Lan	Banco	Origem	Documento	Valor R\$	Saldo R\$
29.08.2003		SALDO ANTERIOR							
01.09.2003		103-Ch. Pago Ag		12913		03380	850156	1.020,00 D	6.060,26 C
05.09.2003		320-Cpmf						3,96 D	5.036,30 C
01.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	422	01981	850146	89,00 D	4.947,30 C
09.09.2003		102-Ch. Compensado		13097	356	01981	850146	116,00 D	4.831,30 C
12.09.2003		320-Cpmf		13079	356	01903	850147	250,00 D	4.581,30 C
14.09.2003		331-Saque c/cartão		70082		01216	1415374511049	2,48 D	4.578,82 C
15.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	399	01903	850160	1.000,00 D	3.578,82 C
16.09.2003		031-Saque c/cartão		70226			16110935511049	87,00 D	3.491,82 C
16.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	479	01903	850159	280,00 D	3.211,82 C
16.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	104	01910	850163	105,00 D	3.106,82 C
17.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	001	01910	850166	154,80 D	2.951,82 C
17.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	356	01910	850165	90,00 D	2.861,82 C
17.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	237	01903	850164	25,00 D	2.836,82 C
18.09.2003		331-Saque c/cartão		70112		03476	18195234511049	200,00 D	2.636,82 C
18.09.2003		320-Cpmf						6,80 D	2.630,02 C
22.09.2003		604-Proventos		14134			410061	9.388,94 C	11.269,16 C
22.09.2003		331-Saque c/cartão		70040		01216	21181325511049	500,00 D	10.769,16 C
22.09.2003		002-Cheque		12736			850174	1.000,00 D	9.769,16 C
21.09.2003		331-Saque c/cartão		72876		01004	23082115511049	300,00 D	9.469,16 C
23.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	003	01903	850111	244,40 D	9.224,76 C
23.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	422	01903	850154	74,95 D	9.149,81 C
23.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	070	01903	850155	242,67 D	8.907,14 C
23.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	001	01903	850161	243,00 D	8.664,14 C
26.09.2003		002-Cheque		14736			850176	752,77 D	7.911,37 C
26.09.2003		433-Tarifa Pl. Ouro		13113			66825172	15,00 D	7.896,37 C
26.09.2003		002-Cheque		12432			850177	10,65 D	7.885,72 C
26.09.2003		331-Saque c/cartão		70928		01507	28163817511049	1.319,49 D	6.566,23 C
25.09.2003		331-Saque c/cartão		70119		03604	29161910511049	500,00 D	6.066,23 C
25.09.2003		323-Pqto cartão		13158			13328036	2.297,09 D	3.769,14 C
30.09.2003		102-Ch. Compensado		13079	291	01910	850167	200,85 D	3.568,29 C

Mod. 050.190-9 - Eletrônico - Ago/2001 - SISBR 01232 - http://www.bb.com.br - BB Re

de 2000 75 5678

Folha 1/2

BANCO DO BRASILProc. Nº RCE 2/2003 Fls. 103

Extrato Conta Corrente

Nome		SERV. MARLYSHESSARENKO		Agência (prefeitura)		05	Conta nº / dv		8.852-8
Data do depósito		102-CH. Compensado		Lote		13097	Série		001
Data do depósito		30.09.2003		Origem		01910	Destino		850170
Valor - R\$		550,00 D		Valor - R\$		Saldo - R\$		2.519,29 C	
Cheque Especial: OJRO EXECUTIVO		CPMF cobrado - R\$		Vencimento		Limite - R\$		3.000	
Bloqueio - R\$		0,00		Dispositivo - R\$		5.519,29 C		23,89	
CPMF cobrado - R\$		23,89		Vencimento		28.11.2003		Limite - R\$	



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 002/2006 Fls. 404

Extrato Conta Corrente

Correntista

Nome

SERYS MARLY SHLESSARENK

CPF

Agência (prefeitura)

CS

Conta nº/av

Data de abertura

Posição

Outubro / 2003

Data de emissão

31.07.2006

2636-0

71

8.352-8

29.01.2003

437.907.207-04

Outubro / 2003

31.07.2006

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lan	Baixa	Origem	Documentos	Valor - R\$	Saldo - R\$
30.09.2003		SALDO ANTERIOR						
01.10.2003		001-Saque c/carvão	73023			1366005130493	200,00 D	2.519,29 C
02.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	356	01910	850164	250,00 D	2.069,29 C
02.10.2003		502-Depósito	12431			263600	3.000,00 C	
02.10.2003		103-Ch. Pago Ag	12798		01643	850177	1.036,85 D	
02.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	341	01903	850176	45,00 D	1.987,44 C
03.10.2003		310-Cpmf					26,91 D	1.960,53 C
06.10.2003		002-Cheque	12736			850178	300,00 D	
07.10.2003		112-Ch. Compensado	13079	001	01903	850179	90,00 D	1.570,53 C
07.10.2003		112-Ch. Compensado	13079	356	01903	850114	250,00 D	
08.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	745	01903	850110	94,00 D	1.226,53 C
10.10.2003		310-Cpmf	13079	291	01910	850172	201,05 D	1.025,48 C
13.10.2003		112-Ch. Compensado	13087	237	01910	850112	15,25 D	1.010,23 C
14.10.2003		112-Ch. Compensado	13079	001	01910	850113	356,00 D	654,23 C
16.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	001	01903	850114	169,00 D	485,23 C
17.10.2003		310-Cpmf					168,00 D	317,23 C
20.10.2003		311-Saque c/carvão	72876		01004	191002185110413	1,99 D	315,24 C
21.10.2003		614-Proventos	14134			221551	500,00 D	184,76 D
21.10.2003		612-Ordem Bancária	14056			2711437000040	9.364,23 C	
21.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	001	01903	850162	243,00 D	
21.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	409	01903	850188	146,00 D	9.576,47 C
22.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	422	01903	850113	74,95 D	
22.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	070	01903	850188	231,67 D	
22.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	341	01903	850177	84,00 D	9.059,35 C
24.10.2003		310-Cpmf	13079	399	01981	850119	116,50 D	9.052,69 C
26.10.2003		415-Tarifa pl. Outro	13113			6691114	6,66 D	
28.10.2003		328-Pelo cartão	13158			1332006	53,13 D	
28.10.2003		102-Ch. Compensado	13079	008	01920	850185	265,00 D	8.719,56 C
30.10.2003		002-Cheque	12736			850150	1.819,49 D	6.900,07 C
31.10.2003		604-Proventos	14134			1011566	1.315,06 D	
31.10.2003		103-Ch. Pago Ag	11747		03643	850151	3.070,63 D	

Mod 050190-9 - Eletrônico - Ago/2001 - SISBA (1232 - http://www.bb.com.br - BB R

7660800 76 5678



Proc. Nº 21.2006 Fis. 405

Extrato Conta Corrente

Nome: **SERYS MARLY SUESSARENKO** Agência (prefeitura): **GS** Conta nº / dv: **8.852.5**

Data crédito	Data lançamento	Valor	Saldo	Saldo - R\$
31.10.2003	331 - Saque c/ cartão	70967	02872	31165023110493
31.10.2003	123 - Cobrança juros	11801		511058924
31.10.2003	320 - Opmt			

Chaque Especial: OURO EXECUTIVO				
Bloqueio - R\$	Disponível - R\$	C/MF cobrado - R\$	Vencimento	Limite - R\$
0,00	9.642,73 C	5207	28.11.2003	3.000

DEFESA PREVIA APRESENTADA NA CPMI

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2-0232-01 FIS. 406



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
NO CONGRESSO NACIONAL**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rep 21/2006 Fls. 407

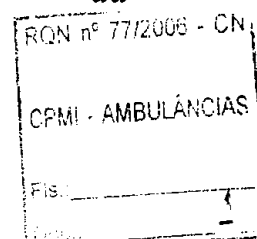
Ofício nº213/06 – CPMI “Ambulâncias”

SERYS SLHESSARENKO;

Senadora da República (PT/MT), com Gabinete na Ala Senador Filinto Muller, sala 7; tendo sido notificada nos termos do Ofício em epígrafe, vem à honrosa presença de Vossa Excelência para apresentar sua manifestação; o que o faz, expondo primeiramente, para ao final requerer:

O DEPOIMENTO DE LUIZ ANTONIO VEDOIN

EM MÃOS, o DEPOIMENTO DE LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN (doc.01) – cujo teor me foi disponibilizado em 24/07/2006, antes mesmo de ser determinada minha notificação, por força do requerimento por mim ofertado (doc.02/03/04) em 17/07/2006 – *ad litteris et verbis*:





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

2

"QUE com relação à **Senadora Serys Slhessarenko**, respondeu às perguntas que se seguiram; QUE o interrogando conheceu Paulo, genro da Senadora, através de Sérgio de Pontes e Lacerda, o qual possui uma construtora na cidade; QUE Paulo também está ligado à área de construção civil, em especial a Construtora Dinâmica; QUE entre os meses de setembro e outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com o interrogando; QUE naquela oportunidade, Paulo disse ao interrogando que estava precisando de R\$35.000,00, para pagar uma conta de campanha da Senadora; QUE após negociarem, fizeram um acordo, no qual a Senadora realizaria uma emenda genérica, para o exercício de 2004, em valor superior a R\$1.000.000,00, para os municípios no Estado de Mato Grosso, para fins de aquisição de unidades móveis de saúde; QUE os municípios beneficiados com a emenda encontram-se na lista de fls.218 do avulso I; QUE o interrogando esclareceu que, nessa lista, ainda falta um município, para totalizar o valor de R\$700.000,00; QUE o interrogando esclarece que a promessa de emenda superior a um milhão de reais, não concretizou-se, tendo sido realizada uma emenda no valor de setecentos mil; QUE o valor restante seria compensado nos exercícios seguintes; QUE pela emenda, o interrogando pagaria 10% do seu valor; QUE a título de adiantamento o interrogando entregou pessoalmente a Paulo, na presença de Ivo Marcelo e Sérgio na sede da Planam em Cuiabá, R\$35.000,00 em espécie; QUE os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos pelo

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. nº 2006-222-Fls. 100

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____

2



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

3

interrogando; QUE foi o próprio Paulo quem passou ao
interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim
como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser
procuradas nos municípios para acertarem os detalhes
das licitações direcionadas; QUE de todos os municípios,
o interrogando executou as licitações de Colíder e Poxoréu,
no ano de 2005, realizadas para a aquisição de unidades
móveis de saúde, nas quais os prefeitos também receberam
comissão; QUE na virada do ano de 2005 para 2006, o
interrogando encontra-se com o assessor parlamentar
da Senadora, Policena, ao qual informa que não teria
conseguido executar as licitações dos demais
municípios, em razão dos prefeitos não estarem
aceitando as condições impostas; QUE em razão do
término do mandato dos prefeitos, estava tendo algumas
dificuldades para realizar as licitações; QUE Policena
disse ao interrogando que não era para ele se
preocupar, que iria conversar com a Senadora para
resolver as pendências; QUE até a presente data,
Policena não deu retorno ao interrogando; QUE
normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à
área de construção civil e de estradas; QUE a Senadora
realizou emendas para a construção de posto de saúde,
em Pontes e Lacerda, no valor de R\$300.000,00, e para o
anel viário da cidade, cujo valor não se recorda, obras
estas que foram executadas pela Construtora Dinâmica,
ligada a Paulo, genro da Senadora; QUE a obra asfáltica
no Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá/MT/ também teve por
recurso emenda da Senadora, tendo sido a obra
executada pela Construtora Dinâmica;” (grifos propositais)

Senado Federal/SGM/CEDEP

Proc. Nº 21.2006-Fls. 111

RON nº 77/2006 - CN

AMBULÂNCIAS

FIS

3



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

4

POR EQUÍVOCO INVOLUNTÁRIO,

todavia, posteriormente quando da entrega da notificação a esta Parlamentar, **não se fez acompanhar de documento algum**, naturalmente porque se partiu da **sensata presunção** que, por certo, só poderia se referir àquele depoimento entregue em 24/07/2006.

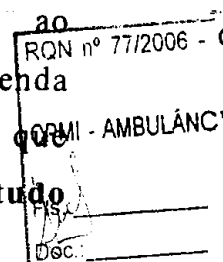
CHECANDO PESSOALMENTE, *ictu*

oculis, contudo, somente em 27/07/2006, se lhe me foi franqueado acesso a tal “*lista de fls.218 do avulso I*” (doc.06), bem assim a uma 2ª parte do DEPOIMENTO DE LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN (doc.05), *que talvez por equívoco*, não acompanhou a peça primeira, enfim.

ASSIM QUE, de **anacolutos em anacolutos**, a 2ª parte do depoimento (inicialmente faltante) – no que toca a mim – **são repetições esbatidas do anterior**; não escapando, todavia – no que toca a terceiros – algumas contradições que revelam, antes de mais nada, a orquestração de uma suja trama para tentar me envolver com tramóias que **nunca estiveram perto de mim**.

DE TODO MODO, como tantas coisas são ditas ao sabor de escusas conveniências, procedi ao requerimento em anexo (doc.07), dirigido a esta Colenda Comissão, a fim de – na obsequiosa e relevante função que exerce – fosse a mim informado sobre a existência de **tudo**.

Senado Federal/SGM/CEDP
Nº 21.222 Fls. 11



4



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

5

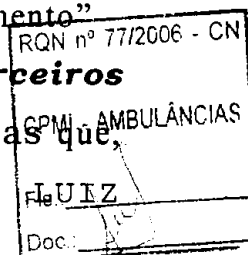
contra minha pessoa que porventura dos autos conste; porque a cada hora é uma coisa diferente que aparece e, nesse linchamento midiático, já passei muito tempo sem saber sobre o quê me defender.

DERRUBANDO AS “ACUSAÇÕES” DE VEDOIN – PARTE I

LUIZ ANTONIO VEDOIN, **fraudador confesso** – com direito de mentir – procura me puxar para o turbilhão das ilicitudes perpetradas, com o propósito claro de *barganhar uma ou outra benevolência* em sua própria defesa; ou, ainda, o que lhe é muito útil, **distribuir absurdos** para, *quem sabe assim* (me trazendo, à *vala comum*), seu abjeto crime possa *sair de cena*, ou se tornar banal e irrelevante no cenário armado.

NÃO CONSEGUIRÃO!

A LOGÍSTICA que em **delação premiada** (naquela que já é tida, o maior depoimento da Justiça Brasileira, tendo durado 9 dias), aponta meu suposto “envolvimento” fazendo referência ao meu nome ***sempre por terceiros*** – revelando *CONTUDO*, surreais circunstâncias que **antes sintomáticas** (quando, p.ex.,



Senado Federal/SGM/CEPP

Proc. nº 2.200.2006-Fls. 411

5



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

6

ANTONIO VEDOIN admite que não teve, via terceiros, o "retorno" esperado); cedem à realidade diante da simples apresentação, agora e enfim, da **PROVA DOCUMENTAL PÚBLICA E OFICIAL**, a propósito, **PRÉ-CONSTITUÍDA** (e nesta ocasião juntada), a descortinar toda uma *farsa armada*; **perto do que tudo cala, ante ao fato de não ter sequer**, esta Parlamentar notificada, apresentado boa parte das emendas que se lhe são imputadas no canhestro depoimento de VEDOIN filho, quando "pula" de *ambulâncias* para *obras*, enfim.

DAS SÓRDIDAS, porém graves, acusações contra esta Parlamentar notificada, vê-se que integram os *núcleos conceituais do tipo* – no que toca à menção do meu nome – condutas (bom que se diga, **sempre imputadas a terceiros**), dentre as quais: (i) "*pagar uma conta de campanha da Senadora*"; (ii) "*a Senadora realizaria uma emenda genérica*"; (iii) "*conversar com a Senadora para resolver as pendências*"; (iv) "*as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas*"; (v) "*a Senadora realizou emendas para a construção de posto de saúde, em Pontes e Lacerda (...) e para o anel viário da cidade*"; (vi) "*a obra asfáltica no Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá/MT/ também teve por recurso emenda da Senadora*".

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 18.211.202-Fls 412

RQN nº 77/2006 -
CPMI - AMBULÂNC
Fls.: _____
Doc.: _____

6



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

7

DE CARA, o que qualquer um percebe – querendo – é que, em não conseguindo os bandidos envolver-me no balaio das ambulâncias, insinuam, contudo, supostas irregularidades em emendas “pretensamente” de minha autoria, ligadas a obras, já que, como dito pelo LUIZ VEDOIN, “normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas”.

ENFIM, depois de tantos vazamentos marotos na mídia (doc.21/22/22-A) – sem embargo, em absoluto, do esforço hercúleo de todos os integrantes desta Comissão, que esmeram-se com proficiência no resguardo do sigilo decretado – e, enfim, fixado o libelo, tenho pois, a oportunidade de **demonstrar documentalmente**, a série de inverdades, distorções e contradições manifestas que sobejam no depoimento de LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN.

À GUISA da grave e séria acusação, segundo a qual,

“QUE entre os meses de setembro é outubro de 2003, Sérgio levou Paulo à sede da Planam, em Cuiabá, para conversar com o interrogando; QUE naquela oportunidade, Paulo disse ao interrogando que estava precisando de R\$35.000,00, para pagar uma conta de campanha da Senadora.” (grifo)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 21/2006 Fls. 33

PROT.º 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

7



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

8

ODIOSA MENTIRA! Finda a eleição de outubro/2002 – que me sagrou **SENADORA DA REPÚBLICA** – todas as minhas dívidas de campanha foram integralmente quitadas, não restando pendências financeiras, conforme cópia em anexo da respectiva *prestação de contas* (doc.09), devidamente aprovada pelo **EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-TRE/MT**, consoante a inclusa certidão (doc.08).

COMEÇA QUE o “responsável pela administração financeira da campanha” (prestação de contas de campanha em doc.09-B), foi **LEONARDO SLHESSARENKO**, meu cônjuge à época.

PAULO ROBERTO, **nunca** foi ARRECADADOR de recursos de minhas campanhas eleitorais, muito menos ainda, PAGADOR das mesmas despesas – não só em relação a minha campanha eleitoral de 2002 (ao SENADO), como também em relação às outras 3 anteriores (à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO).

NESTE INSTANTE, se faz juntar a cópia (doc.09) da **prestação de contas** da eleição de out/2002, que me sagrou a condição de mandatária pública, primeira mulher em Mato Grosso, a exercer o *munus* de

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 000.000.000-00/2006-Fls. 14

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.:
Doc. 8



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

9

SENADORA DA REPÚBLICA pelo **PARTIDO DOS TRABALHADORES**.

A PROPÓSITO do suposto motivo apontado para se pegar *propina* – saldar dívidas de campanha – a inclusa prestação de contas revela, com clareza meridiana:

1º) QUE do extrato da conta corrente de campanha (juntado na íntegra – doc.09-A), teve seu encerramento oficialmente atestado, ao final dos lançamentos, em 01/11/2002, com saldo final “0,00”;

2º) QUE o “RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA CAMPANHA” (“Anexo I” – doc.09-B) foi **LEONARDO SLHESSARENKO**, atualmente meu ex-cônjuge;

3º) QUE a “DEMONSTRAÇÃO DOS RECIBOS ELEITORAIS RECEBIDOS” (“Anexo III” – doc.09-C) confere a numeração dos mesmos;

4º) QUE a “DEMONSTRAÇÃO DE DESPESAS PAGAS APÓS A ELEIÇÃO” (“Anexo VI” – doc.09-D), relaciona a quitação das últimas dívidas após o pleito;

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Def 2/2002 Fls. 115

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____ 9



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

10

INFORMA a ora notificada que **não faz anexar** a RELAÇÃO DOS DOADORES, porque pode intersecionar a privacidade alheia – da qual a parte não dispõe – mas se o interesse público assim o exigir e Vossa Excelência o determinar, já está pronto para ser exibido.

É, POIS, RISÍVEL, em delação premiada, o réu confesso relatar – na riqueza de suas confiáveis recordações – que **DEPOIS DE 1 ANO** do término da minha campanha, tivesse alguém, quem quer que seja, negociando pagamento de dívidas inexistentes.

REPORTA, ainda, o depoimento em questão:

*"QUE após negociarem, fizeram um acordo, no Qual a Senadora realizaria uma emenda genérica, para o exercício de 2004, em valor superior a R\$1.000.000,00, para os municípios no Estado de Mato Grosso, para fins de aquisição de unidades móveis de saúde; QUE os municípios beneficiados com a emenda encontram-se na lista de fls.218 do avulso I; QUE o interrogando esclareceu que, nessa lista, ainda falta um município, para totalizar o valor de R\$700.000,00; QUE o interrogando esclarece que a promessa de emenda superior a um milhão de reais, não concretizou-se, tendo sido realizada uma emenda no valor de setecentos mil, **QUE** o valor restante seria compensado nos exercícios seguintes;"*
(grifo)

Senado Federal/SGM/CEUP
Proc. Nº 201.200.200 Fls. 416

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

10



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

11

DIZ QUE tinha sido supostamente combinado “*um acordo*” em troca de uma emenda de **um milhão**, mas que só ‘virou’ R\$700.000,00 e “*ainda falta um município*”.

BASTA PEGAR UMA MÁQUINA CALCULADORA – de preferência não sofisticada – para ter em mãos ao ler o PARECER PRELIMINAR ao “PL NR 31/2003”, PARTE B, INCISO II, ÍTEM 5 (doc.10); para concluir que não falta município algum “esquecido” pelo ‘organizado’ LUIZ ANTONIO VEDOIN.

DIZ O PARECER PRELIMINAR
(doc.10):

“5. É FIXADO O LIMITE GLOBAL DE R\$2.500.000,00(DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE EMENDAS “INDIVIDUAIS”, NO NÚMERO MÁXIMO DE VINTE, POR MANDATO PARLAMENTAR, SENDO DESTINADOS NO MÍNIMO 30% DO VALOR GLOBAL EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, CONSTANTES DA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO DO ÓRGÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE – 36.000” (grifo proposital).

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Ref. 2/2006 Fls. 41

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____

11



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

12

COMO SE VÊ, se o percentual de 30% era o **MÍNIMO**, segue-se que cada parlamentar poderia destinar **MAIS** recursos das tais emendas à área de saúde (para aquisição de ambulâncias, *por exemplo*).

ENTRETANTO, não foi o caso da **Parlamentar ora notificada**, que cumpriu rigorosamente sobredita disposição, ao apresentar estritamente o **MÍNIMO** de 30%, ou seja, R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), à área da Saúde. **Não o fez, justamente**, por equanimidade, dentro do “*limite global de R\$2.500.000,00*”, **no propósito de atender a outras demandas sociais dos Municípios**.

VALE DIZER: querendo, qualquer parlamentar, pode, *em tese*, destinar integralmente os R\$2.500.000,00 para uma mesma finalidade, já que a diretriz impõe a observância de um **MÍNIMO** e não de um **MÁXIMO**.

É IMPORTANTE SALIENTAR – até mesmo para se cotejar as cifras – que após a sanção do orçamento, o **MINISTÉRIO DA SAÚDE efetuou um corte da ordem de 20%(VINTE POR CENTO)** sobre os valores aprovados, que culminou, enfim, com a redução do valor das minhas emendas parlamentares, destinadas à saúde, **RS600.000,00** (seiscentos mil reais).

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2006/2.322/Fls. 71

RQN nº 77/2006 - CN
para
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

12



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

13

NO FURDUNÇO ARMADO com as tais ambulâncias, o que ocorreu com as minhas emendas, foi o seguinte, permitindo Vossa Excelência, uma rápida digressão.

CONSABIDO, há uma vinculação necessária, de caráter impositivo, que compele atuação político-parlamentar na destinação específica de percentuais mínimos das reverberadas *emendas parlamentares individuais* para a área de saúde.

A apresentação de **EMENDAS AO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO** é orientada pelo PARECER PRELIMINAR "PL NR 31/2003" (doc.10), que nesta parte, definiu os critérios e parâmetros de apresentação de emendas ao orçamento de 2004; diga-se de passagem, primeiro ano de legislatura desta Parlamentar notificada, que não poderia, a propósito, dispor das emendas de seu antecessor, SEN.CARLOS BEZERRA (PMDB/MT).

EM CUMPRIMENTO a tais disposições, são as seguintes, as emendas de minha autoria, elencadas na tal "lista de fls.218 do avulso I" (doc.06) – **QUE, ALIÁS, NÃO FAÇO A MÍNIMA IDÉIA DE COMO LA FORAM PARAR** (mas afinal, se o **CRIME**

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. nº 21/2006 Fls. 111

PROJ. Nº 31/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

12



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

ORGANIZADO, certamente deve ter lá os seus 'truques') –
todas do reportado ano de 2004, corroboradas pelas
respostas aos Ofícios das Prefeituras, por mim adrede
formulados em face à eclosão do escândalo:

a) **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DOS PARECIS:**
(doc.11)

- Processo MINISTÉRIO DA SAÚDE
nº25000.058510/2004-39;
- Objeto: **Construção de unidade de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$86.400,00
- Valor Concedente: R\$80.000,00
- Data do pagamento: 07/04/2006
- Resposta da Prefeitura (doc.11-A): "(...),
*informamos que o recurso já foi recebido por esta entidade
e a modalidade de Licitação usada para execução do
convênio é Edital Tomada de Preços, sendo vencedora a
empresa Construtora Habita Norte Ltda*" (grifos
propositais)

b) **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE:** (doc.12)

- Processo MINISTÉRIO DA
nº25000.170040/2004-81;

[Assinatura]

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. nº Ref. 2/2006 Fls. 13

SAÚDE
RGV-11/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

15

- Objeto: **Aquisição de unidade móvel de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$112.320,00
- Valor Concedente: R\$104.000,00
- Data do Pagamento: 30/01/2006
- Resposta da Prefeitura (doc.12-A): *"A empresa vencedora foi Renault do Brasil Ltda"* (grifo proposital)

c) **MUNICIPIO DE PONTE BRANCA**: (doc.13)

- Processo MINISTÉRIO DA SAÚDE
nº25000.059122/2004-75;

- Objeto: **Aquisição de unidades móveis de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$112.320,00
- Valor Concedente: R\$104.000,00
- Data do pagamento: 22/09/2005
- Resposta da Prefeitura (doc.13-A): *"Foram adquiridos dois (02) veículos: a) Através da Carta Convite nº07/2005, adquiriu-se um (01) veículo modelo VW Kombi, ano 2005/2006, no valor de R\$35.850,00 – Trescinco Distribuidora de Veículos Ltda; b) Através da Carta Convite nº06/2005, adquiriu-se o veículo modelo ambulância Fiat, Ducato 0Km ano 2006, no valor de R\$76.890,00 – Merkosul Veículos Ltda."* (grifo proposital)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 25000.059122/2004-75 Fls. 121

77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

16

d) **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL:** (doc.14)

- Processo MINISTÉRIO DA SAÚDE
nº25000.059096/2004-85;

- Objeto: **Aquisição de unidades móveis de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$112.320,00
- Valor Concedente: R\$104.000,00
- Data do pagamento: 09/11/2005
- Resposta da Prefeitura (doc.14-A): “ ‘3 – Qual a empresa vencedora?’ R. A empresa Planam Indústria, Comércio e Representações Ltda., da Cidade de Cuiabá (Única empresa a participar da referida Tomada de Preços).

Entretanto, cabe esclarecer que até a presente data ainda não ocorreu a aquisição formal da referida licitação.

Inclusive, a licitação ‘Tomada de Preços nº07/2005’, foi revogada por esta Prefeitura, mediante o Decreto nº007/2005 (cópia em anexo), por razões de interesse público decorrente de fato superveniente à data da referida licitação (o indiciamento da PLANAM pela Polícia Federal).

Além do mais, esta licitação, inevitavelmente teria que ser revogada em função de uma correspondência do Ministério da Saúde indeferindo um pedido de alteração do objeto do Convênio nº755/2004, proposto anteriormente por

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº Ref 20.1202 Fls 423

BOM nº 77/2006 - CIV	
CIVIL - AMBULÂNCIAS	
Fls.	
Doc.	

16



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

17

esta Prefeitura, visando alterar de duas unidades de suporte básico para somente uma unidade de porte maior.

Contando com uma possível aprovação pelo Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, da alteração do objeto proposto, esta Prefeitura precocemente providenciou a licitação (Tomada de Preços nº007/2005) prevendo em seu objeto somente uma unidade, ao invés de duas, conforme estipulava o convênio.

Com o inesperado indeferimento desta alteração do objeto, a Tomada de Preços nº007/2005 tornou-se inócua em seu objeto previa a aquisição de somente 01 (um) veículo tipo Pick-Up, a diesel, 4X4, equipada com gabinete de ambulância. Sendo assim, continua vigorando a redação inicial do Convênio 755/2004.

Diante do exposto, resta a informar Vossa Excelência que o Convênio 755/2004 recebeu nova prorrogação de prazo, até 03/01/2007, que os recursos continuam na conta nº27.146-2, agência 1.180-0, banco do Brasil, devidamente aplicados, e que esta Prefeitura fará realizar, dentro do prazo do convênio, nova licitação para o cumprimento do objeto do mencionado convênio.

Por fim, aproveitamos a oportunidade para agradecer à Vossa Excelência pelo apoio ao nosso município.”(grifo proposital)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2006-2-0022-Fls. 111

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

18

e) **MUNICÍPIO DE COLÍDER**: (doc.15)

- Processo MINISTÉRIO DA SAÚDE
nº25000.061103/2004-17;

- Objeto: **Aquisição de unidade móvel de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$114.400,00
- Valor Concedente: R\$104.000,00
- Data do pagamento: 09/11/2005

Resposta da Prefeitura (doc.15-A): *"Este município, após ter recebido os recursos para a aquisição do objeto do Convênio deu início na forma legal ao processo licitatório, obedecendo as disposições contidas na Lei nº8.666/93, adotando, para tanto, a Licitação sob forma de Tomada de Preço, tendo a mesma recebido o nº010/2005, cujo extrato de Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União no dia 29 de novembro de 2005 e o Resultado de Julgamento da mencionada Tomada de Preços foi publicada DOU no dia 23 de dezembro de 2005, consoante atestam as cópias inclusas.*

*O Processo Licitatório foi realizado dentro dos princípios da legalidade e moral, conforme devem ser todos os atos administrativos, tendo a sido vencedora no certame licitatório a empresa **PLANAM INDUSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**"* (grifo propositál)

Senado Federal/SGM/CEOP
Proc. Nº 25000.061103 Fls. 124

2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Data: _____



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

f) **MUNICÍPIO DE POXORÉU**: (doc.16)

- Processo MINISTÉRIO DA SAÚDE
nº25000.059109/2004-16;

- Objeto: **Aquisição de unidade móvel de saúde**
- Situação: pago
- Valor Total Aprovado: R\$112.320,00
- Valor Concedente: R\$104.000,00
- Data do pagamento: 22/09/2005

Resposta da Prefeitura (doc.16-A): *"1 - Convênio pago em 26/09/2005. 2 - Adquirido através de Licitação na modalidade Tomada de Preços. 3 - Empresa Vencedora - PLANAN."* (grifo proposita)

☞ À VISTA de tais elementos de prova documental, de plano, o que se percebe é que a emenda para o MUNICÍPIO de CAMPO NOVO DOS PARECIS, (letra "a") não foi destinada à aquisição de ambulâncias, senão a construção de uma unidade de saúde (segundo consta, um posto de saúde).

☞ O MUNICÍPIO de CANABRAVA DO NORTE (letra "b"), comprou a ambulância da RENAULT DO BRASIL LTDA.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2006-2006-Fls. 111

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.:
Doc.:

18



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

☞ O MUNICÍPIO de **PONTE BRANCA** (letra “c”), **comprou duas ambulâncias**, uma da **TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA** (tradicional concessionária Volkswagen de Cuiabá) e outra da **MERKOSUL VEÍCULOS LTDA**.

☞ O MUNICÍPIO de **UNIÃO DO SUL** (letra “d”), **quase comprou** da PLANAM, mas em tempo hábil, pela percuciente atuação daquela Prefeitura, **abortou o processo**.

☞ O MUNICÍPIO de **COLIDER** (letra “e”), **comprou da PLANAM**.

☞ O MUNICÍPIO de **POXOREU** (letra “f”), **idem**.

PERCEBE-SE que a problemática das emendas parlamentares imputadas se restringe, então, a apenas dois municípios, quais sejam, **COLIDER** e **POXORÉU** – cujos recursos, somados, importam em R\$208.000,00 no golpe armado nas emendas de minha autoria, pela qual “a Senadora realizaria uma emenda genérica, para o exercício de 2004, em valor superior a R\$1.000.000,00” – especificamente sobre os quais **disse** VEDOIN filho.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rec 2.000.000 Fls. 1126

REC 2.000.000 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____

19



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

21

"QUE de todos os municípios, o interrogando executou as licitações de Colíder e Poxoréu, no ano de 2005, realizadas para a aquisição de unidades móveis de saúde, nas quais os prefeitos também receberam comissão;"

POIS BEM.

SE NOS APARENTA desnecessário maiores digressões sobre o **caráter impositivo** das vinculações de emendas parlamentares individuais, destinadas que devem ser, em percentual previamente fixado, para a área da Saúde Pública.

CONTUDO, **não se pode perder a perspectiva**, que se coloca como verdadeiro **AXIOMA**, a informar que não se tem como exigir do Congressista um controle ferrenho – que seria, aliás, o **IDEAL** (no seu grau máximo superlativo, pleonismo de PERFEITO) – sobre o *quê* acontece com os recursos liberados e executados pelas Prefeituras Municipais do Brasil; **pelo simples, óbvio e ululante fato segundo o qual é impossível a onipresença parlamentar**, a despeito de algumas vaidades.

ORA, se cada parlamentar tiver
examinar a regularidade da aplicação de suas emendas, bem
assim a legalidade de todos os procedimentos e fatos daí

RON nº 77/2006 - C.
CPMI - AMBULÂNCIA
Fls.:
Doc.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº PGP 61/2006 Fls. 422

20



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

22

decorrentes, **ficará impossibilitado de legislar**, tarefa que, aliás, já anda assaz difícil ultimamente.

DESAFIA, pois, a **LOGICA DO RAZOÁVEL** (RICANSES SICHES) supor, *em regra*, a responsabilidade do Parlamentar, pela malversação da emenda por si apresentada, **na medida em que este não é o gestor dos recursos liberados**.

E CONTINUA o oportunista depoente:

*"QUE na virada do ano de 2005 para 2006, o interrogando encontra-se com o assessor parlamentar da Senadora, Policena, ao qual informa que não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios, em razão dos prefeitos não estarem aceitando as condições impostas; QUE em razão do término do mandato dos prefeitos, estava tendo algumas dificuldades para realizar as licitações; QUE Policena disse ao interrogando que não era para ele se preocupar, que iria conversar com a Senadora para resolver as pendências; **QUE até a presente data, Policena não deu retorno ao interrogando;**"*

JOÃO POLICENA, assessor orçamentista

desta parlamentar notificada – versado com capacidade técnica indiscutível no âmbito de sua competência – e

RON nº 77/2006 - Ci
CPMI - AMBULÂNCIA
Fls. _____
Doc. _____

Senado Federal - SGM/CEOP

Proc. Nº 2006-015412-9

21



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Senado

GM/CEDP

Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 23

Fol. 429

enquanto tal, por óbvio, sempre discorreu para mim, *naturalmente*, sobre assuntos e temas orçamentários; **não me trazendo, em instante algum**, tal tipo de esdrúxulo “reclame” que, pelo depoimento, presume encaminhamento ocorrido NESTE 1º SEMESTRE DE 2006. **Eu lembraria.**

DE QUALQUER FORMA, a despeito de sua reconhecida capacidade técnica, não está na alçada de POLICENA DECIDIR para onde vai se destinar recursos, muito menos ainda RESOLVER quiproquós licitatórios dentro de Prefeituras, cujos recursos liberados saíram da atribuição funcional do Gabinete.

SINTOMÁTICO, ao menos, a admissão de VEDOIN, para quem “até a presente data, Policena não deu retorno ao interrogando”, enfim.

O SAUDOSO HELY LOPES MEIRELLES, sem dúvida alguma autoridade de quilate sobre o assunto, lecionava:

“Os agentes políticos exercem funções governamentais, judiciais e quase judiciais, elaborando normas legais, conduzindo os negócios públicos, decidindo e atuando com competência nos assuntos de

77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.:
Doc. 22



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

24

competência...Em doutrina, os agentes políticos têm plena liberdade funcional e, para tanto, ficam a salvo de responsabilização civil por seus eventuais erros de atuação a menos que tenham agido com culpa grosseira ou abuso de poder.

Realmente, a situação dos que governam e decidem é bem diversa da dos que simplesmente administram e executam encargos técnicos e profissionais, sem responsabilidade de decisão e de opções políticas. Daí por que os agentes políticos precisam de ampla liberdade funcional e maior resguardo para o desempenho de suas funções. **As prerrogativas que se concedem aos agentes políticos não são privilégios pessoais são garantias necessárias ao pleno exercício de suas altas e complexas funções governamentais e decisórias.** Sem essas prerrogativas funcionais, os agentes políticos ficariam tolhidos na sua liberdade de opção e de decisão, ante o temor da responsabilização pelos padrões comuns da culpa civil e do erro técnico a que ficam sujeitos os funcionários profissionalizados." (in "*Direito Administrativo Brasileiro*", 23ª edição, Malheiros Editores Ltda., Ano 1998, p. 76/77 – *Apud* TCU, AC-213/2002)

Senado Federal/SQM/CEDP
Proc. Nº 100.000.000/2006-11

RQN nº 77/2006 - C1
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. _____ 23



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

25

A LIÇÃO DO ETERNO MESTRE, é a tese vigente no **EXCELSO PRETÓRIO – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** que, em interessante precedente relatado no INQUÉRITO 2117/TO, da Relatoria do eminente MINISTRO CARLOS VELLOSO, in DJ-09/09/2004, p.09, porque a um só tempo discorre sobre a **RESPONSABILIDADE DE PARLAMENTAR**, diante de **PROVA TESTEMUNHAL** em contra-posição à **PROVA DOCUMENTAL** produzida; tratando ainda a acusação que envolve atos também reputados ao **ASSESSOR DO MESMO PARLAMENTAR**.

Só que lá, diferentemente daqui, a acusação era "*DIRETA*" contra o Parlamentar, não olvidando que, naquele caso, sobre o referido Parlamentar, já havia denúncia anterior acatada pelo próprio **STF**, de "*desvios de verbas*" e "*favorecimento de diversas empresas*".

ENFIM...

SE DE UM LADO não há como cobrar ubiqüidades extra-sensorias (possibilitando o Parlamentar vigiar, *passo-por-passo* a consecução profícua de sua emenda até a efetivação de seu objeto); POR OUTRO, NÃO MENOS CERTO AINDA que, particularmente neste ^{7/12/2006 - C.} escândalo das ambulâncias – *prenhado* que foi em Mato

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2006-242-5 Fls. 421

CPMI - AMBULÂNCIAS

24



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

26

Grosso, Estado da Federação que, com orgulho, represento **e pelo qual disputo as próximas eleições majoritárias para o cargo de GOVERNADORA** – tenho uma sugestão que viria a calhar: **basta pegar o material promocional das “festas” da PLANAM nas algazarras por ocasião da entrega de seus produtos incompletos**; divulgadas alhures e que, entre *flashes e quitutes*, **tem muita gente bonita na foto.**

Mas para a frustração dos detratores, **nunca me chamaram para essas festas** – e confesso, não sou eremita – como também **tenho certeza** que **não convidaram** Vossas Excelências membros desta Comissão. **Temos mais afazeres.**

ORA, FRANCAMENTE!

OS CONGRESSISTAS ÍNTEGROS desta Casa da República, **depuramos “ESTÓRIAS” e “HISTÓRIAS”** de malversação de dinheiro público que, como se está a descortinar – *como nunca dantes na história republicana* – os sinuosos meandros de um esgoto, onde periclitam vermes repugnantes que atendem, não à toa, por **SANGUESSUGAS.**

SAIAM DE PERTO DE MIM!

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 000.000.000-00 Fls. 422

RQN nº 77/2006 - C1
CPMI - AMBULÂNCIA!
Fls.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

27

SE TEM ALGO QUE NINGUÉM DISCREPA, pela primeira vez na história do BRASIL – com proficiência lapidar – deflagra-se um combate implacável e uma persecução exitosa no combate ao **CRIME ORGANIZADO** – atravessando o rubicão e as entranhas pútridas, desse cadáver insepulto e que vagueia, priscas eras, as Instituições Públicas Brasileiras.

NATURALMENTE QUE se a atuação do **CRIME ORGANIZADO** parasita as víceras públicas, não de hoje; também a legítima reação do ESTADO, não é de agora.

LONGE DE NÓS, deixar de reconhecer o profícuo trabalho dos Governos passados, recentes e mais distantes, bastando lembrar os esforços de materialização da **LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (L-7347/85)** e da **LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (L-8429/92)**, jungidos com todas as bênçãos sincretistas, *santos e orixás*, pela **LEI DO CRIME DE “LAVAGEM” DE DINHEIRO (L-9613/98)**.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rec. 212006 Fls. 143

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____ 26



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

28

SÓ QUE NO MOMENTO ATUAL – já não
sem tempo! – **COMEÇOU O EXORCISMO.**

BASTA OLHAR os números da **POLICIA
FEDERAL** e do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, que
qualquer outra ilação é totalmente despicienda.

ALÉM DA CADEIA!!!, para estancar tais
parasitas, os vigaristas **merecem o golpe derradeiro**: secar
a artéria de onde sugam.

COM TRANSPARÊNCIA DOLOROSA,
vidas se abrem – o que, definitivamente, não é
problema para aqueles que não temos o quê
esconder! – mas traz, contudo, *siameses* sofrimentos, com
custos que desafiam os **limites da indignação**.

‘NESSUM DORMA!’ (“*Turandot*” –
Puccini); e chega-se a hora de abrir as cortinas, espanando
as prateleiras remotas e empoeiradas, **E DEIXAR A LUZ
DO SOL REAL ENTRAR.**

SE O PREÇO É ESSE, já disse e repito:
minha dor e dos meus, não será em vão

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 500.812.2006 Fis. 1.234

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis. _____
Doc. <u>26</u>



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

29

DE SORTE QUE, enfim, com total pertinência a propositiva já declarada pela eminente **SENADORA HELOISA HELENA** (PSOL-AL), propugnando o fim das emendas parlamentares – que por melhores que fossem, em sua gênese, as intenções – *esgarçaram-se* no tempo por práticas espúrias, malversando seus propósitos; mesmo porque, em sua expressiva maioria, no mínimo, serviu de cabresto para encilhar o curral eleitoreiro das esbórnias verificadas na *Casa Grande*, enquanto a *Senzala* ficava com as agruras.

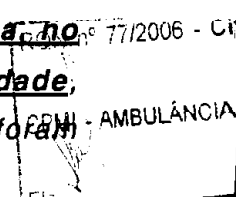
DISSECANDO AS DESLAVADAS “ACUSAÇÕES” DE VEDOIN – PARTE II

NÃO CONSEGUINDO, alguns, me vincular à “camorra”; **descamba** o depoimento de VEDOIN, das alaridas ambulâncias – **objeto desta CPMI** – para emendas “pretensamente” minhas, agora, de obras e estradas.

DIZ O RÉU CONFESSO:

“QUE normalmente, as emendas da Senadora são destinadas à área de construção civil e de estradas; **QUE a Senadora realizou emendas para a construção de posto de saúde, em Pontes e Lacerda, no valor de R\$300.000,00, e para o anel viário da cidade,** cujo valor não se recorda, obras estas que foram

Senado Federal - CDEP
Proc. Nº 77/2006 - Cr



27



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

30

*executadas pela Construtora Dinâmica, ligada a Paulo, genro da Senadora; **QUE a obra asfáltica no Bairro Pedra Noventa, em Culabá/MT/ também teve por recurso emenda da Senadora, TENDO SIDO A OBRA EXECUTADA pela Construtora Dinâmica;***"

MAS ERA SÓ MESMO O QUE ME FALTAVA!: ser acusada pelo depoente – pilhado que foi em crime odioso e querendo se safar com a delação premiada – falsamente atribuindo ***emendas de obras que nem são minhas, e quando são, sequer fora implementada, extornando-se o dinheiro ao Tesouro.***

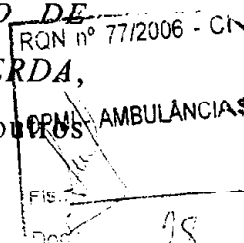
COM PACIÊNCIA CATILINÁRIA:

I – A CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE PONTES E LACERDA: **não é emenda minha.**

MAS É FÁCIL DE SABER!!!, sugere-se:

1º) seja instado o **MINISTÉRIO DA SAÚDE** para que informe sobre os recursos destinados ao **POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**, liberados a partir de 2000, especificando, dentre outros

Senado Federal/SGM/CEOP
Proc. Nº 102/2002 - Fls. 136





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

detalhes, (i) a natureza dos recursos (se proveniente de emenda parlamentar ou verbas extra-orçamentárias); (ii) e se de emenda parlamentar, identificar sua autoria.

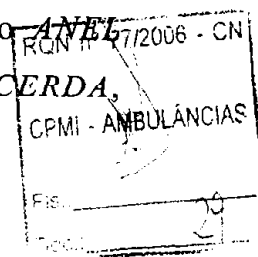
2º) seja instada a **MUNICIPALIDADE DE PONTES E LACERDA** para informar sobre a consecução dos recursos em questão e, **principalmente**, se a obra fora feita pela tal *misteriosa* CONSTRUTORA DINÂMICA, aproveitando para solicitar seja remetido à esta Comissão, em caso positivo, os respectivos Estatutos Sociais de tal empresa, certamente arquivados por dever legal de guarda.

II – O ANEL VIÁRIO DE PONTES E LACERDA: não é emenda minha.

INSTADO o órgão federal competente (DNIT), via meu e-mail oficial do Senado, se lhe nos foi informado pelo Coordenador da 11ª UNIT-MT, que a empresa vencedora chama-se CONSTIL LTDA, muito embora, *“não temos informação de qual parlamentar”* (doc.17).

TANTO QUANTO ACIMA, é fácil, bastando, sugerir a Vossa Excelência, seja instado o **DNIT**, a fim de informar **sobre os recursos destinados ao ANEL VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº República Fls. 432





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

32

especificando, dentre outros detalhes, (i) a natureza dos recursos (se proveniente de emenda parlamentar ou verbas extra-orçamentárias); (ii) e se de emenda parlamentar, identificar sua autoria.

**III – A OBRA ASFÁLTICA DO BAIRRO PEDRA 90: a
emenda não é só minha.**

TRATA-SE de uma emenda conjunta no valor de R\$5.072.000,00(cinco milhões e setenta e dois mil reais).

VALE SALIENTAR QUE desse valor total, a parte que me caberia destinar, R\$2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais) remanescentes, **não pode ser efetivado o empenho, em virtude da inadimplência da Prefeitura Municipal de Cuiabá, em final de dez/2004;** e restaram, por isso, devolvidos ao **TESOURO NACIONAL.**

NA NOSSA “RESENHA DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR Nº8 – julho – 2005” (doc.18), já lamentávamos o ocorrido.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2.072.000 Fls. 130

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls.: _____
Doc.: _____

30



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

33

DA MESMA FORMA, sendo **fato negativo**, desde logo, sugiro a Vossa Excelência seja instada a MUNICIPALIDADE DE CUIABÁ-MT – em relação à emenda desta Parlamentar notificada, **destinada à pavimentação urbana do Bairro Pedra 90** – informar a esta COMISSÃO, (i) se os recursos foram mesmo levantados pela PM de Cuiabá; (ii) quem o executou; (iii) e, *para não perder a viagem*, se a Prefeitura local pode esclarecer se mantém/manteve algum contrato com a tal *misteriosa* “Construtora Dinâmica”, em que se possa aferir de quem realmente se trata dita empreiteira.

DESCONSTRUINDO AS “ACUSAÇÕES” DE VEDOIN - EPÍLOGO

NÃO VOU ME PAUTAR pelas acusações de LUIZ ANTONIO VEDOIN, quando desfere uma série de imputações levianas contra meu genro, PAULO ROBERTO RIBEIRO.

ATÉ QUE ME APRESENTEM PROVAS CONCRETAS, ou indícios minimamente consistentes de seu (suposto) “envolvimento”, não me peçam *juízos de valor* sobre condutas alheias.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2/2006 - 14.311

77/2006 - CN	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fis.	
Doc.	21



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

34

ATÉ LÁ – a despeito da regra a informar a **PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA** na *distribuição dos ônus da prova* não se aplicar a mim, dependesse da mídia – não se lhe me cobrem a aceitação, sem revolta, dos sofrimentos momentâneos da minha própria condição.

ALÍAS, não só em relação a PAULO ROBERTO, como também em relação a quaisquer outros terceiros que – citados do referido depoimento – se possa levantar suspeitas sobre alegados desvios de conduta.

VAMOS À GALHOFA:

21ª LINHA DO DEPOIMENTO:

"QUE os municípios beneficiados com a emenda não foram escolhidos pelo interrogando; QUE foi o próprio Paulo quem passou ao interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser procuradas nos municípios para acertarem os detalhes das licitações direcionadas;"

(...)

28ª LINHA DO DEPOIMENTO:

"QUE na virada do ano de 2005 para 2006, o interrogando encontra-se com o assessor

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.:
Doc.:

Senado Federal/SOM/CEDP

Proc. Nº 2006-10000-110

32



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

35

parlamentar da Senadora, Policena, ao qual informa que não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios, em razão dos prefeitos não estarem aceitando as condições impostas;"

SE POR UM LADO é intuitivo supor quais seriam as tais "*condições impostas*", POR OUTRO fica difícil acreditar no enredo enganador, pelo simples fato pelo qual não bate o modus operandi, ainda que dele pouco nos foi dado saber, já que é forçoso repetir, esta Parlamentar ora notificada, não teve acesso à integralidade do depoimento de LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN, prestado nos autos do processo nº2006.36.00.007594-5, 2ª Vara Federal, pela condução impecável do JUIZ FEDERAL JEFERSON SCHNEIDER.

SEGUNDO o JORNAL DO SENADO, Edição Semanal distribuída hoje (31/07/2006 – doc.23), o "*MODUS OPERANDI*" da *máfia das ambulâncias* partia de um "*PACOTE PRONTO*", oferecido pelo depoente LUIZ ANTONIO VEDOIN às Prefeituras que pretendia "sugar".

NÃO FAZ SENTIDO: se era PAULO ROBERTO que, nos dizeres de VEDOIN, "*quem passou* *interrogando a lista dos municípios beneficiados, assim como os nomes das pessoas, as quais deveriam ser*

PROV. 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS

Doc. 23

Senado Federal - SGM/CEDE
Proc. Nº 2006.36.00.007594-5

33



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

36

procuradas nos municípios para acertarem os detalhes das licitações direcionadas”; por qual razão LUIZ VEDOIN importunaria o assessor POLICENA, dizendo que ele, VEDOIN, “não teria conseguido executar as licitações dos demais municípios”? NÃO ERA “PACOTE PRONTO”?

DESINTEGRA NO AR a premissa lógica das aleivosias assacadas.

O POR QUÊ DE ESTAREM FAZENDO ISSO COMIGO

HÁ ESCUSOS INTERESSES CONTRARIADOS, nesse imbróglio todo que forçam envolver-me com SANGUESSUGAS parasitárias.

E POR TAIS “interesses contrariados” paga-se, por vezes, muito.

DOZE ANOS DE DEPUTADA ESTADUAL, antes de me sufragarem ao **SENADO FEDERAL**, oportunizaram-me, todavia, experiências muito intrigantes.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 20.202.202-1, Fls. 443

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. 34
Pec.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

37

SÍTIO OFICIAL da **ASSEMBLÉIA**
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO (*in*
http://www.al.mt.gov.br/viewp.asp?no_codigo=5034):

"Riva defende Combate ao Narcotráfico

Em setembro de 2000, a Assembléia Legislativa aprovou a CPI do Narcotráfico, que ao final de seu relatório comprovou a atuação do crime organizado em Mato Grosso

(...)

A CPI teve a participação dos deputados Pedro Satélite (PPS) José Carlos do Pátio (PMDB) e os ex-deputados, Amador Tut (PL) Jair Mariano (PPS) e André Bringnsken, além da AUTORA E ATUAL SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT)." (doc.19)

ALIÁS, na ocasião, eu fui a Presidente da CPI/NARCOTRÁFICO; assim como, também, fui Presidente da CPI/TRABALHO ESCRAVO; CPI/COMPRA DE VOTOS e foi, a meu requerimento, a instauração da CPI/MAFIA DO FISCO, dela também participando.

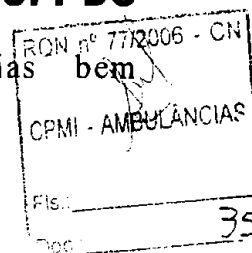
E FORAM TANTAS OUTRAS

"COUSAS"...

PASSOU-SE O TEMPO E EIS QUE É
DEFLAGRADO, nesta CASA DA REPÚBLICA, a **CPI DO**
BANESTADO, das quais Vossas Excelências **bem**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2000-00000000-0 Fls. 443





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

lembram, **não se chegou a termo** – tampouco se votou sequer o **relatório, aliás, que são dois** – cuja **extrema gravidade dos assuntos**, não se compadece com enfrentamentos que não possam ser resolvidos no voto; aliás, é para isso que **estamos aqui**, com a devida *venia*.

“CLIPPING”, de **01/08/2003**, da **COMUNICAÇÃO SOCIAL** do **DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL**, no arquivo – <http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/agosto/CS%2001%20de%20Agosto%202.rtf> – **dá conta:** (doc.20)

“(…) Também ontem, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que vai tentar convocar para depor na CPI João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso e preso no Uruguai há dois meses.” (grifos propositais)

DE TODO MODO, como se sabe, JOÃO ARCANJO RIBEIRO **está de volta** – e pelo visto – há pessoas inquietas, beirando perder o equilíbrio.

DAÍ QUE pode ser que esteja havendo premeditadas intenções escusas, senão conduta típica de **ALGUNS interessados em desviar o foco das rigorosas**

RQN nº 77/2006 - CN

AMBULÂNCIAS

Fis. _____

Fim. _____

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 02.222.222-2 Fls. 100/101



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

investigações e que deve dedetizar o prurido de onde chafurdam não só **SANGUESSUGAS**, mas **CURUPIRAS; ARCA DE NOE; CEROL** entre tantas outras.

PARTICULARMENTE AQUI, quanto aos *anelídeos invertebrados*, já se conseguiu o propósito: desde quando ilustres membros desta COMISSÃO PARLAMENTAR aportaram em CUIABÁ, em 10/07/2006, nas manchetes locais, não aparecem mais os bandidos, mas sim eu:

“A GAZETA –

CPMI INVESTIGA ‘SANGUESSUGAS’ SERYS E CELCITA”

(edição de 26/07/2006, em doc.21)

“A GAZETA –

No momento em que Serys cumprimentava os companheiros, o motorista de um carro que passou a chamou de “Seryssuqa”, em referência às notícias de uma suposta participação da senadora no esquema da máfia das ambulâncias, mas a senadora não ouviu. (no sítio www.gazetadigital.com.br, edição de 14/07/2006 – doc.22)

“A GAZETA –

CHUMBO TROCADO

De toda forma, Serys Marly não deve estar assim tão abalada de ver o nome citado em escândalo e de ser apontada como “seryssuqa”, como ocorreu recentemente.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 100/2006 Fls 141

RGIN 11/77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. 37
Doc. 37



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

40

É que lá pelas bandas do céu, dizem que a lei do retorno às vezes anda de supersônico e o inferno astral vivido agora pela senadora pode ser um desses chumbos trocado que nem mesmo os deuses explicam." (edição de 28/07/2006, em doc.22-A)

DE ACORDO!, só lembrando que, para **ALGUNS**, o céu não está tão próximo assim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRENDE-SE ao longo de uma vida o valor de certos princípios, na exata proporção da convicção que neles se deposita.

QUANTO resolvi ingressar na vida pública, fui obrigada a desfiar o 'CANTO TERZO':

"LASCIATE OGNISPERANZA , VOI CH ' ENTRATE."

SÃO MUITOS ANOS de ATUAÇÃO POLÍTICA, cuja pauta não cabe nas "DECLARAÇÕES" (doc.24/25/26) dando conta de um indicativo de conduta de mais de 16 anos de atuação político-parlamentar –

RON nº 77/2006 - CN
GRANDE AMBULÂNCIAS
Fis. 38

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 2006.1.242.000-1 Fls. 38



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESARENKO

41

procelas – não se resumindo, propriamente, no que deixei de ganhar, com aquilo que até poderia ser, “de direito”, **meu** (porque em juízo íntimo reputo imoral): mais de R\$300.000,00(trezentos mil reais), devolvidos aos cofres públicos, entre extraordinárias e jetons da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, bem assim, neste SENADO FEDERAL.

NÃO SOBEJASSEM as **PROVAS DOCUMENTAIS** que acompanham esta minha resposta, desde logo, **ofereço meu sigilo bancário, no período reportado do depoimento – setembro/outubro-2003 (doc.27) – a esta Colenda COMISSÃO PARLAMENTAR –** como, aliás, o venho fazendo, da Tribuna do **SENADO FEDERAL – a total disposição do meu sigilo bancário (de outros períodos), fiscal, de correspondência e telefônico, assim como de meus 4 filhos e ex-cônjuge, autorizando desde logo sua quebra.**

SÓ NÃO QUEBRAREI OS MEUS PRINCÍPIOS; A MINHA CONVICÇÃO E A MINHA HONRA.

DEPOIS DE TANTAS DESILUSÕES

nossa imaginação e as nossas aspirações, perdem o seu vigor e cessam, quando penetramos numa vida cujas vicissitudes

SENADO FEDERAL - CN
77/2006
CRM - AMBULÂNCIAS
Fis.
Doc.

Senado Federal/SGM - SDP
Proc. nº 422-002

39



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

42

demonstram o absurdo dos nossos cálculos. Mas o dia virá – e talvez esse dia esteja próximo – em que vamos conseguir nos desligar desse mundo de visionários, para ir fazer parte do grêmio daqueles que, mais chegados às realidades da vida, consideram esse mundo como ele realmente é.
(JOAQUIM NABUCO)

PEDIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

TENDO POR PRESTADOS, pois, os esclarecimentos que se lhe me foram solicitados – e à míngua da total inexistência de qualquer prova documental que me vincule à dita MÁFIA DAS AMBULÂNCIAS – requer a Vossa Excelência e demais digníssimos e eminentes membros desta COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, seja sumariamente excluído meu nome do rol dos “envolvidos” na CPMI/SANGUESSUGAS.

TERMOS EM QUE,
ESPERA MERCÊ.

Brasília, 31 de julho de 2006.


SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República (PT/MT)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Re P 24006 Fls. 463

RQN nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fis.: _____
Doc.: _____

40



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

INDEX DOS DOCUMENTOS JUNTADOS

Doc.01: Depoimento de LUIZ VEDOIN entregue em 24/07/2006

Doc.02: Requerimento de minha autoria à CPMI

Doc.03: Requerimento de minha autoria ao STF

Doc.04: Requerimento de minha autoria à PGR

Doc.05: Depoimento de LUIZ VEDOIN 2ª parte — entregue em 27/07/2006

Doc.06: A tal “lista de fls.218”

Doc.07: Requerimento de minha autoria à CPMI

Doc.08: Certidão TRE/MT dando conta da aprovação da minha prestação de contas

Doc.09: Prestação de Contas

Doc.09-A: Conta Corrente da minha campanha 2002

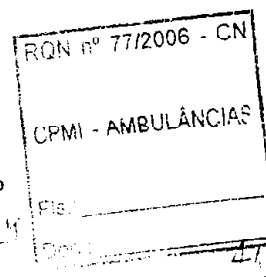
Doc.09-B: Responsável pela administração financeira da minha campanha 2002

Doc.09-C: Demonstração dos recibos eleitorais recebidos da minha campanha 2002

Doc.09-D: Demonstração de despesas pagas após a minha eleição em 2002

Doc.10: Fragmento PARECER PRELIMINAR ao “PL NR 31/2003, parte B, in.II, item 5

Senado Federal/SGM/EDP
Proc. Nº REP 21.2006-Fls. 044





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

2

Doc.11: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – CAMPO NOVO DOS PARECIS

Doc.11-A: Ofício à Prefeitura Municipal de CAMPO NOVO DOS PARECIS e a respectiva resposta

Doc.12: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – CANABRAVA DO NORTE

Doc.12-A: Ofício à Prefeitura Municipal de CANABRAVA DO NORTE e a respectiva resposta

Doc.13: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – PONTE BRANCA

Doc.13-A: Ofício à Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA e a respectiva resposta

Doc.14: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – UNIÃO DO SUL

Doc.14-A: Ofício à Prefeitura Municipal de UNIÃO DO SUL e a respectiva resposta

Doc.15: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – COLIDER

Doc.15-A Ofício à Prefeitura Municipal de COLIDER e a respectiva resposta

Doc.16: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – POXOREU

Doc.16-A: Espelho MINISTERIO DA SAUDE – POXOREU

Doc.17: E-mail de minha autoria e respectiva resposta

Senado Federal - CPMI - EDP

Proc. Nº 2006-022-41-05

CN nº 77/2006 - CN	
CPMI - AMBULÂNCIAS	
Fis. _____	Doc. _____

42



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

3

- Doc.18:** Resenha da minha atuação parlamentar lamentando a não liberação da verba para pavimentação do Bairro Pedra 90
- Doc.19:** Notícia Assembléia Legislativa de MT
- Doc.20:** Clipping Policia Federal
- Doc.21:** A GAZETA de 26/07/2006
- Doc.22:** A GAZETA de 14/07/2006
- Doc.22-A:** A GAZETA de 28/07/2006
- Doc.23:** JORNAL DO SENADO de 31/07/2006
- Doc.24:** Declaração ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MT – convocações extraordinarias
- Doc.25:** Ofício questão FUNDO DE APOSENTADORIA PARLAMENTAR
- Doc.26:** Declaração SENADO – convocação extrarodinarias
- Doc.27:** Meu sigilo bancário no período reportado set/out-2003

Senado Federal/SGM/CEDEP
Proc Nº BCF 212.206 Fls 1151

RON nº 77/2006 - CN
CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Doc. _____

4



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PEC 21222 Fls. 452

TERMO DE CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmº Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador JOÃO ALBERTO SOUZA.

Senado Federal, 21 de agosto de 2006

Assinatura manuscrita de Paulo Tominaga.

PAULO TOMINAGA

Assessor Técnico da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE PRESENÇA

**Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES**

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. Cécar Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Vago
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/92-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº Ri. P. 21.2006 Fis. 454

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
Wellington Silva	

Visto: _____

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº RCP 21/2006 Fls. 453

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA(PFL/PSDB)				BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA(PFL/PSDB)			
Demóstenes Torres	/			Jonas Pinheiro			
Sérgio Guerra				César Borges	X		
Heráclito Fortes	X			Mª do Carmo Alves			
Juvêncio da Fonseca				Leonel Pavan			
Paulo Octávio	X			(Vago)			
Antero Paes de Barros				Arthur Virgílio			
PMDB				PMDB			
(Vago)				(Vago)			
João Alberto Souza				Alberto Silva			
Ramez Tebet				Valdir Raupp			
Luiz Otávio	X			(Vago)			
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)				BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)			
Sibá Machado	X			(Vago)			
Ana Júlia Carepa				(Vago)			
Patrícia Cleide				(Vago)			
PDT				PDT			
Jefferson Péres				Augusto Botelho			
PTB				PTB			
Mozarildo Cavalcanti				Valmir Amaraí	X		
Corregedor (Membro nato)							
Romeu Tuma (PFL)	X						

TOTAL _____ SIM _____ NÃO _____ ABSTENÇÃO _____

VISTO: _____

SALA DE REUNIÕES, em 23 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Plp 2/2006 Fls. 456-A**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador DEMÓSTENES TORRES****PARECER Nº , DE 2006**

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, à documentação enviada pela Mesa do Senado Federal referente à Senadora Serys Slhessarenko, que traz notícias do envolvimento de Sua Excelência com a chamada “Máfia das Ambulâncias”, conforme apuração da CPMI instaurada através do Requerimento nº 77, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias constantes da “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal.

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES**I – RELATÓRIO**

Sob apreciação deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar documentos autuados e enviados pela Mesa Diretora do Senado Federal produzidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, *“criada pelo Requerimento nº 7, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a ‘Operação Sanguessuga’, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estatégicos para a saúde...”*, dando conta do envolvimento de dois Senadores – Magno Malta e Ney Suassuna – e de uma Senadora – Serys Slhessarenko.

Após o recebimento da documentação, o senhor Presidente do Conselho determinou a notificação dos citados senadores, concedendo-lhes três dias úteis para apresentação de defesa prévia.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc Nº REP 2/2006 Fls. 456.0

Recebidas as defesas, fui designado relator da matéria referente à Senadora Serys.

II – ANÁLISE

Os fatos imputados à Senadora Serys Silhessarenko, apurados pela referida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, são extremamente graves e indicam necessidade premente de instauração de processo disciplinar. Teria ela, segundo consta, recebido vantagens indevidas da empresa Planam, sediada no Estado do Mato Grosso. Tal conduta, se provada, enseja a perda do mandato parlamentar, nos termos do art. 55, inciso II e seu § 1º da Constituição Federal, vazado nos seguintes termos:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

O inciso II do art. 5º da Res. nº 20, de 1993, do Senado Federal, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, repete o texto constitucional:

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

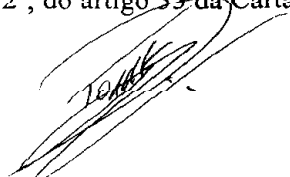
II – a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

O art. 11 da citada Res. nº 20, de 1993, estabelece os casos em que o Senador é punido com a perda do mandato e diz em seu inciso II:

Art. 11. Serão punidas com a perda do mandato:

II – a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos arts. 4º e 5º (Constituição Federal, art. 55);

O § 2º, do artigo 55 da Carta Magna estabelece que:



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCL 2 / 2006 Fls. 456 **e**

“§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.”

Ainda sobre o procedimento para a perda do mandato, pela prática de ato contrário à ética e ao decoro parlamentar, o art. 13 da Res. nº 20, de 1993, estende a legitimidade para iniciar o processo de cassação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar prevendo:

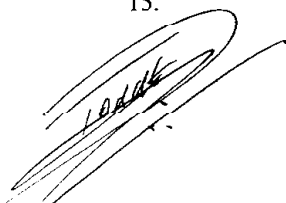
“Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º).”

A legitimação do Conselho para a iniciativa se dá quando a denúncia relativa à prática, por Senador, de ato contrário ao decoro parlamentar for oferecida por “qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica” ao próprio Conselho. Em casos tais este promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos e, se considerados procedentes, instaura o devido processo disciplinar. É o que dispõe o art. 17 e seus §§ 1º e 3º, da referida Resolução nº 20, de 1993, a seguir transcrita:

“Art. 17. Diante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias.

§ 3º Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15.”



Senado Federal/SGM/CEDI

Proc. Nº RCP 2 / 2006 Fls. 456-D

Tem-se, assim, que para a instauração de processo disciplinar pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar duas são as possibilidades: a) mediante representação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional e, b) por iniciativa do próprio Conselho, após apuração preliminar do fato denunciado.

No caso da Senadora Serys Slhssarenko, como nos dos Senadores Magno Malta e Ney Suassuna, a segunda hipótese acima aventada é desnecessária e descabida.

Sem antecipar qualquer juízo condenatório, nada se vislumbra que justifique a abertura de uma apuração “preliminar e sumária”, na forma estabelecida pelo art. 17 da Res. 20, de 1993, com vistas a avaliar a conduta imputada aos senadores nominados.

A denúncia que se analisa é oriunda de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, órgão da máxima respeitabilidade e com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (art. 58, § 3º, da Constituição Federal). E nessa qualidade, não é razoável que ela seja desqualificada – nem a denúncia nem a CPMI – por este Conselho, também credor do respeito da sociedade.

Não bastasse a apuração levada a cabo pela CPMI, o desvio de recursos federais destinados à compra de ambulâncias já foi investigado pela Polícia Federal.

O Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, requereu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de 84 inquéritos para apurar a participação de parlamentares no esquema denominado “Sanguessuga”, conforme noticiado no site www.mpf.gov.br.

A Justiça Federal e o Ministério Público Federal de Mato Grosso, de posse do que foi apurado pela Polícia Federal na denominada “Operação Sanguessuga”, instauraram ação penal e, só com os interrogatórios de Luiz Antônio Vedoin e Darci Vedoin, proprietários, dentre outras, da empresa Planam, se ocuparam por cerca dez dias. Ressalto que os depoimentos prestados por eles em juízo foram de grande valia para os trabalhos da CPMI.

Diante do conjunto de provas indiciárias até agora colhido torna-se despicienda a apuração preliminar e sumária dos fatos denunciados. A denúncia não é tênue ou débil. Ao contrário, é muito consistente. E não expresso aqui, repito, nenhuma condenação prévia. As provas, embora fortes,



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 2/2006 Fls. 457

são, até este momento, apenas indiciárias.

Demonstrada, então, ser incabível a instauração de processo disciplinar por iniciativa do próprio Conselho, após apuração preliminar do fato denunciado, resta somente a devolução dos documentos à Mesa do Senado Federal para que ela promova a adequação exigida pelo disposto nos arts. 55, § 2º da Constituição Federal e 13 da Res. Nº 20, de 1993.

É esta a única forma legal e razoavelmente possível para dar ao caso a celeridade exigida pela sociedade organizada e desejada pelos presidentes do Senado Federal e deste Egrégio Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme divulgaram amplamente pela mídia.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela devolução dos presentes autos à Mesa do Senado Federal a fim de que sejam atendidas as condições de procedibilidade para a instauração do devido processo disciplinar.

Sala do Conselho,

, Presidente



, Relator

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2.006 Fls. 458

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 033/2006-CEDP

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, realizada hoje, foi aprovado o Relatório apresentado pelo Senador Demóstenes Torres sobre a documentação enviada pela Mesa do Senado Federal a este colegiado referente à Senadora Serys Slhessarenko, propondo o Relatório a *“devolução dos autos à Mesa do Senado Federal a fim de que sejam atendidas as condições de procedibilidade para a instauração do devido processo disciplinar”*.

O Senador Sibá Machado, relator designado por esta Presidência para a documentação referente ao Senador Magno Malta, bem como o Senador César Borges, relator *“ad hoc”* para a documentação referente ao Senador Ney Suassuna designado nesta reunião, em função da impossibilidade de comparecimento do Senador Jefferson Peres, acompanharam o mesmo entendimento para os respectivos autos.

Deste modo, o Colegiado deliberou, por unanimidade, a remessa dos três procedimentos à Mesa, uma vez que entendeu não haver necessidade do procedimento preliminar.

Em cumprimento à deliberação em questão, encaminho a Vossa Excelência os três processados autuados a partir do Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - “CPMI – Ambulâncias”, Deputado Antônio Carlos Biscaia, juntamente com a documentação pertinente à 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada hoje.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Recebido em 23.08.06
(Assinatura)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Termo de Encerramento de Volume

REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 02, DE 2006

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e seis, eu, Maria Amalia Figueiredo da Luz, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, faço o encerramento do Volume II, dos autos da Representação (SF) nº 02, de 2006, à fl. 458.

Assinatura manuscrita de Maria Amalia Figueiredo da Luz.

MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ
SCOP



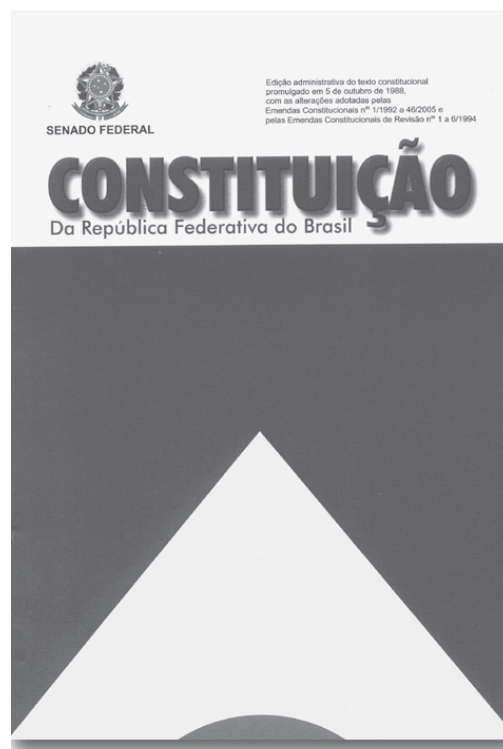
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 264 PÁGINAS

(OS: 11058 / 2007)